



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA /MESTRADO**

Entre consensos e dissensos – a tessitura do atendimento a
crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de
Fortaleza

Natália Pinheiro Xavier

Fortaleza, 2009

Natália Pinheiro Xavier

Entre consensos e dissensos – a tessitura do atendimento a
crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de
Fortaleza

Dissertação apresentada à coordenação do Curso de Mestrado em
Sociologia da UFC, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Professor Doutor Domingos Sávio Abreu
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
2009

NATÁLIA PINHEIRO XAVIER

Banca Examinadora

Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu (orientador)
Departamento de Ciência Sociais da UFC

Prof. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
Departamento de Ciências Sociais da UECE

Prof. Dr. César Barreira
Departamento de Ciências Sociais da UFC

Dedico esta dissertação à Equipe Interinstitucional
de Abordagem de Rua e ao Núcleo de Articulação
dos Educadores Sociais de Rua.

Agradecimentos

O início deste trabalho exigiu de mim criação de laços, aproximações, conquistas de contatos, inserção no campo etc. No decorrer do exercício de ser pesquisadora, o isolamento e o trabalho individual, por vezes árduo, aportaram como parte do percurso natural para dar forma ao que li, colhi, escutei e observei na fase inicial desta pesquisa. Nesse sentido, não tenho como deixar de agradecer aos que me proporcionaram momentos de alegria e de aprendizagem e aos que me “aturaram” durante essa trajetória.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais pela prova contínua de amor incondicional.

Às minhas irmãs por me apoiarem e aceitarem, às vezes de maneira conflitante, minha bagunça de livros no quarto.

Aos meus irmãos, que mesmo sem entender direito o que eu faço, um deles achando, inclusive, que sou Assistente Social, sempre torcem desveladamente por mim.

Ao Domingos, meu orientador, pela relação de cumplicidade e a quem devo a sugestão de estudar o universo que circunda os meninos e meninas em situação de moradia nas ruas.

Ao meu namorado Éden, que pacientemente me apoiou em todos os passos para execução desta pesquisa e com quem tenho compartilhado momentos especiais.

Ao amigo Fábio, grande incentivador e amigo de palavras duras e doces, com quem tive aulas para fazer a prova da seleção deste mestrado e entendi as “estruturas estruturadas e estruturantes”.

Às amigas Gilva e Rosane, companheiras de seleção, engraçadíssimas e amigas para vida toda.

Aos meus colegas e amigos (as) de turma, com quem aprendi muito, dei boas risadas e tomei muita cerveja. Em especial à Juliana, Juliano e Igor.

Ao Gil e a Rose, minhas primeiras grandes referências na sociologia. Com quem aprendi a pesquisar e a amar minha profissão.

Aos meus companheiros do COVIO, de onde estive um pouco ausente, em especial ao Julien, sempre atento às minhas colocações sobre esta pesquisa para sugerir ajustes e apontamentos mais claros.

Ao LEV, equipe que me acolheu na UFC, em especial ao Prof. César Barreira.

À Camila Holanda, minha gratidão pela intermediação dos primeiros contatos com a Equipe Interinstitucional.

Ao Roberto, com quem compartilhei achados da pesquisa e bibliografia.

À Juliana Oliveira, grata surpresa, companheira de pesquisa, a quem devo uma leitura atenta a esta dissertação.

Aos demais professores do programa de pós-graduação em Sociologia da UFC, pelos ensinamentos e contribuições valiosas, mesmo que indiretas, para a execução deste trabalho.

Aos queridos Aimberê, Socorro e Jane (Clarinha), pelas informações concedidas e risadas garantidas nas horas dos intervalos.

À FUNCAP por ter me proporcionado realizar essa investigação por meio da concessão de uma bolsa de estudos.

À Equipe Interinstitucional e ao Núcleo de Articulação, pela disponibilidade de sempre sem hesitações.

Aos meus amigos do JUCA, família escolhida.

Ao Domingos Cunha, apoiador e grande AMIGO.

Ao Prof. Vianney Mesquista, pela revisão estilística e gramatical.

RESUMO

Esta dissertação versa sobre o desvendamento das práticas interconexas que compõem a rede de atendimento Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua. Esta se apresenta como conjunto de duas organizações governamentais (Prefeitura e Governo do Estado) e onze organizações não governamentais que têm atuação direta com crianças e adolescentes em situação de rua em Fortaleza, no intuito de promover ações articuladas e de aprofundar uma proposta de abordagem de rua comum. No detalhamento desse processo, tem-se percebido que a crença no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o fio indivisível que costura a rede de relações e que as práticas desenvolvidas se diferenciam de uma instituição para outra, conforme pertencas ideológicas. Sendo assim, esquadrinha-se o modo como essas diversas entidades se configuram/ se posicionam nesse campo de atuação, percebendo suas dinâmicas e conflitos e como isso interfere sobremaneira na oferta da política de controle social destinada a crianças e adolescentes, alvos de seus interesses.

ABSTRACT

This dissertation aims at unraveling interconnected practices that distinguish the caring center network called Street Approaching Inter-institutional Group (Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua). This group presents itself as a body of two governmental organizations (City Administration and State Government) and eleven non governmental organizations that perform a direct approach of street children at risk aiming at promoting articulated actions in order to refine a common approximation practice. At detailing this process, one perceives that credit given to the Child and Adolescent Bylaws (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) is the invisible thread that holds together the network, and that resulting practices differentiate themselves from one institution to another according to ideological standings. By following this, the author makes a detailed examination of those entities for determining how they shape themselves within this field, and how this interferes strongly with provision of social control policies focused on children and adolescents, target of their common interests.

Criança não é de rua
Criança é pra ser cuidada
Criança é pra ter amigos
É pra ter família
É pra ser amada
Criança é pra escola
Não é pra pedir esmola
Dormindo em papelões
Morando nas ruas
Cheirando cola
Você que já foi criança
Faça uma reflexão
Criança não é de rua
Não é lixo não
Criança é amor profundo
É a luz do mundo
O futuro universal
Criança é a flor da vida
A coisa mais linda
É um ser especial
Criança é pra um teto
Não é pra ser objeto
Criança tem os seus direitos
Merece o respeito da sociedade
Amigo, chegou a hora
Façamos uma nova história
Brasil, ó pátria mãe
Cuida dos teus filhos com dignidade

Campanha Nacional Criança Não é de Rua
Associação O Pequeno Nazareno
Letra e música: Tião Simpatia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. POR DENTRO DA EQUIPE INTERINSTITUCIONAL.....	18
1.2. NA TRILHA DO PENSAMENTO	21
1.2.1. Trajetória no campo.....	25
1.2.2. Sobre a estratégia metodológica.....	30
1.3. ELABORAÇÃO DE UMA NARRATIVA.....	34
<i>Nota sobre as identificações.....</i>	<i>35</i>
2. O PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO: MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA	36
2.1. MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE (MORADIA NA) RUA: <i>SEGMENTO DE CIRCUNSCRIÇÃO DIFÍCIL.....</i>	<i>36</i>
2.2. DESVENDAMENTO DE UM UNIVERSO: <i>QUEM SOMOS E DE ONDE VIEMOS.....</i>	<i>43</i>
2.2.1. Gênero e Idade.....	43
2.2.2. Tipo de família	44
2.2.3. Bairro de Origem.....	45
2.2.4. Tempo de permanência na rua.....	46
2.2.5. Motivos de ida para a rua	47
2.3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA RUA	48
2.3.1. Principais áreas de permanência.....	48
2.3.2. Para onde os meninos e meninas são encaminhados.....	51

2.3.3. Por quais entidades dizem que já passaram.....	51
2.4. A ARTE DE VIVER NA RUA: DIFICULDADES, PRAZERES E ENCONTROS.....	52
2.4.1. Situação de vivência na rua	52
2.4.2. Parcerias na rua.....	53
2.4.3. Uso de drogas	54
2.4.4. A intimidade vivida nas ruas	54
3. O PERFIL DAS ENTIDADES.....	56
3.1. PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO	56
3.2. PROGRAMA CRIANÇA FORA DA RUA, DENTRO DA ESCOLA.....	63
3.3. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO	72
3.4. ASSOCIAÇÃO BARRACA DA AMIZADE.....	78
4. ACERCA DE VERDADES NÃO DISCUTIDAS: OS FIOS INVISÍVEIS QUE COSEM A UNIÃO DAS ENTIDADES.	84
4.1. EM DEFESA DE UM PROJETO COMUM: A CONSTITUIÇÃO DA REDE E O ESTREITAMENTO DOS LAÇOS	86
4.2. A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DE RUA.....	90
4.3. CRIANÇA E ADOLESCENTE: <i>PRIORIDADE ABSOLUTA</i>	92
4.4. EDUCAÇÃO DE RUA	96
5. SE ESSA RUA FOSSE MINHA, EU... <i>OS LIMITES DA PARCERIA</i>	100
5.1. “AGORA TÁ BEM MELHOR”, MAS... <i>OS RUMORES ENTRE AS ENTIDADES</i>	101
5.2. LUGAR DE CRIANÇA É OU NÃO É NA RUA? <i>TRÊS FORMAS DE LER O ARTIGO 101</i>	104

5.2.1. A Redução de danos	106
5.2.2. Prevenir e fiscalizar	107
5.3.3. Abrigo é sempre melhor que rua	109
5.3. GERENCIAMENTO DE IMPERATIVOS MAIORES	111
5.3.1. A urgência da assistência social: os casos do Ponte de Encontro e do Programa Fora da Rua, Dentro da Escola	111
5.3.2. Quando o dinheiro é curto: o caso da Barraca.....	113
5.3.3. Acolhimento integral: o caso do O Pequeno Nazareno.....	114
5.4. OS PROFISSIONAIS DA RUA: <i>TRABALHO E MILITÂNCIA</i>	116
5.5. OS “TIOS” E OS “AMARELINHOS”	121
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

1. INTRODUÇÃO

Depois que sacudi fora a tranca dos ideais ingênuos, sentia-me vazio de ânimo; nunca percebi tanto a espiritualidade imponderável da alma: o vácuo habitava-me dentro. Premia-me a força das coisas; sentia-me acovardado... eu desejei um protetor, alguém que me valesse, naquele meio hostil e desconhecido, e um valimento direto mais forte do que palavras. (RAUL POMPEIA, O ATENEU).

Esta pesquisa versa sobre o atendimento prestado a crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza. O objetivo maior deste trabalho é perceber e analisar os elos e as contradições frutos do relacionamento entre práticas e percepções movidas pelos agentes que compõem a Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua, e como isso influencia na atuação e no tipo de política ofertada aos meninos a quem propõe atender.

A Equipe Interinstitucional foi criada em 1995 pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) do município de Fortaleza. No início da década de 1990, verificava-se uma realidade na Capital do Ceará em que as organizações governamentais e não governamentais trabalhavam desarticuladas. Havia diversas entidades trabalhando na rua com as crianças e adolescentes em situação de moradia que sequer se conheciam entre si. Ademais, era comum entre os meninos e as meninas a “demarcação” de um local no espaço público do qual se apropriavam como seus. Isso acontecia de tal forma que “tinha os meninos da Praça do Carmo, outros da Praça da Sé, outros da Praça José de Alencar e eles não podiam transitar de forma livre pelas praças que não faziam parte de seus ‘territórios’”. (Membro da Equipe). Em virtude de tais conflitos, um adolescente de apelido Pinguelinho foi morto a pedrada por outros adolescentes por ter transitado em “território proibido”.

Após esse acontecimento, o COMDICA e as instituições de atendimento sentiram a necessidade de criar uma comissão que pudesse pensar de forma “articulada e unificada” o desenvolvimento do trabalho junto a esse público. Vale destacar, também, de acordo com a fala de um educador de rua, que essa luta ocorreu porque na época tinha sido construído o Polo Central¹ próximo à Catedral (Praça da Sé), no centro da Cidade, e, por conta das rivalidades e pertencas territoriais, as crianças e os

¹ Polo Central de Atendimento Social à Criança e ao Adolescente era um albergue mantido pela Secretaria de Ação Social do Estado inaugurado em setembro de 1992 para atender os “meninos de rua”. Tinha capacidade para 32 adolescentes que eram levados pelo programa “Fora da Rua Dentro da Escola”, SOS Criança, Conselho Tutelar, ONGs ou voluntariamente, além de receberem cuidados provisórios, até retornarem para a família.

adolescentes que eram de outras áreas não podiam ou não se sentiam seguros para frequentá-lo. Desde então, algumas entidades se articularam (OGs e ONGs) na tentativa primeira de facilitar a circulação desses meninos e meninas na Cidade, bem como de enfrentar os paralelismos de ações. Por essa razão, em 1995, foi criada a Comissão Interinstitucional de Abordagem de Rua, posteriormente chamada Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua.

Neste sentido, a Equipe configura-se como espaço composto por organizações governamentais e não governamentais, com o intuito de proporcionar o planejamento, execução e controle das políticas públicas voltadas para o segmento da criança e do adolescente em situação de moradia nas ruas. Segundo seu regimento ela,

tem o objetivo de agir conjunta e diretamente com crianças e adolescentes em situação de moradia de rua no município de Fortaleza visando à promoção e a defesa de seus direitos segundo os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (REGIMENTO INTERNO, 2008).

Contextualizando essa dinâmica, enfatizo o fato de que não é novidade a quantidade expressiva de pessoas que habitam espaços públicos nas grandes e médias cidades. Em virtude desse fenômeno social, nas últimas décadas, muitos olhares se voltaram para esses agentes, especificamente, para crianças e adolescentes que se inventam como sujeitos nesse habitat.

A história da infância move-se e molda-se curvilinearmente. O que hoje parece evidente nem sempre foi assim pois a representação e a vivência das categorias criança e adolescente são frutos de um processo histórico que não pode ser renegado. Voltando-me para as políticas sociais públicas direcionadas à área da infância no Brasil, compreendo que, conforme Cruz *et. al* (2005), sua implementação, simultaneamente, tanto se relaciona com o conhecimento produzido sobre a infância por determinada construção histórica, como também produz essa infância a que se propõe conhecer. Dito de outro modo, as políticas públicas constituem determinadas formas de ser criança e de se relacionar com elas.

Em consonância com esse histórico, ao pensar em ações voltadas para a infância brasileira, convém destacar o contexto em que elas foram aos poucos sendo realizadas. Ao revisitar os estudos sobre o tema, Saeta (2004)² assevera que no Brasil se observa uma história de privação e negação de direitos essenciais à vida de crianças e

²Fonte: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel23/beatrizSaeta.pdf>. Acessado em 01 de agosto de 2008.

adolescentes, negação essa que produziu um contingente desses sujeitos vítimas de maus-tratos, de exploração do trabalho e da sexualidade, privação do lazer, perambulação, abandono, mortalidade, dentre outros.

Mencionada pesquisadora lembra que no período colonial inúmeras crianças indígenas morreram com a chegada dos primeiros colonizadores que tentavam domesticar as tribos e assim findavam por destituir os índios de suas vontades e desejos, impondo-lhes outra cultura; sem contar com o advento da moralidade imposta pelos jesuítas, que caracterizavam as crianças como puras com o propósito de cristianizá-las e destruir as crenças ancestrais. Acrescenta, ainda, que a primeira lei no Brasil a defender os direitos da criança foi a Lei do Ventre Livre, em 1871. Essa lei, no entanto, não protegia todos os direitos, pois ela iniciou um processo de libertação e na época causou mais prejuízo do que benefício à criança negra liberta.

Ainda no âmbito da legislação, destaca-se a consolidação do primeiro Código de Menores, em 1927. De acordo com Rangel e Cristo (2004)³, pretendia-se restringir o acesso e a permanência nas ruas de pessoas caracterizadas como desclassificadas. Por isso, o movimento jurídico, social e humanitário tornou possível a legislação especial para menores. Esta veio com o objetivo de manter “a ordem almejada à medida que, ao zelar pela infância abandonada e criminoso, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e desordeiros que em nada contribuíam para o progresso do país” (RANGEL E CRISTO, op.cit.).

Ainda de acordo com esses autores, em 1979, o Código foi reformulado e recebeu não somente a inspiração da teoria menorista da situação irregular⁴, mas também do regime totalitarista e militarista então vigente no País, e manteve tais concepções, apesar de já elaborado sob a influência da Declaração dos Direitos da Criança, de 1959. São esclarecedoras as palavras de Pinheiro (2001 *apud* CRUZ, 2005), que diz não haver menção, nesse Código, a deveres do Estado ou da sociedade, nem penalidades previstas para os agentes ativos de atos de violência contra crianças e adolescentes. Eram consideradas infrações somente aspectos referentes à divulgação de

³Artigo Os direitos da Criança e do Adolescente, a lei de aprendizagem e o terceiro setor in: Terceiro Setor: fundações e entidades de interesse social_Vitória: CEAF 2004. Coleção do Direito ao Avesso, V.4. Texto encontrado no site: [http:// www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html](http://www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html). Acessado em 30 de agosto de 2008.

⁴ Crianças e adolescentes consideradas como em *situação irregular*: 1) delinquentes, isto é, aqueles que haviam cometido algum ato infracional; e 2) abandonados, ou seja, os que eventualmente se encontravam sem moradia fixa.

dados e imagens, frequência a determinados lugares ou o descumprimento de deveres relativos ao pátrio poder (poder familiar) por parte dos responsáveis legais.

Os Códigos de Menores, tanto o de 1927 como o de 1979, estabeleceram as regras do desvio social, com base nos quais se justificavam a intervenção e a regulação do Estado na família brasileira, especialmente na família pobre. Atrelado a isso, na época, o termo “menor” era empregado para determinar a responsabilidade penal que, com o aumento do número de crianças pobres, passou a ser utilizado para qualificá-las.

No que tange à execução de políticas públicas, somente no governo de Getúlio Vargas, na década de 1940, é que o Estado cria o Departamento Nacional da Criança, com o intuito de coordenar em âmbito nacional as atividades de atenção à infância. Já no que diz respeito à atenção aos “menores desvalidos e infratores” (VOLPI, 2001, p.27 *apud* Campanha Nacional Criança Não é de Rua, 2009), criou-se o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, em 1941. A existência de crianças e adolescentes pobres era vista como uma disfunção social a ser corrigida e, para tanto, o SAM aplicava o sequestro social: “retirava compulsoriamente das ruas crianças e adolescentes pobres, abandonados, órfãos e infratores e os confinava em internatos isolados do convívio social, onde passavam a receber um tratamento extremamente violento e repressivo”. (VOLPI, op. cit., p. 27 *apud* Campanha Nacional Criança Não é de Rua, 2009).

Com o golpe militar de 64, o SAM foi substituído pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), nascida no interior da Escola Superior de Guerra (ESG), reproduzindo uma prática assistencialista, repressiva, que deu continuidade ao tratamento desumano. Sob novas fachadas, internatos continuaram funcionando constituindo-se na rede nacional de fundações estaduais do bem-estar do menor (FEBEMs), resistentes até hoje em algumas capitais.

Neste sentido, tanto Abreu (2002) como Gregori e Silva (2000) assinalam que o Código de Menores definia abandonados, infratores e carentes como “menores” em “situação irregular”. Seguindo essa linha, nem a prática do atendimento, tampouco a lei, diferenciavam meninos e meninas vítimas e “vitimizadores”, sendo, portanto destinado a esses segmentos o mesmo tratamento, assim como as mesmas medidas jurídicas.

Por tudo isso, concluem Rangel e Cristo (2004), o foco da preocupação de grupos sociais diferentes, por vezes ficou centrado nas questões das crianças e dos adolescentes em situação de risco, que emergiu como tema de enorme gravidade e

desencadeou uma onda de protestos de cidadãos e de grupos que passaram a denunciar as atrocidades dessas instituições.

No concerto nacional essa mobilização ensejou, e a Constituição de 1988 ratificou, outra visão que culminou com a criação e sancionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (Lei nº 8.069). Desde então, por lei, as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social ou qualquer outra forma de discriminação, passaram de objetos a sujeitos de direitos, considerados em sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve assegurar prioridade absoluta na formulação de políticas públicas. São consideradas crianças as pessoas até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aqueles que têm entre doze e dezoito anos de idade⁵, com a seguridade de tratamento diferenciado para ambos. Vale ressaltar que o critério adotado para essa classificação é absolutamente cronológico, não importando se a criança ou o adolescente adquiriu a capacidade civil (CURY, 2002).

Desde então, de acordo com o ECA, cabe ao Estado assegurar aos jovens dois tipos de políticas públicas conforme, o seu perfil: aos que se encontram em situação de abandono ou vítimas de qualquer tipo de negligência, abuso, exploração e maus-tratos são dirigidas **medidas de proteção social**, e aos que cometem atos infracionais ou entram em conflito com a lei, são aplicadas as **medidas socioeducativas**.

Percebe-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente dita outro lugar para esse conjunto de pessoas, inclusive sublinhando a igualdade de direitos. Em consequência dessa mudança, verificou-se uma renovação nas práticas daqueles que atuam no campo da elaboração e execução de políticas voltadas para esse público.

O atendimento prestado pelas entidades que fazem parte da Equipe Interinstitucional – E.I. não foge aos reflexos dessas mudanças. Ciente disso e com a pretensão de adentrar e analisar o universo da política de proteção social, especificamente a que se direciona as crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, foi que optei para dar partida na minha investigação, conhecer o trabalho desenvolvido pela Equipe Interinstitucional.

⁵ Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.1. POR DENTRO DA EQUIPE INTERINSTITUCIONAL

A Equipe Interinstitucional, E.I.⁶, deu-se por organizar ações conjuntas possíveis de amenizar a situação de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, bem como de fomentar entre as entidades governamentais e não governamentais mecanismos de parcerias⁷.

Além disso, conforme sua proposta pedagógica (2008), investe na assessoria dos educadores de abordagem de rua das entidades que compõem a Equipe, organizados por meio do *Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua*⁸, espaço que reúne os educadores sociais para a viabilidade das ações conjuntas.

A E.I., estruturalmente, é constituída por uma Coordenação formada por três instituições integrantes, seguindo sempre a composição de uma entidade do poder público (onde o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal se revezam nas gestões) e duas entidades da sociedade civil, durante um mandato de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois. Cada instituição integrante tem direito a um voto nas deliberações e decisões das reuniões. Além desses encontros, a Coordenação se reúne na semana anterior às reuniões ordinárias para fechamento de pautas e para os encaminhamentos que lhe competem⁹.

É composta por quatro eixos de trabalho:

1. ATENDIMENTO: Promover o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de moradia de rua através das entidades governamentais e não governamentais;
2. ADVOCACY: Assessorar e promover ações que garantam os direitos de crianças e adolescentes em situação de moradia de rua em diversos fóruns e espaços que compõem o sistema de garantia de direitos;
3. MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO: Articular ações que mobilize e sensibilize a sociedade em geral sobre a situação de crianças e adolescentes moradores de rua; e
4. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: Fortalecer as ações das instituições da Equipe que integram a rede de atendimento. (PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA EQUIPE INTERINSTITUCIONAL DE ABORDAGEM DE RUA, 2008, p.4).

⁶No decorrer do trabalho, farei inúmeras vezes a utilização da abreviatura E.I. como forma de reduzir a expressão Equipe Interinstitucional.

⁷Experiências similares são encontradas no Rio de Janeiro/RJ por meio da **Rede Rio Criança** (RIZZINI, 2003), criada em 2001; em São Luís/MA, com a **Rede Margarida** (CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA, 2009) e em Belo Horizonte/MG, com a **Rede Girarua** (COSTA; CARNEIRO; FARIA, 1999).

⁸Ver detalhes nos capítulos seguintes.

⁹Proposta Político-Pedagógica da Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua.

Ainda de acordo com sua proposta pedagógica, a metodologia de atuação versa sobre a promoção de ações conjuntas entre as instituições que compõem a Equipe; participação e promoção de capacitações sobre o fenômeno e outros temas relacionados; participação em mobilizações e audiências públicas sobre defesa de direitos de crianças e adolescentes; reuniões ordinárias (acontecem todas as 2^{as} quartas-feiras de cada mês) e reuniões extraordinárias quando necessárias; reuniões de coordenação e reuniões dos eixos de trabalho.

Hoje é composta por doze instituições públicas e privadas: **Governo Estadual** - Programa Fora da Rua dentro da Escola, Espaço Viva Gente; **Governo municipal** - FUNCI/ Ponte de Encontro; **ONGs** - ACAMP, Associação O Pequeno Nazareno, Associação Barraca da Amizade, Associação Curumins, Casa do Menor São Miguel Arcanjo, Lar de Crianças Sara e Burton Davis, Pastoral do Menor da Arquidiocese Fortaleza/Regional, Sociedade da Redenção, Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim e **Instância** - Núcleo de Articulação de Abordagem de Rua.

Todas essas entidades desenvolvem atividades tendo como foco a criança e o adolescente descritos por eles como em situação de vulnerabilidade de alta complexidade¹⁰. Oferecem estruturas de abrigos, albergues, casa de passagem e oito delas realizam abordagem de rua, conforme o quadro abaixo.

¹⁰ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de acordo com o Plano Nacional da Assistência Social (2004), define como situação de alta complexidade os indivíduos que se encontram com grave violação de direitos, sem vínculos familiares e comunitários, necessitando, assim, de proteção integral, como abrigo, casa de passagem, albergue etc. Cf. www.mds.gov.br/.

Quadro 1: Entidades que compõem a Equipe Interinstitucional

ENTIDADES	O QUE OFERECEM	TIPO DE ORGANIZAÇÃO
Associação Comunitária Amigos do Pirambu (ACAMP) - Abrigo Jardim da Adolescência	Abrigo para adolescentes do sexo feminino Abordagem de rua	ONG
O Pequeno Nazareno	Abrigo para criança do sexo masculino (06 -12 anos) Abordagem de rua	ONG
Barraca da Amizade	Abrigo para adolescentes do sexo masculino Abordagem de rua	ONG
Sociedade da Redenção	Abrigo para adolescentes grávidas	ONG
Movimento de Saúde Mental do B. Jardim	Grupo de arte e cultura Abordagem de rua	ONG
Casa do Menor São Miguel Arcanjo	Abrigo para criança do sexo masculino Abordagem de rua	ONG
Funci - Ponte de Encontro	Casa de Passagem Abordagem de rua	OG
STDS - Programa Fora da Rua	Abordagem de rua	OG
STDS - Espaço Viva Gente	Albergue	OG
Pastoral do Menor	Abordagem de rua	ONG
Lar Davis	Abrigo para crianças	ONG
Associação Curumins	Grupos de arte e cultura Cursos de profissionalização Abordagem de rua	ONG

Fonte: Elaboração prática

1.2. NA TRILHA DO PENSAMENTO

Como estratégia de pesquisa, no universo de todas as entidades retrocitadas, elegi, além da referida E.I., quatro dessas instituições: Barraca da Amizade, O Pequeno Nazareno, Programa Fora da Rua Dentro da Escola (Governo do Estado) e Ponte de Encontro (Governo Municipal), como tipos representantes das demais¹¹. Tais escolhas decorreram da intenção de investigar a discussão relativa à complexidade do objeto de intervenção e as configurações institucionais diante das possíveis realizações das propostas elaboradas e executadas pelas entidades e programas.

O que aspiro apreender com esta divisão é até que ponto a pertença a uma dada estrutura, alicerçada em uma matriz específica de percepção, é determinante na realização da prática social dos agentes (BOURDIEU, 1989). Quero assim compreender até onde os *habitus* são reproduzidos quando postos em situações sociais que implicam novas relações.

Pude observar que o exercício da educação de rua é caracterizado por representações diferenciadas em função de sistemas simbólicos particulares. Esta afirmação está baseada em evidências empíricas coletadas na observação da ação educativa exercida individualmente nas instituições (pertencentes cada uma das quatro a espaços sociais distintos) e coletivamente na Equipe Interinstitucional (que põe em interseção tais organizações). Por isso, a reflexão sobre esse objeto de estudo insere-se dentro da dinâmica teórica de Pierre Bourdieu, ao pensar a relação entre prática e *habitus* (1983), e assim enfoca particularmente o que é intrínseco e específico a cada um desses grupos e o que é motivo de conflito entre eles.

Nesse sentido, trago para o cerne desta investigação dois pontos de debate. Um está estreitamente ligado à reprodução das práticas alimentadas por uma estrutura consolidada (Igreja Católica, movimentos sociais, Estado¹² e Município), ou como disse Bourdieu, estruturada. O outro diz respeito às lutas sociais para impor uma dada “verdade”, própria da estrutura específica (da Igreja Católica, dos movimentos sociais, do Estado e do Município), sobre o conjunto da Equipe Interinstitucional.

À vista do exposto e em termos de execução deste trabalho, discorrerei sobre a experiência das quatro entidades elencadas e da E.I.. Compreendo esta última como um

¹¹ Essa estratégia será mais bem detalhada em tópico subsequente.

¹² Aqui no sentido de governo estadual.

subcampo, que se caracteriza como um campo em proporções menores, entendendo tal conceito como lugar de interação, disputa e relação de força entre os agentes e as instituições (BOURDIEU, 1989). Para tanto, procurarei descrever o que estrutura esse subcampo, bem como analisar a matriz de percepção particular das diferentes entidades, para, em seguida, entender as maneiras de pensar as crianças e os adolescentes em situação de moradia de rua. Isso me permitirá mostrar tanto aquilo que é comum a todas estas instituições sociais, quanto àquilo que as diferencia.

Ademais, apreendendo como sucede a dinâmica do atendimento e qual o valor conferido a determinado tipo de intervenção, investiguei o investimento que cada instituição faz nesse espaço e quais *habitus* – “disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo” (BOURDIEU, 1996, p.164) – interferem nele. Procurei perceber o que não se precisa raciocinar no momento das práticas e tomadas de posição, ou seja, destaquei valores e normas expressos nas políticas de atendimento de cada uma dessas instituições e na E.I.

São organizações que compartilham do mesmo mundo social em que as ações estão sendo desenvolvidas, contudo os tipos de ações se diversificam. A história que cada entidade traz incorporada ao adentrar o grupo demarca um estilo próprio de estar nele, mas que ao mesmo tempo é passível de ser reorientado. Assim, proponho elucidar como estas estruturas diferentes se penetram e se influenciam mutuamente.

Em conformidade com isso, relembro que a reprodução daquilo que se pensa sobre como trabalhar a criança e o adolescente em situação de moradia de rua desponta em várias frentes, de modo que as entidades que compõem a E.I. fazem eclodir concepções diferentes sobre o modo de atuar com esse público.

Minha primeira hipótese a ser verificada refere-se ao compartilhamento de valores e crenças que unem as entidades no espaço da Equipe Interinstitucional. Acredito que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que desde 1990 passou a regulamentar o planejamento e execução da política pública voltada para esse segmento, independente das vinculações e estruturas das entidades, produz, até certo ponto, uma consonância entre os discursos e práticas dos ocupantes desse subcampo.

A realidade não se altera em um único momento, ainda mais quando o proposto pelo ECA é uma profunda mudança cultural, o que certamente não se produz em uma única geração¹³. É instigador investigar as divergências entre as metodologias de trabalho das entidades apesar, de todas terem como base o mesmo Estatuto.

Diante do que foi dito, um segundo bloco de hipóteses faz a relação entre os particularismos das diferentes entidades e a pertença destas a campos sociais mais abrangentes e distintos (Igreja, Estado, Município etc.). Pude assim comparar as experiências apresentadas e destacar as singularidades de cada um destes espaços sociais.

Por conta disso, foi-me possível, por exemplo, verificar uma tendência, apresentada pelas organizações não governamentais com vínculos religiosos, a garantir os valores imbricados ao modelo da família nuclear (pai, mãe e filhos) como suporte essencial à re-educação do atendido. Essa interpretação pode ser exemplificada no trabalho desenvolvido pelas instituições Casa do Menor São Miguel Arcanjo e Associação O Pequeno Nazareno. Ambas desenvolvem a atividade do acolhimento em abrigos e nestes os meninos estão dispostos em casas-lares, onde contam com a presença permanente de um(a) educador(a), que é chamado “pai social” ou “mãe social”, substituindo simbólica e praticamente as figuras paterna e materna. Nelas está muito presente a ideia da transformação humana, da conversão. Essa crença se sustenta pelo valor simbólico a ela atrelado: a família é um tema recorrente no discurso religioso que utiliza esse exemplo, dentre outras questões, para garantir a perpetuação dos sacramentos e das vocações.

Outro modelo de particularismo percebido apresenta-se na intenção com as quais algumas organizações trabalham no sentido de “desenvolver a autonomia” desses meninos, trabalhando com eles a “conscientização” de seu estado para que seja despertada “vontade de mudar de vida”. Nesses casos, mesmo a família sendo algo importante, segundo o que dizem os gestores, não se trata de garantir uma nova configuração familiar, e sim, quando possível, proporcionar a reaproximação destes jovens com os laços de origem; quando não, tentar apresentar à criança e ao adolescente outras possibilidades de constituição familiar que não siga o modelo pai-mãe-filho. Um

¹³ Abreu faz uma exposição das resistências às mudanças de *habitus*, entre os operadores do direito no Brasil na década de 1990, que trabalhavam com adoção internacional, quando da implantação do ECA (2002).

exemplo desse tipo de entendimento pode ser verificado no trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal. Ela também conta com o serviço de abrigo, no entanto, além de pouco abrigar meninos em situação de moradia na rua, os profissionais que lá trabalham não são substitutivos da família. Executam atividade na rua e investem na redução do “perigo físico” dos atendidos, sem dar “muita bola” para os “perigos morais”. A chamada “redução de danos”¹⁴ parece-me retratar bem este tipo de política. Vejamos um exemplo dessa lógica: é sabido (conforme pesquisas e depoimentos dos educadores) que as relações sexuais fazem parte do cotidiano desses meninos. Nesse sentido, em vez de se ocuparem com a ideia do convencimento da não-realização desses atos, empenham-se no alerta ao sexo seguro. E assim, por diante.

Em conformidade com as duas hipóteses apresentadas, percebi os lugares diferenciados ocupados pelas entidades. Então se tornou relevante pensar articuladamente a instituição social (OGs e ONGs) e a estrutura Equipe Interinstitucional, para, deste modo, compreender como essa relação implica a organização e a prática do atendimento em geral.

Orientada pela teoria de Bourdieu, identifiquei o atendimento como um jogo que pode ser jogado com várias estratégias, em que todas as entidades têm como objetivo mostrar que o trabalho realizado por elas é o “melhor” ou o “mais correto”. Assim, as estratégias podem variar de acordo os *habitus* específicos de cada estrutura, no entanto, na ação prática, estas instituições têm em comum o desejo e a crença de que podem agir de forma positiva na vida desses meninos e meninas.

Interpretar as trajetórias institucionais é adentrar este campo permeado por mudanças culturais e permanente embate, e desta maneira aprofundar a formulação conceitual da ação social desses agentes e os significados e representações que eles elaboram ao longo de suas jornadas.

Para tanto, viver coletivamente e estruturar-se nas relações sociais em permanente elaboração pressupõe a existência de embates e, sobretudo, de conflitos como um dos elementos estruturantes da vida social, como indicado por Simmel (1983). Assim sendo, neste trabalho, serão expostos os aspectos unificadores e distintivos entre

¹⁴ Um outro exemplo da dinâmica da redução de danos pode ser visto no Programa de Prevenção e Redução de Danos da FUNCI. Este programa é vinculado à gerência de proteção especial e tem como objetivo acompanhar de maneira integral crianças e adolescentes usuários de substâncias químicas. A perspectiva da redução de danos é trabalhada por meio da realização de oficinas, de psicoterapia individual, grupos de acolhimento, orientação e grupos terapêuticos.

os espaços sociais (Estado, Município, Igreja e Movimentos Sociais) e a E.I., de forma que sejam apreciadas as variáveis e invariáveis das “verdades” sustentadas.

Por fim, com esta pesquisa, aspiro a contribuir, na medida em que tento expor tipos de atendimentos executados, para o debate sobre a situação da infância e adolescência em circunstância de risco e, por conseguinte, das políticas públicas responsáveis por dar conta dessa conjunção de problemas.

1.2.1. Trajetória no campo

Em 11 de maio de 2007, compareci à reunião do GT de Convivência Familiar e Comunitária¹⁵. Fui a convite de uma amiga, Camila Holanda¹⁶, que estava, na época, na coordenação desse Grupo, e disse que seria interessante minha participação, visto que lá estariam presentes os membros da Equipe Interinstitucional. Assim procedi e travei os primeiros contatos com os gestores que me interessavam. Ouvi comentários nesse encontro que me despertaram um olhar mais atento, tais como: “tudo que a gente faz é baseado no ECA”, “O ECA é como uma bíblia, tem várias interpretações e é aí que hoje o negócio pega e os atritos ocorrem”; “alguns abrigos têm uma visão errada do que é ser abrigo, parece que não conhecem o ECA”.

Ouvir essas falas me conduziu a procurar identificar o processo pelo qual “as pessoas dão formas discursivas as interações sociais, produzem sentidos ao que falam e orientam suas ações no contexto em que vivem”. (VAN DIJK, 1985 *apud* CHIZZOTTI, 2006, p. 122).

Passado esse encontro, dois meses depois, participei da primeira reunião da Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua, que aconteceu na sede do COMDICA. Quando cheguei, fui procurar alguém que porventura conhecesse para não ficar tão deslocada, diante de uma mesa de reunião com treze pessoas. Para minha surpresa, além da Camila Holanda, compunha o grupo a coordenadora da proteção especial da FUNCI, com quem havia trabalhado quando fui educadora do abrigo Casa das Meninas.

¹⁵ O GT de convivência familiar e comunitária em Fortaleza iniciou suas atividades no início de 2007, fruto das discussões que vinham sendo travadas, nos planos nacional, estadual e municipal, durante a elaboração do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em janeiro de 2007. Tem como objetivo reunir, além de instituições que trabalham com abrigamento e abordagem de rua, juizado e conselheiros tutelares.

¹⁶ Ela autorizou a utilização de seu nome civil real.

Nessa oportunidade, no início da reunião, houve rápida apresentação dos representantes das entidades, e eu me apresentei como pesquisadora e interessada em estudar tal universo. Na ocasião, perguntei se seria possível minha participação nas próximas reuniões. Obtive resposta positiva e de pronto já tive meu *e-mail* incorporado à lista do grupo para ter acesso a todas as mensagens *online* que circulam entre elas. Dez entidades estavam representadas.

Desde então, passei a participar dessas reuniões que acontecem sempre as 2^{as} quartas-feiras de cada mês. Nessas idas, tive o ensejo de participar da elaboração do regimento dessa instância e o mais curioso é que minha presença às reuniões proporcionou a criação de um parágrafo em um de seus artigos. Neste está disposto que pessoas interessadas em conhecer a Equipe podem participar das discussões, sem direito a voto, mas, no meu caso, com acesso a informações privilegiadas, tais como orçamentos das entidades, apresentação de propostas e projetos elaborados pela E.I. ou por alguma entidade em isolado, bem como tive ensejo de ouvir comentários sobre notas de imprensa escritas a respeito do problema da criança e do adolescente em situação de moradia nas ruas, dentre outros. Enfim, pude presenciar o cotidiano dessa instância, o que me foi de grande valor como pesquisadora.

Optei por uma abordagem qualitativa, haja vista que “as técnicas qualitativas procuram captar a maneira de ser do objeto pesquisado” (QUEIROZ, 1992, p.19), de modo que a primeira fase da minha pesquisa de campo compreendeu a participação nas reuniões da Equipe. Nesta, fiz uso do diário de campo, registrando as impressões sobre os discursos, as pautas dos encontros, os pontos de vistas, as entidades presentes, enfim o que compreendia como importante para familiarizar-me com a vivência da E.I. e, assim, acumular informações para a composição desta pesquisa.

Realizei, ainda, entrevistas seletivas e gravadas, fora do espaço da coletividade, com os representantes das instituições-membro (OGs e ONGs)¹⁷, o que me proporcionou a aproximação com os discursos oficiais das organizações, com as metodologias, com a infraestrutura e com o quadro de funcionários.

¹⁷ **Ogs entrevistadas:** 2 gestores e 1 ex-gestor da FUNCI; 1 gestor do Programa Fora da Rua Dentro da Escola.

Ongs entrevistas: 1 educador da Curumins, 1 gestor e 1 educador do O Pequeno Nazareno, 1 gestor e 1 técnico da Casa do Menor, 1 gestor da Pastoral do Menor, 1 gestor da Barraca da Amizade, 1 gestor da ACAMP.

4 Grupos focais: 1 com educadores das OGs; 1 com educadores das ONGs; 1 com educadores das OGs e ONGs; 1 com gestores da Equipe Interinstitucional.

Além disso, reuni os documentos oficiais da E.I. desde sua criação, e tive acesso aos e-mails, atas, planejamento e projetos dos anos de 2006, 2007 e 2008. Realizei ainda uma pesquisa na internet sobre a Equipe Interinstitucional, assim como visitei os sites das entidades, de onde pude extrair informações importantes a respeito do trabalho desenvolvido por parte de cada uma, objetivos, projetos realizados, metodologia, ações compartilhadas e continuadas.

Particpei e tenho participado dos eventos (seminários, encontros, consultas públicas etc.) promovidos pela Equipe, por suas entidades e por grupos afins. Algumas vezes, participei de eventos que aparentemente não me interessavam, todavia percebia que minha presença era necessária em tais momentos porque não podia isolar o diálogo. Era importante a troca de ideias para entender algumas especificidades e o funcionamento do campo de atendimento e das medidas de proteção previstas no ECA.

Depois de um tempo, percebi que, além da presença às reuniões e da ida às instituições para entrevistar os gestores e participantes da Equipe, era preciso dar mais um passo para conhecer melhor o fenômeno. Então, comecei a investir no acompanhamento aos educadores na rua para perceber como as abordagens são constituídas e realizadas. Travei com eles longas conversas informais, bem como com os meninos e meninas atendidas.

Tais abordagens me possibilitaram enxergar os detalhes do atendimento e suas peculiaridades. Cada conquista feita na rua me abriu caminhos que se transformariam na essência deste trabalho. Notei este enriquecimento e, nesta etapa da pesquisa, optei por não fazer uso do gravador com o intuito de garantir a interlocução que menos causasse receios na disponibilização das informações por mim demandadas.

A adoção dessa estratégia me levou a conhecer mais de perto os conflitos, as “fococas”, os juízos de valor de um sobre o trabalho do outro, as conversas de bastidores etc. Apesar de colhidas na rua, as informações que os educadores me forneceram conduziram-me ao conhecimento das intimidades da “casa”, ou seja, das entidades e da própria Equipe.

Outra maneira de apreensão dos detalhes da trama em investigação foi a participação em momentos de confraternização da E.I., do Núcleo de Articulação e das entidades em particular. Nas festas ou nos encontros extra-reunião vivenciei juntamente como meus interlocutores os momentos da descontração, da palavra mais solta. Nessas

ocasiões, sentia que os educadores e os gestores não me viam na qualidade de pesquisadora e sim como mais uma parceira. Busquei, entretanto, estar sempre com o ouvido mais atento, com o olhar mais focado para armazenar o que surgisse como dado para minha pesquisa. Assim, passando a pesquisadora por vezes despercebida, fui me entrelaçando ao meu objeto e tecendo as informações apreendidas.

Por vezes, contudo, me angustiei porque mergulhei de tal forma no campo que tive que me vigiar para não me deixar envolver com as discussões pautadas na Equipe, no Núcleo e nas conversas de “bastidores”. Então, sentia que era o momento de manter certa distância.

(Re) lembro algumas situações que ilustram bem esse sentimento: em uma ocasião, houvera ocorrido a morte de uma adolescente nas dependências da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), que é de responsabilidade do Governo do Estado. Para tanto, antes de a menina ser encaminhada para essa unidade, estava sob a tutela da Prefeitura no abrigo para adolescentes em situação de risco. Segundo os relatos sobre o caso, a menina houvera agredido fisicamente outra adolescente nas dependências da instituição municipal e fora, portanto, levada à DCA. Nessa unidade, fora colocada juntamente com outras duas adolescentes na cela do espaço de triagem para aguardar o encaminhamento da Promotoria no dia seguinte. Durante a madrugada, a adolescente foi assassinada pelas outras duas internas. O caso ganhou grande repercussão na imprensa e a pergunta que circulava era: quem tem culpa? A Prefeitura, por ter feito o encaminhamento pra DCA, ou o Estado pelo fato de ter ocorrido em suas dependências? Essa discussão também foi feita por alguns membros da Equipe que, em ocasião da minha presença, perguntaram: – “E aí, quem você acha que tem culpa? Quem agiu certo?”.

Apesar de ter minha opinião formada sobre o caso, foi um momento delicado em que fiquei com receio de me expor e com isso macular meu papel de pesquisadora, julgando publicamente uma ou outra instituição. Não que meus interpeladores se preocupassem com isso, mas eu, naquele instante, não me senti confortável em ter que opinar sobre o assunto porque na minha cabeça eu estava lá como pesquisadora, e não como uma cidadã que arbitra sobre um caso, apesar de saber que os dois papéis estão estreitamente imbricados.

Por vezes, fiz o exercício de parar para refletir sobre minha inserção no campo. Somente assim, sentia aflorar o quão eu estava me sentindo parte dessa Equipe e essas

reflexões foram importantes porque me proporcionaram o entendimento racional de que eu não era componente desse grupo. Acredito que isso tenha acontecido porque o objeto de desejo da Equipe, logo, das instituições, também desperta em mim interesse e encantamento. O distanciamento era-me, às vezes, difícil, mas compreendia a necessidade dele, por isso exercitei-o.

Tal encantamento provém da minha trajetória acadêmica e profissional. Minha primeira pesquisa acadêmica foi realizada quando fui bolsista do projeto *As narrativas da não violência: a experiência de um grupo de jovens da periferia*, financiado pelo CNPq, de 2003-2005. Este tinha como objetivo principal investigar a “problemática da violência e a luta contra ela no cotidiano de jovens que desenvolvem projetos educativos visando promover uma alternativa a outros jovens envolvidos em situações de conflito e criminalidade” (XAVIER, 2006, p. 3), na Comunidade do Dendê, bairro Édson Queiroz, em Fortaleza.

Em seguida, elaborei minha monografia com base nesses dois anos de pesquisa. Simultaneamente, fui facilitadora do projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano¹⁸, na comunidade Goiabeira e nos bairros Jangurussu e Parque Araxá, que tinha como público alvo, adolescentes de 15 a 17 anos em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Após essa experiência, trabalhei como educadora social do Abrigo Casa das Meninas da FUNCI para adolescentes do sexo feminino em situação de risco pessoal. Neste sentido, o caminho percorrido reflete minha aproximação com o tema que desperta em mim desejo de atuar e vontade de me aprofundar e de estudar analiticamente, seja focalizando suas trajetórias, seja investigando as políticas propostas para esse segmento.

Transpondo objeções e encantamentos, resalto uma parceria que me rendeu as bases para a redação do primeiro capítulo deste trabalho. Desde o ano 2002, a E.I., em resposta às demandas dos órgãos governamentais e não governamentais, passou a

¹⁸ Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano é um projeto do Governo Federal relativo à Política de Assistência, que em Fortaleza tinha, à época, o gerenciamento da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social – SEDAS e execução através da Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI. Os participantes do programa eram beneficiados durante um ano com uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 65,00. O objetivo maior do projeto era desenvolver na prática o conceito de protagonismo juvenil e investir na atuação dos adolescentes em seus locais de moradia, estimulando o auxílio nas áreas da saúde, educação, prevenção da violência, dentre outros. Para maiores informações, Cf. <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-basica/servicos-e-usuarios/concessao-de-bolsa-para-jovens-em-situacao-de-vulnerabilidade-socia/projeto-agente-jovem-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em 21 de Fev. de 2009.

realizar uma pesquisa anual, revelando o perfil das crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. Desta feita, com o passar dos anos, ela sentiu a necessidade de aprimorar a coleta de dados e o produto final, e, tendo essa instância o conhecimento do nosso trabalho na universidade, nos convidou (ao Prof. Domingos Abreu e a mim) para elaborar o relatório (LEV/EI, 2007) referente à pesquisa de 2007¹⁹. O resultado do nosso trabalho foi bem aceito, bem acolhido e, sobretudo, valorizado pela E.I., o que nos possibilitou o benefício do “livre acesso” às instituições, bem como a facilitação dos contatos.

1.2.2. Sobre a estratégia metodológica

Com vistas a apreender o funcionamento e o relacionamento entre os diferentes agentes institucionais como forma de examinar mais completamente as soluções propostas aos meninos em situação de moradia nas ruas, retalhei a política de atendimento, conforme descrição delineada na sequência.

Para melhor compreensão, cabe salientar que a Equipe Interinstitucional cumpre o papel de executor e controlador de políticas previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que classifica essa prática como parte das medidas de proteção²⁰ e da política de atendimento²¹.

Seguindo essa linha, para apropriar-me do objeto (o atendimento prestado pelas entidades) pensei **as medidas de proteção e a política de atendimento**, sob responsabilidade da Política da Assistência Social, como um campo, no sentido de Bourdieu, regido pelas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, composto por agentes de variados campos sociais, conforme mencionado anteriormente.

Pensando nas estruturas e organizações das várias entidades que compõem a E.I., foi possível identificar pelo menos quatro campos distintos: 1. Política municipal,

¹⁹ Pesquisa realizada pelos educadores de rua de todas as instituições integrantes da Equipe Interinstitucional, que trabalham com abordagem na rua com o objetivo de quantificar e traçar o perfil dos meninos e meninas moradores de rua. A pesquisa de 2007 contou com a parceria e o financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

²⁰ **Art.98.** As medidas de proteção a criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I- Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II- Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III- Em razão de sua conduta.

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

²¹ **Art.86.** A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulados de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

2. Política estadual, 3. Política das ONGs religiosas e 4. Política ONGs laicas. Com base nessa configuração, escolhi para fazer uma análise/ acompanhamento mais profundo um representante de cada um desses campos, de modo que o passo seguinte foi subdividir a E.I. em quatro grupos, cada um reservando uma particularidade estrutural e ideológica que na sua composição diferem um do outro.

Optei por trabalhar com o programa *Criança Fora da Rua Dentro da Escola* (Governo estadual), com o projeto *Ponte de Encontro* da FUNCI (Governo municipal), com a *Associação Barraca da Amizade* (ONG laica) e com a *Associação O Pequeno Nazareno* (ONG religiosa). O esquema abaixo resume de forma geral os representantes escolhidos para o estudo.

Quadro 2: Fatores que constituem os espaços sociais tomados para detalhamento

Espaço do Estado	Espaço Religioso	Espaço do Município	Espaço dos Movimentos Sociais Laico
Representante: Programa Fora da Rua Dentro da Escola	Representante: Associação O Pequeno Nazareno	Representante: Programa Ponte de Encontro	Representante: Associação Barraca da Amizade

Fonte: Elaboração Prática

Sobre as organizações governamentais (Ponte de Encontro e o Programa Fora da Rua Dentro da Escola), será descrita a ação dos Governos municipal e estadual na área de atendimento aos meninos e meninas em “situação de risco”, com foco na política de rua, mediante uma análise que a particularidade de um programa governamental carrega, como, por exemplo, a possível falta de continuidade em virtude das periódicas mudanças políticas.

O acompanhamento foi realizado durante o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008, um período importante em termos municipais porque a política proposta pela atual gestão²² estava ganhando corpo, e, em termos estaduais, foi exatamente o período do primeiro ano de consolidação da nova gestão²³, logo apto a mudanças. Consequentemente, a proposta é dar pistas de como os governos respondem

²² Gestão assumida pela prefeita Luizianne Lins, do PT, 2005-2008, gestão precedida por Juraci Magalhães, até então do PMDB, que fora prefeito de 1997 -2005.

²³ Gestão assumida pelo governador Cid Gomes, do PSB, (2007-2010).

ao que manda a lei (o ECA), sabendo-se que o perfil institucional governamental revela diferenças significantes de atendimento.

Será discutida, também, a singularidade do atendimento institucional prestado pelas organizações não governamentais, centrado no trabalho desenvolvido pelas associações O Pequeno Nazareno e Barraca da Amizade, com a finalidade de dar indícios sobre o funcionamento da política pública nesse tipo de instância.

Constituiu o período de análise os anos 2007, 2008 e janeiro de 2009, tempo em que fui apresentada e me familiarizando com as organizações. Igualmente, caracteriza-se como uma época em que a Barraca da Amizade é um dos membros da coordenação da Equipe Interinstitucional e O Pequeno Nazareno do Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua, um braço da Equipe composto, exclusivamente por educadores sociais de rua das instituições participantes da E.I. Portanto, os lugares de destaque ocupados são mais um elemento que expõem as entidades, somando, então, possibilidades de investigação.

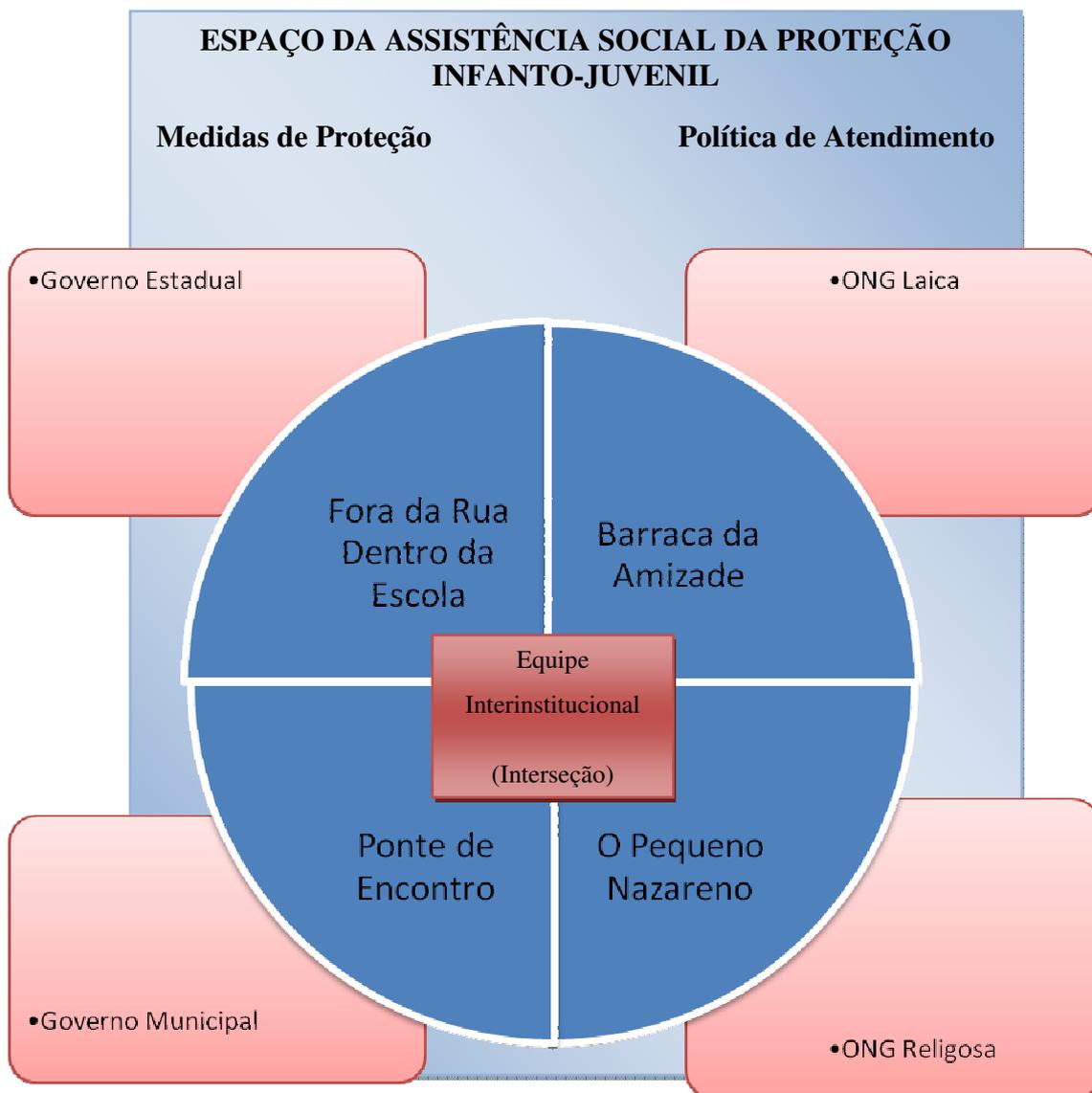
Essas entidades podem ser e agir independentemente, entretanto é possível supor que, diante do pressuposto de todas serem de um campo maior (das medidas de proteção e das políticas de atendimento da Assistência Social do País), em algum momento, é provável o encontro entre elas. A Equipe Interinstitucional é quem proporciona tais interconexões dos demais espaços sociais, provocando, dessa forma, interdependência entre eles.

Tal interseção não significa que os campos se anulem em virtude das presenças em outra estrutura. Por exemplo, o fato de a Barraca da Amizade, representante do campo das ONGs laicas, compor o espaço da interação (E.I.) não presume que ela abandone suas características particulares. Assim, as entidades acumulam dois papéis, são ao mesmo tempo parte do campo do qual são oriundas e parte de outro que representa a rede/ a coletividade (E.I.).

Portanto, a Equipe representa certa concordância de subjetividades estruturantes, ou seja, diversos símbolos que, quando reunidos, se tornam instrumentos de integração social, pois possibilitam o consenso acerca do sentido dado à criança e ao adolescente. Neste caso, acredito que a lei (o ECA) seja a estrutura dominante nessas relações, sendo então o principal instrumento de comunicação e conhecimento, como também o que tende a ser estabelecido como a “ordem natural”. Este subcampo, além

disso, é capaz de legitimar distinções, na medida em que valoriza a integração da entidade na Equipe. A figura abaixo ilustra a composição e subdivisão propostas.

Figura 1: Estruturas em estudo



Fonte: Elaboração prática

O desenho representa a ideia de quatro campos diferenciados (estruturas-mães) compostos por outros elementos além daqueles que constituem a proteção especial de crianças e adolescentes, por isso os quadrados representantes do Governo Estadual, da Prefeitura Municipal e das ONGs Religiosas e Laicas estão dispostos de maneira que

ultrapassam a figura das medidas do ECA (política de atendimento e medidas de proteção). Em seguida, o círculo subdividido ilustra os programas de atenção aos meninos e meninas em situação de moradia nas ruas, contidos nas “estruturas-mães” e que se encontram no subcampo da Equipe Interinstitucional, lugar da interseção.

Neste sentido, para dar conta desse objeto, busquei seguir a lógica de Oliveira (2000) - que nos ensina a “olhar, ouvir e escrever” as experiências passadas no campo. A metodologia, nesta perspectiva, foi um mergulho, garantindo a aproximação com as narrativas, pontos de vista e conhecimento das representações, além de elucidar experiências dos agentes em estudo. Permitiu ainda perceber como esses agentes sociais dão sentido às suas ações e experiências de vida, etnografando os eventos e práticas em seus diversos aspectos e espaços sociais.

Apoiada na abordagem qualitativa, dados quantitativos, produzidos pelas entidades, também estreitaram a análise em torno das práticas e do cotidiano daqueles que fazem o atendimento aos meninos e meninas em situação de moradia nas ruas, pois de acordo com a constatação de Maria Isaura Pereira de Queiroz: “O conhecimento qualitativo traça os contornos externos e internos da coletividade estudada, em seguida a abordagem quantitativa desvenda o número de vezes em que ocorre o fenômeno e sua intensidade [...]” (1992, p. 21). Os dois tipos de abordagem são interessantes e se mostram complementares, pois convergem para maior aproximação com o objeto em estudo.

1.3. ELABORAÇÃO DE UMA NARRATIVA

Iniciarei este trabalho – após as considerações propedêuticas do 1º capítulo – apresentando o perfil geral das crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, a fim de situar o leitor no contexto em que atuam as entidades²⁴, bem como com o escopo de apresentá-lo como panorama a servir de base para o entendimento do meu objeto. Os dados revelados foram coletados de acordo com o conceito que a E.I. desenvolveu sobre o que ser morador de rua. Assim, são abordadas no primeiro momento questões referentes a gênero e idade, tipo de família, bairro de origem, tempo

²⁴Os dados quantitativos apresentados foram colhidos pelos educadores das entidades que compõem a Equipe por meio da utilização de um instrumental chamado de “ficha única”. Como narrei, em momento anterior, o prof. Domingos e eu fizemos a leitura desses dados e elaboramos o relatório: Pesquisa Anual Sobre a Vivência de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Rua de Fortaleza /Maio 2008.

de permanência na rua e motivação de ida para ela. Em seguida, destaco área de permanência, instituição que cadastra, para onde são encaminhados e por quais instituições já passaram. No terceiro momento, está posta a descrição da situação deles na rua, das parcerias realizadas, do contato com as drogas e das relações sexuais.

No terceiro capítulo, descrevo as quatro instituições tomadas para o estudo, Barraca da Amizade, O Pequeno Nazareno, Programa Fora da Rua, Dentro da Escola e Ponte de Encontro, apontando as principais características de cada uma, tais como a funcionalidade, a composição, a proposta político-pedagógica e o organograma.

O quarto segmento foi reservado à exposição dos fios invisíveis que ligam as entidades na rede de atendimento, descrevendo os princípios, os valores, as crenças e as práticas consensuadas que mantém o elo entre as organizações em estudo.

No quinto módulo, descrevo as particularidades de cada entidade, o que por sua vez limita as parcerias, ressaltando o que é específico das estruturas de atendimento (OG e ONG) e as metodologias de abordagem que definem o lugar que é destinado à criança e ao adolescente em situação de moradia na rua. Por fim, nas considerações finais, retomo os principais pontos de análise e resalto informações relevantes que surgiram após o término de minha pesquisa de campo.

Nota sobre as identificações

Identifiquei meus interlocutores pelas funções assumidas e o tipo de entidade da qual fazem parte, no intuito de lhes preservar os nomes. Quando citados trechos de entrevistas, dispus o cargo e o tipo de entidade (OG ou ONG). Quando referendados trechos do diário de campo, acrescentei as identificações, a data de ida ao campo. Apenas no 1º capítulo, utilizei o nome de uma interlocutora, que fora antes interpelada sobre esse uso e autorizou a divulgação.

2. O PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO: MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA

[...] rua e casa não se confundem, pois evocam sentimentos e afetos distintos... a casa nos acolhe e nos guarda. A rua nos espreita e nos seduz com as aventuras e os perigos (CASTRO, 2004, p. 40).

Em visita aos trabalhos que abordam questões referentes à criança e ao adolescente em situação de moradia de rua, dois problemas são recorrentemente trazidos para a discussão, o primeiro dos quais diz respeito ao conceito – o que é estar em situação de rua ou em situação de moradia de rua? E o segundo refere-se à (im) possibilidade e dificuldade de recensear essa população – como quantificar uma população que vive em constante circulação e sem endereço fixo?

Em detrimento de tais colocações, antes de avançar na busca de uma interpretação mais substantiva da realidade de tais sujeitos, acredito na imprescindibilidade da delimitação histórico-conceitual que trata da vivência de rua e como isso é apreendido pelos envolvidos na execução das políticas públicas, enfatizando as fronteiras e peculiaridades desse universo. Somente então, as opções diferenciadas, que cada entidade participante da Equipe propõe, podem ganhar sentido neste trabalho, explicando ao mesmo tempo os conflitos e a forma de contorná-los. Assim, delimitar conceitos nativos e discriminar categorias de classificação social operadas pelos agentes em universos limítrofes são partes fundamentais deste quebra-cabeça.

2.1. MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE (MORADIA NA)²⁵ RUA: SEGMENTO DE CIRCUNSCRIÇÃO DIFÍCIL

Em parte expressiva da literatura sociológica levantada para fins de elaboração deste trabalho, foi possível apreender que a existência de crianças nas ruas não configura fato recente. Rizzini e Butler (2003), em um artigo onde fazem uma revisão literária sobre meninos que trabalham e vivem nas ruas, destacam que, desde meados do século XIX, há registros na historiografia nacional sobre esse tipo de vivência,

²⁵ Expressão utilizada proposadamente para contemplar tanto a definição de criança e adolescente em situação de rua, quanto criança e adolescente em situação de moradia de rua, comumente utilizado nas entidades pesquisadas.

chamando atenção para o abandono físico e também moral de crianças em vias públicas. Os autores revisitam, ainda, a obra *Casa Grande & Senzala*, em que Gilberto Freyre, em 1930, faz menção aos “moleques”, mas ressaltam que o tema ganhou grande repercussão, inclusive como fenômeno internacional, apenas nos últimos anos.

Ainda de acordo com os autores retrocitados, as literaturas nacional e internacional pautam diversas matrizes de análise que se diversificam em consonância com as diferentes realidades e momentos históricos. No Brasil, em meados da década de 1970, o “menor abandonado” ganhou crescente atenção. O regime militar fez proliferar os movimentos sociais e democráticos, que passaram a questionar por que existiam tantas crianças e adolescentes nas ruas. Foi nesse contexto que os “meninos de rua” auferiam visão pública. Nos anos 1980, surgiram os primeiros exemplos de pesquisa social sobre essa população, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que em sua maioria descreviam qualitativamente o perfil e o cotidiano dos “chamados meninos de rua” (op. cit; p. 19).

A produção acadêmica dos primeiros anos da década de 1980 focalizava essencialmente duas áreas de interesse: “menores institucionalizados e nos meninos de rua” (op. cit; p. 20). No tocante ao segundo grupo, relatam os autores, as primeiras pesquisas marcam o reconhecimento de que a presença de crianças e adolescentes nas áreas urbanas do Brasil era uma realidade e as circunstâncias dessa vivência se assemelhavam nas diferentes cidades. Naquele momento histórico, não havia ainda uma “tipologia” da população que diferenciasse os tipos de crianças que ali se encontravam, como, por exemplo: “as meninas, os que trabalhavam nas ruas, mas voltavam aos seus lares e os que dormiam nas ruas”. (op. cit; p. 20). Embora a tendência inicial das investigações produzidas tenha sido englobar todos numa categoria geral, no início dos anos 1990, Lusk, pesquisador norte-americano, que coordenou um estudo no Rio de Janeiro com 113 crianças e adolescentes, subdividiu a categoria para melhor definir a população existente nas ruas sob a justificativa da falta de padronização na literatura, o que, por sua vez, levava a um superdimensionamento do número de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas. São eles: (1) ‘trabalhadores de rua com bases familiares’ – constituídos de jovens que vivem com suas famílias e precisam ir à rua trabalhar para ajudar no sustento; (2) ‘trabalhadores de rua independentes’ – envolvimento maior com a “cultura da rua” para o sustento e outras atividades; laços familiares começam a se deteriorar; (3) ‘crianças de rua’ – não possuem mais vínculos

familiares; (4) ‘crianças de famílias de rua’ – ficam os dias inteiros com a família na rua, principalmente com a mãe (RIZZINI & BUTLER, op. cit).

Além dessa tentativa de definir claramente a população jovem na rua, é relevante também destacar os esforços no sentido de quantificar este grupo, pois em conformidade com a pesquisa sobre população em situação de rua realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social nas capitais brasileiras em 2008, este segmento populacional não é incluído nos censos demográficos brasileiros, e de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar. Em 1978, a revista *Time* mencionava um *quantum* de dois milhões de crianças brasileiras “abandonadas pelo país” (HETCH *apud* RIZZINI & BUTLER, op. cit. P. 22) e o UNICEF em 1984 anunciava um montante de 30 milhões, porém o número mais comumente utilizado era de sete milhões, reproduzido tanto no universo acadêmico como em relatórios institucionais e em artigos jornalísticos. Hetch observa, portanto, que se essa estimativa fosse contundente, as “crianças de rua” corresponderiam a 6% da população brasileira em 1993.

Na tentativa de dar conta desse fenômeno, um documento foi produzido no Encontro Mundial promovido pelo UNICEF, em 1989, em Bogotá, que afirma:

‘Meninos de rua’ são crianças e adolescentes até 18 anos que habitam zonas urbanas; têm vínculos familiares débeis, quando os têm; desenvolvem habilidades e destrezas de sobrevivência; têm na rua seu habitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização; e estão expostos a riscos consideráveis e específicos.

Em relação aos “menores em estratégia de sobrevivência”,

São caracterizados como crianças e adolescentes até 18 anos que mantêm vínculo familiar; realizam atividades destinadas a garantir seu sustento, que tanto podem estar incluídas na economia formal como na informal ou mesmo na marginal; se desenvolvem fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela; recebem ou não remuneração, que pode ser em dinheiro, espécie ou serviço; e o que recebem pode ser para si, para seu grupo de referência ou para terceiros²⁶.

Sob outra óptica de observação, em 1994, o Governo do Estado do Ceará, na tentativa de conhecer a realidade dos meninos e meninas de rua da Capital cearense, realizou a pesquisa “Histórias de Vida de Meninos e Meninas de Rua de Fortaleza”, que, por meio do retrato das “ histórias de vida” dessas crianças e adolescentes, que significa “experimentar encontrar vestígios, indícios, pistas que possam propiciar o

²⁶ Fonte: www.inovando.fgvsp.br/conteúdo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2013.pdf. Acessado em 30 de Agosto de 2008.

potencial de interpretação de uma complexa estrutura social” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1994, p. 9), encontraram dois tipos de informantes considerados “tipo ideal”, a saber: (1) menino(a) que “mora na rua” e exerce sobre os outros certo tipo de liderança e é reconhecido por parte representativa dos que frequentam determinada áreas; (2) menino(a) que “fica na rua parte de seu tempo e não perdeu vínculo com a família” e também é reconhecido por parte representativa dos meninos que ocupam determinado local. Observa-se que a ênfase dada nos relacionamentos com a família, o trabalho e as situações ilícitas norteiam a constituição das tipologias há pouco citadas, correlação geralmente utilizada na literatura em foco.

Acompanhando essas mudanças de paradigmas em relação ao entendimento do fenômeno nos anos 1990, Rizzini e Butler (2003) observam que a terminologia empregada para designar o que é ser menino de rua foi se modificando à medida que novos elementos foram sendo incorporados. Trazem para a discussão a título de exemplo a noção de que a expressão “menino de rua” que primordialmente se inclinava para abranger indistintamente os que vivem em situação de rua, passou a introduzir os “meninos nas ruas”, levando em consideração o aspecto da circularidade e transitoriedade de alguns, para depois incluir as meninas, revelando a preocupação com o gênero. Nos últimos anos, foram adotadas outras dicções, tais como: “crianças em situação de rua”, “crianças em situação de risco ou de vulnerabilidade” e – acrescento – “crianças em situação de moradia nas ruas”, expressão empregada pela Equipe Interinstitucional.

Esse conjunto de ressemantizações, expostas na literatura, é refletido no atendimento quando da apropriação de uma ou de outra expressão como definidora do grupo a ser assistido: é situação de rua ou de moradia de rua? Em contato com pesquisas nas capitais brasileiras que se propuseram fazer um censo sobre a população infantojuvenil de rua, deparei com um leque de caracterizações e metodologias que, indubitavelmente, influencia nos resultados apresentados. Para ilustrar essa afirmação, trago à tona duas pesquisas realizadas em Fortaleza, uma que tomarei como base neste capítulo realizada pela Equipe Interinstitucional e outra, realizada pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará. Ambas tiveram a intenção, dentre outros elementos, de revelar o quantitativo de crianças e adolescente que moram nas ruas. O primeiro estudo define que a criança e o adolescente em situação de moradia de rua são os que estão pelo menos dois dias e duas noites fora de casa e com vínculos familiares

interrompidos ou fragilizados, tendo sido cadastrados em 2007, 411 meninos e meninas por meio desse conceito; o segundo estudo determina que moradores de rua são os que romperam totalmente com a família e a referência de moradia é rua, e se encontram, nessas condições, em 2008, 76; com a ressalva do recorte temporal da E.I. ter sido todo o ano de 2007 e do Governo Estadual ter sido abril, maio e junho de 2008.

Sem intenção de julgar as disparidades nos números e como isso pode ser benéfico ou não para cada uma das instâncias disponibilizadoras, quero chamar a atenção para o fato de que, dentro de uma definição não essencialista²⁷ do que é ser criança e adolescente, as identidades são cambiantes tanto nos contextos sociais como nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido às nossas posições.

Apesar de todas as tentativas de esclarecimentos, a política de atendimento a esse segmento social, em outros termos, população que não se encontra com fronteiras fixas, ainda tem encontrado dificuldades para dar conta do público a favor do qual se propõe lutar para promover e garantir os direitos. Basta observar o que diz um educador, quando interrogado sobre o que ele entende pelo conceito:

Eu tenho um conceito próprio sobre o que é menino de rua porque é muito difícil dizer quem é e quem não é. A gente faz muita capacitação, mas nunca se chega a um conceito fechado e único. Então, eu considero menino de rua aquele que não tem mais nenhum vínculo com a família [...] (EDUCADOR DE RUA DE OG).

A ausência de uma definição precisa do que é ser “criança de rua”, conforme anota Lucchini (2003), dificulta a consolidação de uma tipologia mais precisa. Maria Filomena Gregori (2000) acrescenta que a imprecisão dos dados estatísticos está sempre unida a essa dificuldade de definição, pois na rua a situação das crianças e dos adolescentes é bastante instável e variável. “As definições são genéricas e contemplam uma diversidade considerável de situações de maior ou menor vínculo familiar e de maior ou menor vivência circulante na rua”. (Op.cit; p. 21). Essa dificuldade de entendimento, sem dúvida, interfere no conceito que as entidades adotam para classificar o público a ser atendido e/ou pesquisado, bem como torna a proposta de políticas públicas mais complicada do que se pensa.

Além disso, a vida nas ruas é marcada “pela ação, pelo movimento e pela gestualidade” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1994, p. 24). O ser menino(a)

²⁷ Uma definição não essencialista prestaria atenção também às formas pelas quais a definição daquilo que significa ser “determinada coisa” têm mudado ao longo dos séculos, ou seja não existe um conjunto cristalizado de características que não se alteram ao longo do tempo. Para aprofundar tal questão, ver, Silva (2000).

em situação de moradia de rua é marcado por uma apresentação de estilo, pela representação de uma imagem e de um modo de ser que lhe é próprio, pois é por meio de seu corpo, marca, atitude, emblema referentes a um estilo moderno que tomam forma, cor e movimento (DIÓGENES, 2003).

Apesar de todas essas possíveis definições, no subcampo da Equipe Interinstitucional trabalha-se oficialmente, conforme já mencionado, com a noção de que criança e adolescente morador de rua são aqueles que estão há pelo menos dois dias e duas noites fora de casa. A definição desse conceito, de “morador”, foi discutida em seminário com as equipes gestoras das entidades-membro, com os educadores sociais de rua e com o público presente, com a intenção primeira de garantir a unificação do conceito para termos de coleta de dados para as pesquisas que realizam, bem como com o escopo de garantir que dois dias passados na rua é motivo para intervenção das organizações responsáveis, mesmo que isso ao final de cada ano signifique estatisticamente um número alto de registros de meninos e meninas moradores de rua. O perfil que apresentarei neste capítulo tem como base essa definição porque é a empregada pela Equipe.

Quero ressaltar, contudo, que tenho ciência de que, quando a referência são as instituições isoladas, esse é um ponto em que se verificam contínuas divergências, sobretudo quanto às representações. Em princípio, todos corroboram a definição da Equipe, pois são membros dela, mas a prática não se configura assim.

O fato é que a forma subjetiva como se compreende a criança (e o adolescente), como objeto da intervenção, “para torná-lo inteligível e reconhecê-lo como corpo viável” (BUTLER, 2000) ordena consideravelmente as estratégias, as condicionantes e a efetividade das ações desenvolvidas. Concepções diferentes sobre a “clientela” dão origem a atendimentos distintos e a tramas institucionais diversas. O mesmo pode ser dito sobre a expectativa dos gestores em relação às causas do problema e sobre a legitimidade e a eficiência dos meios que devem ser utilizados (COSTA; CARNEIRO; FARIA, 1999).

Para as instituições, entretanto, que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua, a busca pelo entendimento desse mundo é imprescindível para o pensamento e execução das propostas de atendimento. Segundo Ferreira (2001), a rua, muitas vezes, é pensada como uma “entidade” responsável pela situação que esses

meninos vivem, no entanto, primeiramente, é preciso entendê-la como cenário e não como uma personagem.

Em termos do perfil do público que as organizações atendem, optei por apresentar as bases da pesquisa realizada pela E.I.²⁸ por acreditar que o conteúdo revelado possibilitará ao leitor um bom contato com o universo dos meninos e meninas que estão na rua.

Para apreender esse contexto, é preciso pensá-lo como multicausal, entendendo que diversos fatores, sejam eles econômicos, sociais, psíquicos, sexuais e políticos, em sua unidade e totalidade, são passíveis de contribuir para a mecânica do movimento dos corpos que caminham para a vivência da experiência de estar na rua.

Dessa forma, a apresentação dos dados está posta de modo que seja possível no primeiro momento perceber *quem são e de onde vêm* esses meninos e meninas, destacando: gênero e idade, tipo de família, bairro de origem. No segundo momento, está exposta *a relação entre os meninos e as instituições: onde estão e para onde são levados*, destacando: área de permanência, instituição que cadastra, para onde são encaminhados e por quais entidades dizem que já passaram. No terceiro momento está posto o *dia-a-dia na rua, com quem estão e o que estão fazendo*. Isso está expresso na descrição do estado deles na rua, das parcerias realizadas, do contato com as drogas e a intimidade vivida nas ruas.

Perceber-se-á, diante dos dados mencionados, que a especificidade da criança e do adolescente em situação de moradia nas ruas tem idade, sexo, número, lugar de permanência e de circulação, origem, dentre outros fatores.

²⁸ Em abordagem nas ruas, os educadores sociais de rua das entidades que compõem a Equipe coletam informações acerca de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. Tais informações são, a princípio, percorridas em seus diários de campo, instrumento de trabalho que os acompanha todos os dias. Em seguida, fazem a leitura dos diários e colocam os dados pesquisados em uma ficha comum (ficha única) às entidades, para, posteriormente, serem transformados em indicadores numéricos e incorporados a uma planilha do Excel. A digitação dos dados é feita pelos próprios educadores ou pelos responsáveis na entidade pela função, e, por fim, são enviados a uma instituição que faz a condensação das informações de todas as outras em planilha única, concentrando todos os dados e eliminando possíveis repetições.

2.2 DESVENDAMENTO DE UM UNIVERSO: *QUEM SOMOS E DE ONDE VIEMOS*

2.2.1. Gênero e Idade

Em 2007 na cidade de Fortaleza, foram feitas 1385²⁹ abordagens com meninos e meninas em situação de rua. Destas, 411 deles encontravam-se há pelo menos dois dias e duas noites (categoria utilizada pela Equipe para classificar o público atendido), sendo 67,2% meninos e 32,8% meninas, dos quais 70,8% têm entre oito e 16 anos e 12,4% são crianças de um a sete anos. Conforme tabela a seguir.

Tabela 1: Distribuição por sexo

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO		
SEXO	FREQUÊNCIA	%
FEMININO	135	32,8
MASCULINO	276	67,2
TOTAL	411	100

Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua.

Tabela 2: Distribuição por idade ambos os sexos

DISTRIBUIÇÃO POR IDADE AMBOS OS SEXOS		
IDADE AMBOS OS SEXOS	FREQUÊNCIA	%
1 a 4 anos	33	8,4
5 a 7 anos	18	4,6
8 a 11 anos	67	17
12 a 14 anos	126	31,9
15 a 16 anos	96	24,3
17 a 18 anos	55	13,9
TOTAL	395	100

Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua.

²⁹ Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua.

Em conformidade com outras pesquisas realizadas no Brasil, o número de meninos sempre é superior, tanto os que se encontram na rua, como os abrigados e os que cumprem medidas socioeducativas. De acordo com o relatório CENSO DA EXCLUSÃO OU FALTA DE INCLUSÃO NOS CENSOS? A *(in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras*, realizado pela Campanha Nacional Criança Não de Rua (2009), ao visitar nove pesquisas realizadas em oito capitais brasileiras, com base no recorte de gênero, é possível chegar à constatação de que, em todas, o número de crianças e adolescentes do sexo masculino supera o do sexo feminino. Por exemplo, em “Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre” (2004), o contingente de meninos identificados chega à média percentual de 79% do segmento, em contraposição a apenas 21% de meninas. A realidade de São Paulo (2007), disposta no “Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo” (2007), mais especificamente nas áreas da Subprefeitura de Pinheiros e do Programa Ação Centro, não difere muito da retrocitada: 77,7% das crianças e adolescentes em situação de rua são do sexo masculino. A Capital pernambucana, no “Censo e Análise Qualitativa da População em Situação de Rua na Cidade do Recife” (2005), apesar de apresentar um número menor de meninos relacionados às outras pesquisas, ainda ultrapassa em mais da metade o de meninas, contando com, respectivamente, 68, 11% e 31,89%. Em “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em João Pessoa” (2008), o número de meninos também supera e muito o de meninas – 81,8% aqueles e 18,2% estas.

2.2.2. Tipo de família

O tipo de família de origem é mais um elemento importante para apreender o universo em que estão inseridos essas meninas e esses meninos. Do modelo de família de onde a maioria desses agentes se origina, 74,6%, sobressai-se a presença de familiares consanguíneos, pai e/ou mãe (família monoparental, família nuclear, família recombinação)³⁰, com destaque para as famílias monoparentais, ou seja, são crianças e adolescentes que em sua maioria tiveram ou ainda têm algum tipo de vínculo com pai e/ou mãe.

³⁰ 1) *Família monoparental*: vive com o pai ou com a mãe (vive com um dos pais); 2) *família acolhedora*: vive com outra família que não a sua; 3) *família recombinação*: vive com o pai e madrasta ou a mãe e o padrasto; 4) *família homoafetiva*: vive com um par homossexual; 5) *família nuclear*: vive com o pai e a mãe e 6) *família ampliada*: vive com pai e/ou mãe e/ou padrasto e madrasta + outros parentes (tios, primos, avós...)

Tabela 3: Distribuição por tipo de família

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE FAMÍLIA		
IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR	FREQUÊNCIA	%
Família Acolhedora	19	7,8
Família Ampliada	38	15,6
Família Homoafetivas	5	2
Família Monoparentais	96	39,3
Família Nuclear	67	27,5
Família Recombinada	19	7,8
Total	244	100

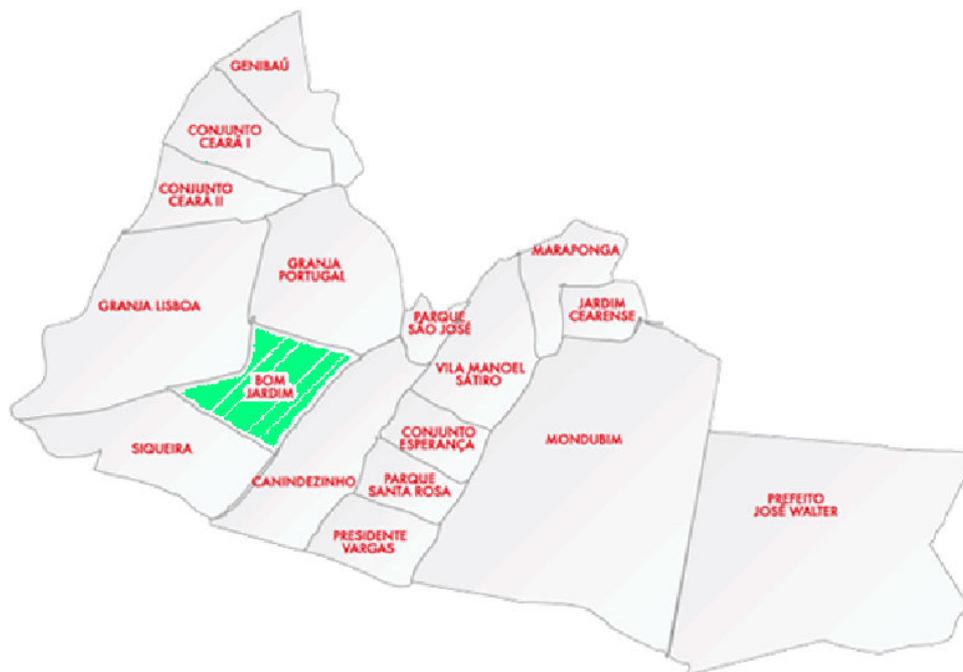
Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua.

2.2.3. Bairro de Origem

Grande parte dos sujeitos pesquisados se diz oriunda de bairros com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Ao se pensar esses números em termos da divisão conforme a Secretaria Executiva Regional (SER)³¹, dos 280 que responderam a questão, percebe-se uma incidência muito forte na SER V, 39,6%, que possui uma população de 570 mil habitantes³². É também da SER V, o bairro Bom Jardim, de onde migra mais menino para a rua. Esse bairro em isolado representa 17,14% das incidências. Observa-se abaixo mapa da referida Secretaria Executiva Regional.

³¹ As secretarias executivas regionais, em um total de seis em Fortaleza, auxiliam o exercício do Poder Executivo por meio de ações regionalizadas.

³² Fonte: Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: www.fortaleza.ce.gov.br. Acesso em 19 de abril de 2008.



Mapa 1: Bairros da SER V, com destaque para o Bom Jardim

De acordo com integrantes da Equipe Interinstitucional, contudo, nos orçamentos municipais e estaduais de 2007 destinados à área da infância e da adolescência, verifica-se um desequilíbrio de investimentos na Cidade. Denunciam eles não ter havido, portanto, ação prioritária na região em destaque, pelo contrário, além de um número menor de recursos previstos em comparação com outras regiões, o pouco que foi destinado, não foi executado em sua totalidade³³.

2.2.4. Tempo de permanência na rua

No que concerne aos que responderam (235) ao questionamento sobre o tempo de permanência na rua, destaca-se o fato de que 41,27% dizem estar há um ano ou menos neste tipo de vivência e 58,8% relatam estar há mais de um ano. Além disso, saliento, de acordo com os itens subsequentes que tratam das instituições de atendimento (para onde os meninos são encaminhados e por onde eles dizem haver passado), que esses períodos são intermitentes, pois os meninos voltam para casa, passam pela experiência de vivência em abrigos, voltam para a rua etc., ou seja, há verdadeira “circulação” (GREGORI: 2000) entres esses espaços, de modo que não se

³³ Inoformação verbal

pode classificar a rua como sua única morada no tempo de permanência declarado, porquanto se registra esta descontinuidade.

Tabela 4: Distribuição por tempo de permanência na rua

DISTRIBUIÇÃO POR TEMPO DE PERMANÊNCIA NA RUA		
TEMPO DE PERMANÊNCIA NA RUA	FREQUÊNCIA	%
Até um mês	13	5,5
De um a três meses	33	14
De três meses a um ano	51	21,7
De um ano a dois anos	51	21,7
De dois a três anos	34	14,5
De três a cinco anos	19	8,1
Mais de cinco anos	34	14,5
Total	235	100

Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua

2.2.5. Motivos de ida para a rua

De acordo com o levantamento realizado, entende-se que a família é um fator preponderante para a ida dos meninos para a rua, pois 33,8% alegam ser essa a maior motivação, seja por problemas infraestruturais (miséria), pelas relações fragilizadas ou violências sofridas. Além dessa configuração, a exploração do trabalho infantil reúne sozinho o maior número de respondentes (25%). Ao se levar em conta o fato de que grande parte dos sujeitos estudados está com as famílias na rua, e que pelo menos 10,4% deles estão trabalhando, é válido supor que a família também esteja diretamente ligada a essa situação. Assim, “parece não haver pior inimigo que seus parentes” (MILITO E SILVA, 1995, p. 40). As drogas e os conflitos comunitários são alegados por 27% deles.

Tabela 5: Distribuição por motivo de ida para a rua

DISTRIBUIÇÃO POR MOTIVO DE IDA PARA A RUA		
MOTIVAÇÃO DE IDA PARA RUA	FREQUÊNCIA	%
Abuso Sexual	0	0
Exploração Sexual	8	2,6
Amigos	35	11,5
Conflitos Comunitários	41	13,5
Drogas	41	13,5
Exploração do trabalho infantil	76	25
Miséria	66	21,7
Vínculos Familiares Fragilizados	35	11,5
Violência Doméstica	2	0,7

Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua

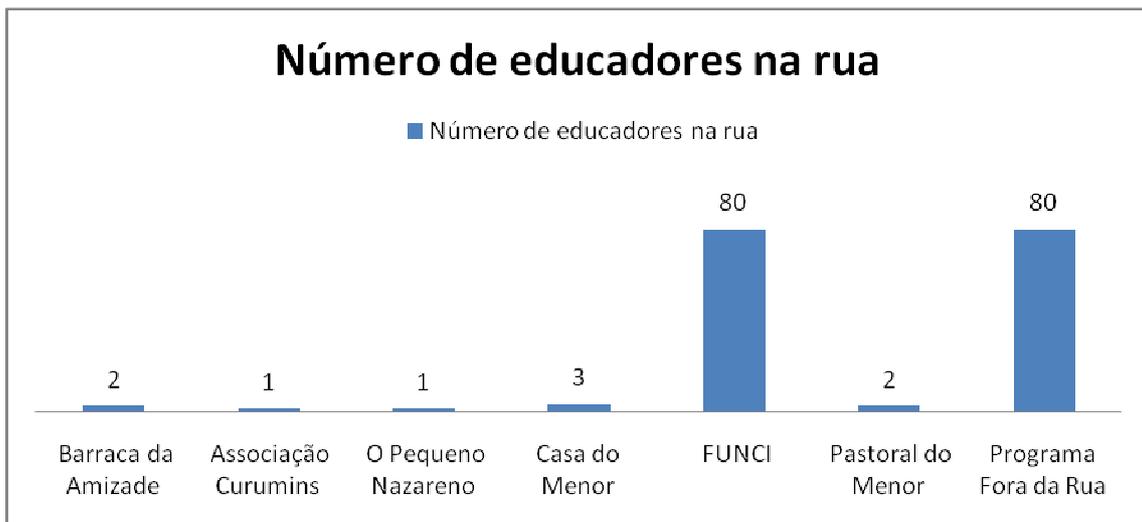
2.3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA RUA

2.3.1. Principais áreas de permanência

As instituições mapeiam as áreas da Cidade onde consideram ter um número considerável de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas, o que é visível a qualquer hora do dia e da noite. Dessa forma, os educadores geralmente se fazem presentes onde o público sujeito também se faz. É nesses locais que as instituições chegam, e é deles, também, que a maioria dos encaminhamentos são realizados. A entrada nesse campo traz elementos que permitem mostrar, mesmo que de maneira ilustrativa, a dinâmica do atendimento prestado pelas instituições, principais “aliadas” desse segmento social.

Quem são essas instituições? Das que fazem parte da Equipe, apenas oito delas executam o trabalho de abordagem nas ruas, conseqüentemente, apenas elas participaram da execução da pesquisa em 2007. Juntas reuniam, nessa época, um total de 169 educadores sociais de rua, com destaque para os programas/projetos governamentais municipal e estadual, respectivamente, Ponte de Encontro e Criança Fora da Rua, Dentro da Escola, que detinham 94,6% desses profissionais.

Gráfico 1: Número de educadores na rua



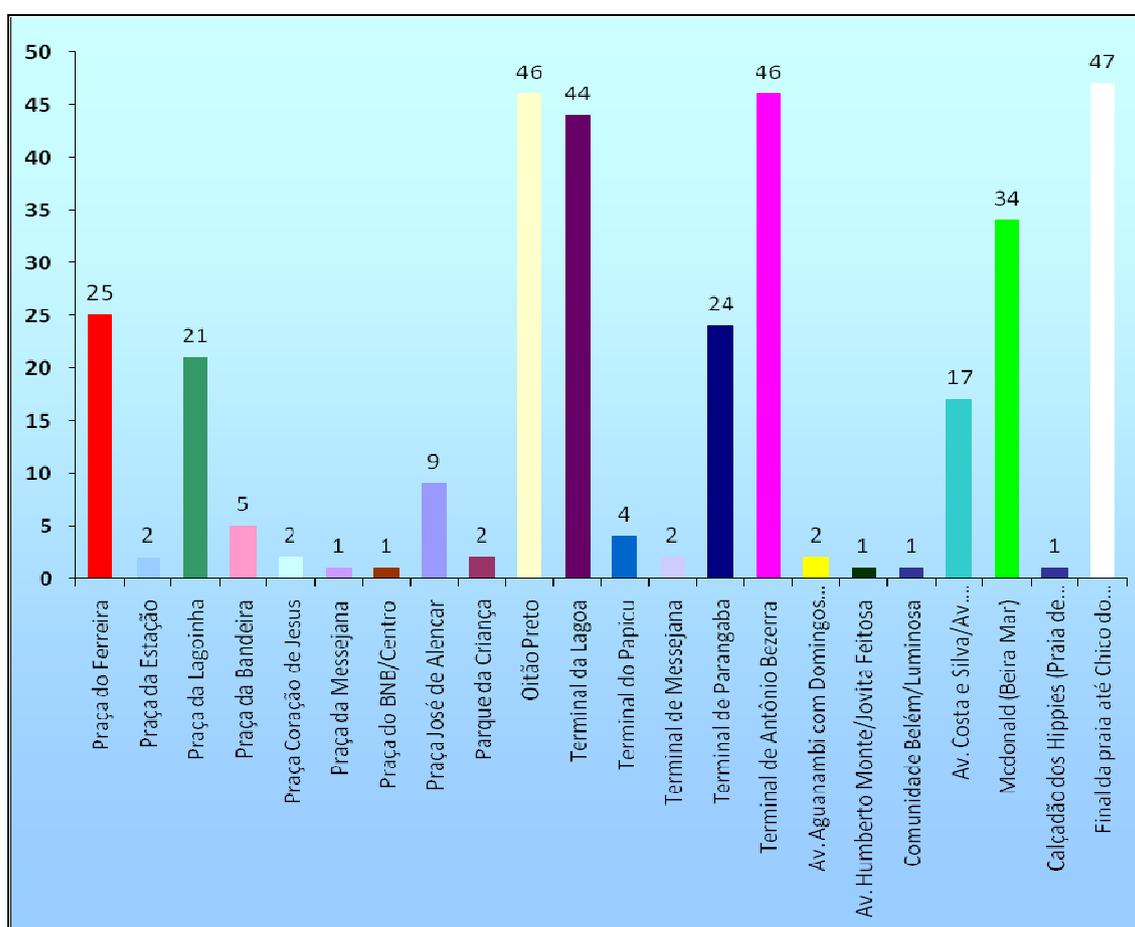
Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua

Mesmo o Ponte apresentando o mesmo número de educadores do Programa Fora da Rua, 80 cada um, aquele cadastrou quase três vezes mais crianças e adolescentes que este. Já a Barraca da Amizade, que tem dois educadores, cadastrou sozinha trinta, dos 411. É como se cada educador do Fora da Rua tivesse cadastrado apenas um menino ou menina (morador de rua) durante todo o ano de 2007. Isso é revelador porque corrobora o tipo de atendimento e de público que cada entidade aborda (isso será revelado com detalhes nos capítulos seguintes).

No tocante à área de permanência dos meninos e das meninas em situação de moradia nas ruas, é perceptível uma tendência de fixação em espaços onde é grande o fluxo de pessoas, como praças, terminais de ônibus e praias. Dentre as praças mais habitadas, destacam-se as do Ferreira (6,1%) e da Lagoinha (5,1%), ambas localizadas

no centro da Cidade. No que diz respeito aos terminais de ônibus³⁴ (29,2%), a concentração mais intensa está no da Lagoa (10,7%), da Parangaba (5,8%) e do Antônio Bezerra (11,2%). As praias concentram cerca de 24,3% do público pesquisado, com destaque para a av. Beira-Mar, mais precisamente em frente à lanchonete *McDonald's* (8,3%) e a praia do Futuro. A localidade do Oitão Preto, comunidade fixada próxima ao Centro, nas imediações da praça da Estação, perto da praia Leste- Oeste, que se configura também como área de considerável fluxo de pessoas, pois congrega sozinha 16,3%.

Gráfico 2: Principais áreas de permanência



Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua

³⁴ O transporte de ônibus coletivo de Fortaleza é denominado Sistema Integrado de Transporte, que possibilita o acesso a diversas áreas da Capital com o pagamento de uma única tarifa. Fortaleza possui sete terminais fechados integrados (Papicu, Ant. Bezerra, Lagoa, Parangaba, Messejana, Conjunto Ceará e Siqueira) e dois terminais abertos não – integrados (praça da Estação e praça Coração de Jesus). Cf. <http://www.etufor.ce.gov.br/index.asp?pagina=sit.asp>. Acesso em 01 de abril de 2009.

2.3.2. Para onde os meninos e as meninas são encaminhados

Cumpre-se salientar as entidades para onde os meninos e as meninas são encaminhados com maior frequência. Nesse item, os Centros de Atenção Psicossocial/CAPs (15,3%) e o Albergue Espaço Viva Gente (38,5%) se sobressaem. Uma leitura possível para a ocorrência desse fenômeno pode ser o fato de o Espaço Viva Gente ser um albergue onde que os meninos têm possibilidade de solicitar a ida para ele quando queiram³⁵. Para isso, é preciso fazer o pedido a um educador de rua que esteja de plantão nas áreas de permanência deste menino ou menina. A ida para os CAPs, segundo os gestores da Equipe e os próprios educadores, ocorre em virtude do número expressivo de usuários de drogas³⁶, conforme os dados a serem revelados posteriormente. Em contrapartida, apenas 1,0% deles relatam haver recebido encaminhamento para a família³⁷.

2.3.3. Por quais entidades dizem que já passaram

A distribuição de entidades por atendimento coincide com aquelas pelas quais as crianças e adolescentes informam já haver passado durante sua permanência na rua. Para pensar essa categoria, torna-se relevante dividi-la por tipo de atendimento: 1. Atendimento em meioaberto; 2. Atendimento em abrigos; 3. Atendimento em órgãos judiciais e policiais e 4. Conselho Tutelar.

Dos atendimentos prestados em meio aberto, verifica-se que 22,6% foram atendidos pelos CAPs e 16,9 % pelo o Espaço Viva Gente, número expressivo que corrobora a informação exposta acima sobre o local para onde eles foram encaminhados. No que tange à passagem por abrigo, 32,3% dizem ter vivido essa experiência de acolhimento institucional. Apenas 1,0% deles fizeram menção ao Conselho Tutelar. Ademais, apenas 1,6% disseram ter passagem pela Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA).

³⁵ Cabe ressaltar, que quando os meninos descumprem as regras do Albergue, como o uso de drogas em seu interior ou são agentes provocadores de conflitos na unidade, ficam restritos por tempo determinado, não sendo possível a ida destes para lá.

³⁶ Em Fortaleza não existe uma clínica pública para atendimento e tratamento de crianças e adolescentes dependentes químicos.

³⁷ Essa informação é importante porque corrobora o tipo de atendimento prestado pelas entidades, disposto nos capítulos subsequentes.

2.4. A ARTE DE VIVER NA RUA: DIFICULDADES, PRAZERES E ENCONTROS.

Eu fui pra rua porque eu achava que lá eu ia ter mais liberdade, e tinha mesmo, fiz muito amigo lá, tive umas parceiras, as vezes descolava um grana legal, era massa, ah! E conheci os educador que as vezes ajuda a gente, né?! Tu entende?! Mas eu também passava fome, frio, não tomava banho, só era ruim por isso e também quando eu era novato que eu não tinha amigo, ó?!” (ADOLESCENTE abrigado em ONG).

De acordo com esse discurso, dá para observar que a rua é um espaço de grandes contradições para as crianças e os adolescentes. Ao mesmo tempo em que ela é desejada com euforia, é rejeitada com medo, pelo fato de ser um universo a priori desconhecido; traz retornos esperados, como dinheiro e afetos, mas também conduz fome e frio. A permanência nela remete-me a uma ideia a priori de grandes rupturas, contudo com a casa, com a família, com a escola. Contudo, para seus habitantes, a rua passa a ser também o lugar da proteção, da atenção e do cuidado, como afirmou o adolescente cuja fala foi reproduzida há pouco, pois nela se constroem afetos e afagos, laços são criados, amores são encontrados, desejos são vividos, filhos são encomendados. Por mais paradoxal que possa parecer, na rua essas aspirações são satisfeitas concreta e simbolicamente.

2.4.1. Situação de vivência na rua

Cabe salientar, ainda, o que esses meninos e meninas dizem fazer quando na rua. Neste sentido, a maioria diz que está “pedindo” e “perambulando”, ou seja, em situação de “vulnerabilidade social”, somando 68,5% dos casos. Apenas 13,4% verbalizam estar em situação de conflito com a lei, furtando, roubando e envolvidos com o tráfico de drogas. Essas situações, porém, se entrecruzam, pois existem aqueles envolvidos com todas essas situações. Para ilustrar, segue a fala de um educador a respeito dos “meninos da Beira-Mar”

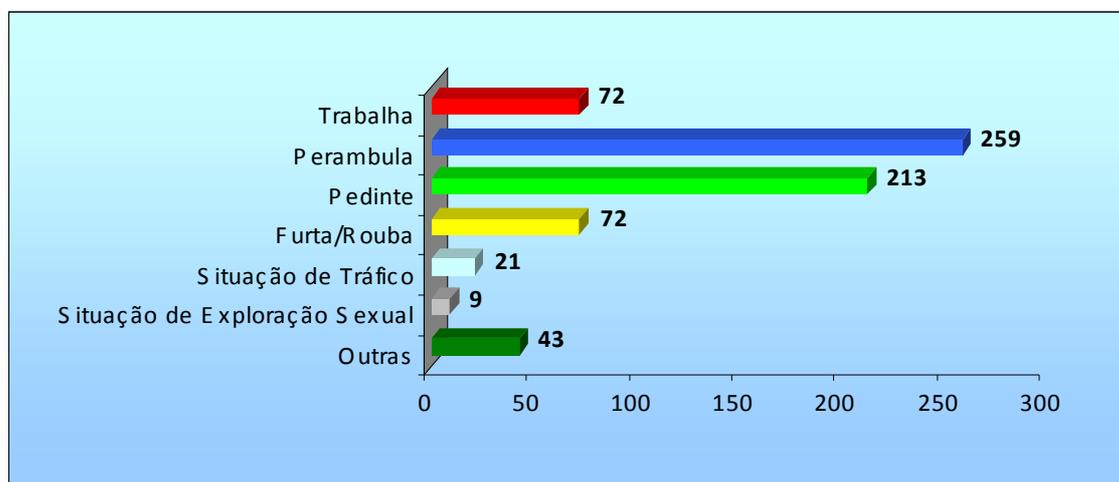
Os meninos aqui são muito artista, quando vêem um gringo fazem cara de fome e até choram, até que ganham um Mc’ Lanche Feliz, mas é só o tempo de ganhar porque vendem a R\$ 1,00 para os taxistas. Sem contar que ao mesmo tempo que pedem estão prestando atenção para ver se os gringos vacilam pra dar pra levar alguma coisa deles. Pode perguntar a qualquer um aqui, eles mesmos contam isso. (EDUCADOR DE RUA DE UMA ONG)

Esses vários papéis assumidos fazem da rua o espaço da criação de personagens. Segundo Maria Filomena Gregori (2000),

[...] os meninos e meninas circulam e se viram na rua na tentativa de manipular recursos simbólicos e identitários para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições: comportam-se como ‘trombadinha’, como ‘menor carente’, como sobrevivente, como adulto, como criança [...] (Op. cit., P. 31)

Assim sendo, acrescenta a autora, eles incorporam as diferentes representações sociais e encenam ações de acordo com a situação que lhes for mais conveniente. Portanto, a rua que os classifica é também um espaço de vivência onde encontram lugar “simbólico, indentitário e material” (Op.cit).

Gráfico 3: Distribuição por situação de vivência na rua



Fonte: Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua

2.4.2. Parcerias na rua

Um vez no campo, notei que, no afã de tais práticas cotidianas, há constituição de um enredo que organiza a rede de relações na rua. Os laços criados não substituem os liames familiares, mas são fundamentais para a sobrevivência nela.

Para tanto, a sobrevivência na rua muitas vezes está vinculada aos tipos de parcerias que nela são feitas. Nesta pesquisa, as amizades aparecem em primeiro lugar, com 58,2%, como as relações estreitas mais estabelecidas. Em segundo, aflora a família (pais, irmãos e outros parentes) com 25,3%. Este elemento guia para dois tipos de análises: primeiro, se há família na rua é sinal de que nem todas as crianças e os adolescentes estão totalmente abandonados; a segunda situação valida a informação de

que a família é uma grande motivadora da ida para a rua, já que ela mesma também se encontra lá.

2.4.3. Uso de drogas

O uso de drogas é outra prática recorrente entre esses agentes. Dentre os entrevistados, 67,11% se disseram usuários. O índice é alto, perfaz mais da metade dos meninos, portanto, não pode ser ignorado. É importante destacar, porém, que 31,52% dizem estar fora dessa prática. Dentre as drogas mais utilizadas, estão a cola³⁸ (solvente) e o *crack*³⁹ (derivado da cocaína).

2.4.4. A intimidade vivida nas ruas

Os amores são peças/instrumentos que não podem deixar de ser assinalados. Defrontar a questão das relações sexuais é trabalhar também com o não-dito. Para isso, basta observar que 40,6% dos entrevistados não responderam ao item. É importante encarar, todavia, com suporte nos dados, que 36% disseram já ter tido esse tipo de experiência. É como ilustra a fala desse adolescente, em conversa com um educador na rua: “Num tem essa menina aí, ó?! Ela diz que não fica com nenhum de nós, né?! Mas só essa semana ela já pegou num sei quantos aqui, ontem mesmo ela tava ali atrás daquela árvore com o fulano de tal”. É interessante perceber, por meio dessa fala, como “naturalmente” eles lidam no espaço público com uma ação que, mais do que qualquer outra, está vinculada, no imaginário coletivo, ao espaço privado.

As experiências relatadas auxiliam no entendimento das dinâmicas institucionais que serão apresentadas adiante. Tendo em mente que a criança e o adolescente em situação de moradia nas ruas, como segmento específico da sociedade,

³⁸ “Entende-se por ‘Cola de Sapateiro’ todo produto cuja composição química tenha solvente hidrocarboneto aromático (tolueno) e seus similares químicos” (Lei Estadual nº 1.070/92, art. 2º). Os efeitos dos solventes, substância contida na “cola de sapateiro”, vão desde uma estimulação inicial, seguindo-se de uma depressão, podendo aparecer processos alucinatórios. Os solventes causam tolerância, ou seja, levam o usuário a consumir quantidades cada vez maiores da mesma droga ou a recorrer a substâncias mais fortes para obter o efeito desejado. Ver detalhes sobre essa substância no site: <http://www.ac.gov.br/mp/coladesapateiro/index.html#about>. Acessado em 07 de maio de 2008

³⁹ O *crack* deriva da planta de coca, resultante da mistura de cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada, resultando em grãos que são fumados em cachimbos ou “na lata”. Por ser estimulante, ocasiona dependência física e, posteriormente, a morte, por sua terrível ação sobre o sistema nervoso central e cardíaco. Em decorrência de sua ação sobre o sistema nervoso central, ele enseja aceleração dos batimentos cardíacos, aumento da pressão arterial, dilatação das pupilas, suor intenso, tremores, excitação, maior aptidão física e mental. A dependência se constitui em pouco tempo no organismo.

possui características peculiares, o que a mim particularmente interessa é o passo seguinte: como cada entidade elabora sua política e atua.

Para isso, tomo como pressuposto a noção de que a crença em um determinado tipo de atendimento e a estrutura das organizações são peças fundamentais para pensar os pormenores das entidades no agenciamento de atenção ao público em foco, bem como para entender os conflitos entre os que compõem a rede de abordagem de rua.

3. O PERFIL DAS ENTIDADES

Neste capítulo discorrerei sobre as estruturas das OGs e ONGs atuantes no atendimento a meninos e meninas em situação de rua e de moradia na rua, uma exposição que ajudará a compreender como é o relacionamento entre as quatro entidades (Barraca da Amizade, O Pequeno Nazareno, Ponte de Encontro e Fora da Rua) tomadas para análise no subcampo da Equipe Interinstitucional. Esse relato é importante porque abordará a distribuição dos papéis entre os agentes de tais espaços sociais por intermédio dos programas, projetos e serviços prestados. O perfil institucional do atendimento revela as matrizes que respaldam as abordagens de rua e as possíveis intervenções técnicas.

Cabe antecipar ao leitor a notícia de que as fontes nas quais coletei a informações que seguem foram substancialmente, além da observação direta, de entrevistas e textos elaborados sobre as entidades, documentos produzidos pelas organizações acerca de suas propostas pedagógicas e estrutura organizacional, o que me proporciona o confronto das informações com a possibilidade de revelação dos contrastes e afinidades intrainstitucionais.

3.1. PROGRAMA PONTE DE ENCONTRO

“[...] a Funci está com quadro de pessoal pequeno. Hoje, são apenas 20 educadores, mas até o fim do ano, a intenção é contratar mais 80” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2006)⁴⁰

O Ponte de Encontro, criado em 2007, é parte de um conjunto geral de ações públicas municipais voltadas para a criança e o adolescente em situação de risco social e de moradia na rua. Foi instituído pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, na gestão da Prefeita Luizianne Lins, por meio da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI)⁴¹, presidida pela socióloga e docente da UFC Glória Diógenes. Ele é fruto de

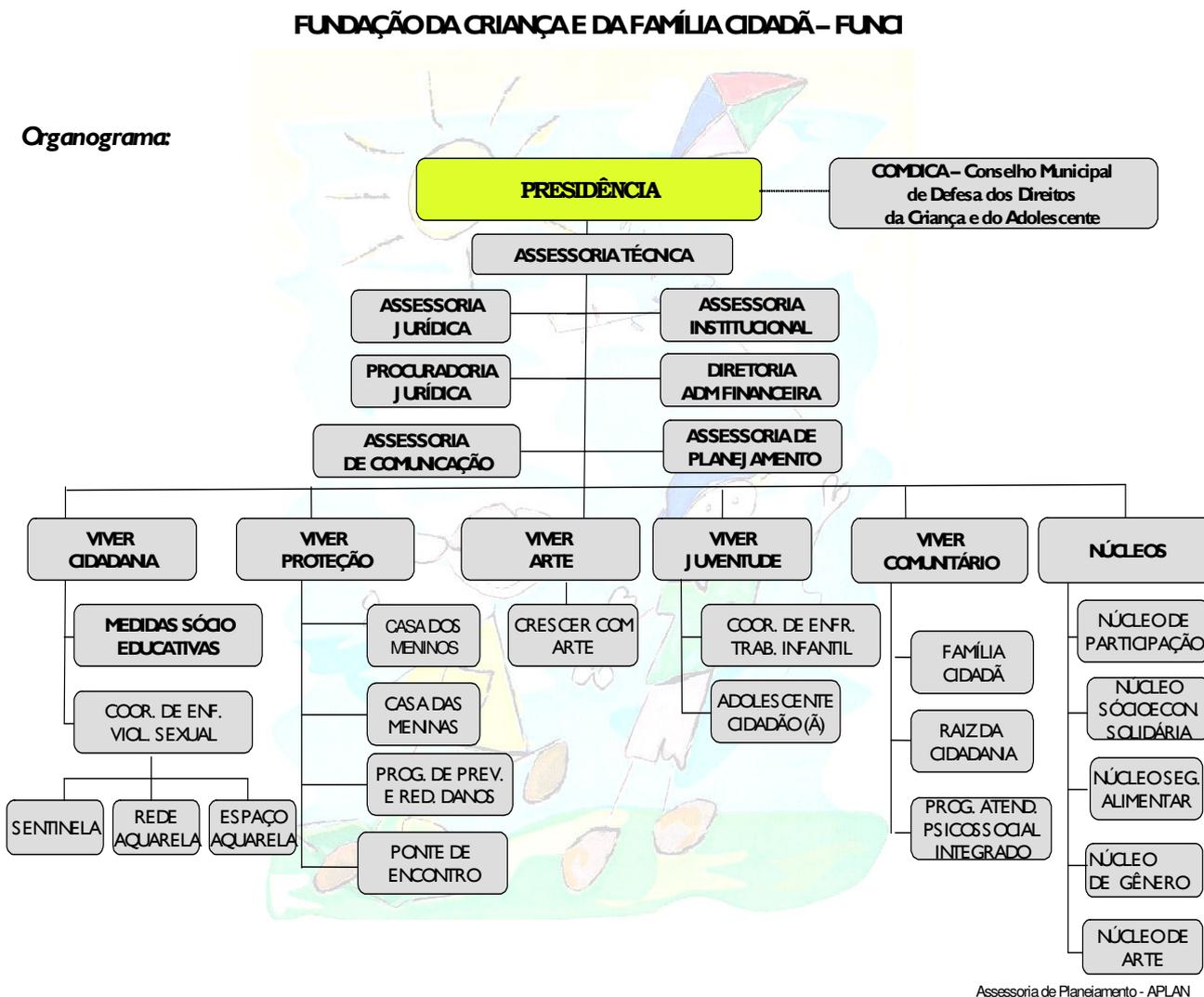
⁴⁰ “Famílias exploram crianças”. **Jornal Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 mar. 2007. Cidade. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=311610>. Acesso em: 05 mar. 2009

⁴¹ A FUNCI tem como missão proteger as crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos violados, tais como os que estão em situação de rua, de exploração sexual e de trabalho infantil (informação verbal dada por um dirigente da FUNCI).

uma ampliação da política de rua⁴² e contou com a colaboração da Equipe Interinstitucional para formular e elaborar o projeto.

O Ponte de Encontro é parte da política do Viver Proteção, juntamente com os abrigos Casa dos Meninos e Casa das Meninas e o Programa de Redução de Danos. Segue o organograma da entidade, especificando seus projetos e programas.

Figura 2: Organograma da FUNCI



Fonte: Ponte de Encontro

À época, a sede do Programa ficava na rua Rodrigues Jr. no Centro de Fortaleza, próximo ao Parque das Crianças, sede da Fundação. Era um casarão antigo com o muro grafitado (acredito que pelos meninos e meninas atendidas) e decorado por

⁴² Nas gestões anteriores do Prefeito Juraci Magalhães e da presidente da fundação Ana Eugênia (2000 - 2004), a política de rua tinha um programa intitulado Equipe de Rua, que continuou a ser chamado assim até o início de ano de 2007. Segundo relato dos próprios gestores, o Programa contava com uma equipe reduzida, sendo no máximo 15 educadores de rua.

dentro com objetos produzidos pelos adolescentes nas oficinas. Contava, também, com uma sala da coordenação, do auxiliar administrativo, das assistentes sociais e dos educadores, outra de reunião, um quarto para receber os meninos, uma cozinha e um salão, geralmente usado para realização de festas e oficinas.

O Programa funciona como casa de passagem de regime aberto com expedientes diurno e noturno. Recebe meninos e meninas de zero a 18 anos abordados nas ruas e que estão à espera de um encaminhamento. A presença de crianças e adolescentes é voluntária e podem permanecer até quatro dias na entidade. Além disso, conta atualmente com cerca de cinquenta educadores sociais de rua em pontos e comunidades da Cidade, considerados “estratégicos”, para a realização do trabalho de abordagem, foco desta pesquisa.

De acordo com sua proposta pedagógica, compõem a rede do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes e procuram atuar de forma integrada com os demais órgãos e instituições governamentais e não governamentais para fortalecer as políticas públicas específicas do público alvo. O fato da Prefeitura documentar esta proposta de trabalho articulado com outras entidades mostra a valorização que atribui a sua participação na E.I..

Cena 1

Marquei de encontrar com a educadora J. no terminal da Lagoa, às 18h. Chegando lá, não encontramos nenhum menino. Dirigimo-nos, então para o terminal da Parangaba, que fica próximo. Durante esse trajeto, J. falou um pouco sobre o trabalho da FUNCI, que é principalmente o de criar vínculo com o menino, por meio de conversas e desenvolvimento de atividades esportivas e de arte-educação, para posteriormente fazer os encaminhamentos necessários. A orientação não é de ficar parado esperando que os meninos apareçam, e sim de ir ao encontro deles e, se caso eles não estiverem no local de costume, os educadores vão à procura, sondam dos comerciantes; e, assim como os meninos migram de lugar, eles também migram (Notas do Diário de Campo).

Ainda de acordo com sua proposta pedagógica, o trabalho é desenvolvido substancialmente por educadores sociais de rua. Estes realizam contato inicial na rua, ambiente de moradia de muitas crianças e adolescentes, onde são analisadas as vivências, a sobrevivência e as motivações que levam essas crianças e adolescentes à situação de contato com “os aspectos negativos da rua” – moradia ou criação de outros vínculos de permanência (trabalho, mendicância, perambulação, exploração sexual etc.).

Portanto, no entender desse programa, viver na rua é algo que tem alguns aspectos negativos (podemos perguntar se isto não indica que existiriam também, nesta visão pedagógica, aspectos positivos na vivência na rua). Isso é interessante de ser revelado, pois, no decorrer deste trabalho, disporei o modo como se manifestará esse fenômeno nas práticas dos educadores e dos gestores.

Em conformidade com a apresentação de sua pedagogia de atuação, o trabalho dos educadores ocorre por meio de várias formas de articulação coletiva (artes, esporte, mobilizações político-comunitárias) que são:

[...] meios de aglutinação e constituem momentos propícios ao encontro, à escuta qualitativa, à troca de saberes e experiências e à contextualização do universo em que estão inseridos as crianças e adolescentes atendidos, ressaltando seu fundamento norteador principal: **a arte do encontro e do encanto** (PROPOSTA PEDAGÓGICA PONTE DE ENCONTRO, s/d, p.1)

Acrescenta uma gestora, “o caminho que a gente entende é a arte e educação, é bater, é dançar, é grafitar, é interpretar, para a partir daí o menino se sentir tocado, se sentir mobilizado”. Consoante essa proposta, tomando como base a lei (ECA), acreditam privilegiar “o ser humano criança e adolescente como protagonista de sua história, e como pessoa que deve ser especialmente cuidada por sua condição peculiar de desenvolvimento, digno de respeito” (PROPOSTA PEDAGÓGICA PONTE DE ENCONTRO, s/d, p.2). Nesse sentido, com fundamentos no Estatuto, desenvolvem e apostam na arte como instrumento de mobilização utilizado para despertar as crianças e os adolescentes para a condição em que vivem.

Cena 2

Os educadores, um da FUNCI e outro do OPN, vão para o Mesão do Povo (uma praça fica entre o terminal da Lagoa e o da Parangaba) e combinam, como de costume, um jogo de futebol no ginásio poliesportivo da Parangaba, fazendo a ressalva aos meninos de que participarão apenas os que não estiverem drogados. No dia combinado, os meninos recusam deixar a cola e outros dizem que não querem mais jogar. O jogo não acontece (Notas do Diário de Campo).

A direção do programa reivindica a “teoria da educação popular” como fundamento pedagógico. Diz buscar opções eficazes para uma possível melhoria de qualidade de vida desta população. Para tanto, desenvolvem ações, conforme quadro a seguir:

Quadro 3: Resumo das linhas de ação do Programa Ponte de Encontro

Linhas de ação do Ponte de Encontro	
Linhas	Proposta
Arte Educação	Ações educativas que tenham como estratégia a interação positiva com as diversas manifestações artísticas, possibilitando o contato dos jovens com o universo simbólico e humanizador da arte.
Esporte e Lazer	Aproximação e mobilização das crianças e adolescentes a realização de atividades lúdicas e esportivas que proporcionam a organização e participação coletiva, a redução de danos, o desenvolvimento físico e psicológico e o fortalecimento de vínculos afetivos.
Articulação Comunitária	Consiste na realização de oficinas sociopedagógicas e de arte-educação, priorizando atividades já experimentadas no bairro por meio de levantamentos realizados em conjunto com as próprias crianças, adolescentes, suas famílias e a vizinhança, dando visibilidade às experiências de organização popular e à cultura tradicional que existe na periferia de Fortaleza.
Estratégia Político - Pedagógica	Estratégia que perpassa todas as linhas de ação, acrescentando-se a uma articulação junto ao Poder Público, as comunidades, aos equipamentos sociais da Prefeitura, às organizações não governamentais e aos movimentos sociais. Ex: Equipe Interinstitucional.

Fonte: Ponte de Encontro

A arte-educação e a estratégia político-pedagógica são as frentes de trabalho às quais tive acesso e com as quais me deparei no universo pesquisado, que têm como representantes a Equipe Interinstitucional e a abordagem com as crianças e adolescentes moradores de rua. No Ponte, não participei, tampouco acompanhei, como pesquisadora as atividades desenvolvidas com outro tipo de problemática que não a vivência de rua.

Destaco isso por dois motivos: deixar claro que, mesmo diante de um determinado número de serviços prestados por quaisquer que sejam os programas e projetos em estudo, meu foco é o desenvolvimento da política destinada aos meninos moradores de rua (alvo da E.I.), e porque, quero ressaltar, em sua fundação, o Ponte

tinha como finalidade ser um “programa de abordagem de rua que integra e fortalece a rede de proteção a crianças e adolescentes em **situação de moradia de rua**, disponibilizando atendimento psicossocial, ambulatorial e arte-educativo” (site da FUNCI) e não de abordagem de outras demandas.

Mais recentemente, entretanto, em 2008, foi agregado ao Ponte o Disque Denúncia Criança e Adolescente (DDCA) como outra ferramenta de acesso aos meninos e meninas vítimas de violência, negligência e abandono. Então, o Programa passou a atuar em três frentes – na rua, na comunidade de origem da criança e atendendo denúncias – de tal forma que os educadores foram divididos em três grupos, cada um se responsabilizando por uma frente. Com efeito, a ampliação da política de rua concomitante à ampliação das demandas atendidas reserva aos moradores de rua um número de educadores semelhante ao que existia antes da criação do Ponte de Encontro.

Cena 3

Os meninos que antes ficavam no terminal da Lagoa, agora se aglomeram nas imediações do Terminal da Parangaba, para onde nos dirigimos, J, o educador L e eu. A educadora J. pergunta para um adolescente onde eles “estão ficando” e o menino informou que durante o dia estavam “todos na Praça do Mesão do Povo” e de noite estavam “naquele sinal do colégio Evolutivo”. J. então pergunta quem eram “esses todos” e o menino fala nome por nome. Para surpresa dela, até os meninos que constavam no relatório interno da instituição como estando em casa haviam voltado para a rua. O adolescente diz que esse novo ponto é muito bom porque a “polícia não bate” neles, estão conseguindo “fazer um dinheiro bom” no sinal e em uma farmácia que tem na esquina, além disso, estão recebendo “muita comida” e tem uma senhora que “tem pena deles” e deixa assistir televisão na área de sua casa. E acrescenta que, “para melhorar”, têm “duas favelas” próximas onde é possível “ir a pé” e onde eles compram “crack”. Os educadores escutam atentos e perguntam se agora eles estão “fumando a pedra” também durante o dia. O menino diz que não, mas diz que todo o dinheiro que “fazem” no sinal é pra “comprar a droga”. Ele diz ainda que tem uma das “crianças que também já está usando” essa droga e J. o reprime, perguntando como eles deixam isso acontecer, e ele diz que “é o menino quem quer”; então eles dão. Enquanto conversávamos, outro menino fazia malabarismo no sinal e os educadores não o interrompem, dizendo que falam com ele depois (Notas do Diário de Campo).

O contato direto com os meninos é feito com base numa metodologia desenvolvida pelo Programa que diz priorizar “a discussão, o debate e o questionamento como forma de levar a criança e o adolescente ao processo de conhecer-refletir-agir

sobre sua realidade, numa perspectiva de transformá-la” (PROPOSTA PEDAGÓGICA PONTE DE ENCONTRO, s/d, p.5). Nesse sentido, recomenda-se que na abordagem de rua obedçam aos seguintes passos:

1 Fase da Observação – que consiste no contato inicial, quando são observadas as dinâmicas desses meninos e meninas e o espaço onde se encontram, com vistas a conhecer o cotidiano desses sujeitos e os demais aspectos característicos da situação particular em que se encontram.

2 Fase da Formação de Vínculos: decorrente da presença efetiva, afetiva e ativa, em que os educadores irão, mediados pelo diálogo, exercitar a escuta e a troca de experiências, buscando estabelecer uma confiança mútua para o fortalecimento dos vínculos entre educador e educando.

3 Fase do Processo Educativo Participativo: nesta etapa, são planejadas ações respeitando as propostas e o poder de decisão e participação do público sujeito na concepção e elaboração desses momentos, tendo como encaminhamento prioritário o fortalecimento dos laços familiares e comunitários saudáveis e a conquista da autonomia.

4 Fase dos Encaminhamentos: deverão ser feitos de acordo com cada caso, após um diagnóstico, quando serão observados quais os direitos das crianças e adolescentes que foram violados, respeitando os processos psicológicos e emocionais em que se encontram, bem como a trajetória entre educador e educando observados no eixo da Abordagem de Rua. Para efetivação desse processo, os educadores devem contar com os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

Ademais, as áreas onde os educadores atuam na rua são escolhidas de acordo com a demanda e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dizem que o trabalho mais intenso é desenvolvido nas Secretarias Executivas Regionais I, V e VI, porque são regiões onde os “índices se apresentam precários”. Também estão presentes em praças, terminais e praias. Como meu foco são os moradores de rua, acompanhei as abordagens nestes três últimos locais, pois é onde se encontra maior aglomeração dessas pessoas. Às outras áreas são destinadas intervenções comunitárias e o público atendido é diferenciado.

Nas idas às ruas em companhia dos educadores da FUNCI, percebi flexibilidade no horário de trabalho e na fixação dos locais de abordagem em nome da proposta da Entidade e das circunstâncias do atendimento. Por exemplo, apesar de a Coordenação afirmar que todos os dias estão “alocados educadores do Programa no terminal da Lagoa durante os três turnos”, me desloquei algumas vezes para esse local sem manter contato anterior com o educador, e não os encontrei. A partir do momento em que passei a ir me comunicando com antecedência, fui percebendo a dinâmica deles e a execução das normas previstas em seus documentos. A flexibilidade dos educadores de rua leva-os não somente a fazer abordagem, como também participar de todo o processo de encaminhamento, desde a busca por vaga em alguma entidade ou o retorno familiar, até a “entrega” da criança ou adolescente, o que pode explicar a ausência descrita.

Os educadores do Ponte, geralmente, não se apresentam uniformizados, (apesar de disporem de fardamento – uma bata vermelha), porém, em sua maioria, utilizam crachá. A ida para os locais de abordagem é feita em transporte da entidade que deixa as duplas nos pontos de cada uma delas, ou então os educadores recebem auxílio-transporte para fazer o deslocamento da Instituição para as áreas em ônibus urbano.

Com efeito, é válido ressaltar que nem sempre o atendimento se configura da forma como é planejado, nem sempre é possível seguir as etapas de abordagem previstas. Particularmente, não estive presente à realização de nenhum acompanhamento que tenha executado os quatro passos previstos na proposta pedagógica, pois, de acordo com uma educadora, às vezes acontece de eles procurarem os meninos que estão acompanhando e quem os comunica de algum encaminhamento ou retorno familiar são os próprios meninos que estão na rua, sendo os educadores os últimos a saber.

3.2. PROGRAMA CRIANÇA FORA DA RUA, DENTRO DA ESCOLA

Cena 1

Chegada à sede do Programa Fora da Rua, lugar amplo, disposto num espaço territorial onde também se encontram as delegacias da criança e do adolescente (DCA e DECECA), me dirijo à recepção do Núcleo de Enfrentamento. Ainda na entrada, percebo um ruge-ruge de educadores, várias Kombis estacionadas e os motoristas buzinando. Os educadores correm e se aglomeram

para entrar nos carros. Seguem, então, para mais um dia de trabalho (Notas do Diário de Campo).

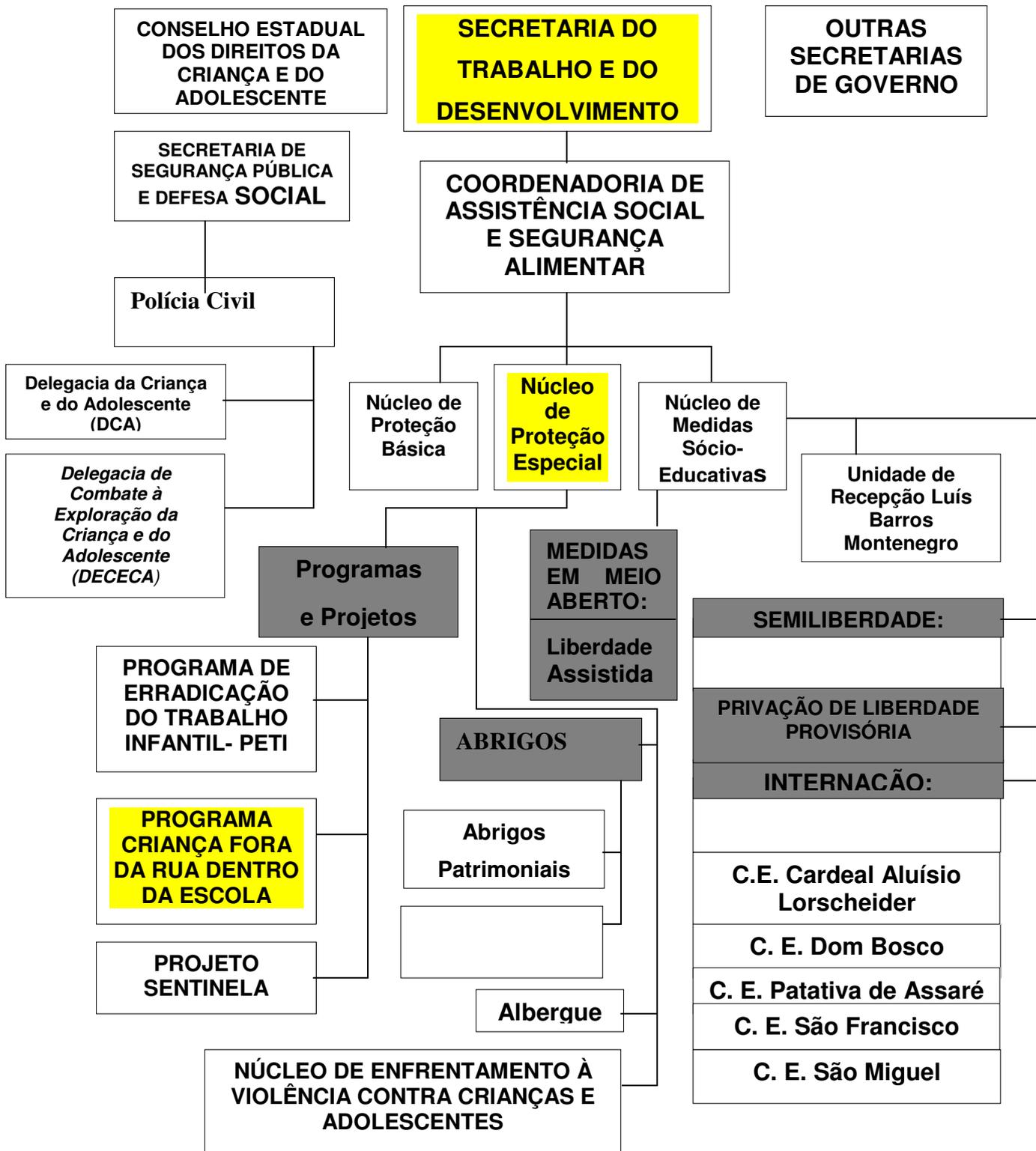
Em 1994, a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará realizou uma pesquisa em que se estimou haver em Fortaleza “5692 crianças e adolescentes em situação de rua e 184 em situação de moradia nas ruas”. (MATOS, 1998, P. 3). Esses indicadores, segundo a autora, foram o sinal de alerta para melhorar o atendimento aos meninos e meninas em situação de risco social.

Desta feita, em 1996, foi criado o *Projeto Vale Cidadão*, posteriormente chamado *Programa Passos para a Cidadania*, colocando-se como “medida emergencial para crianças e adolescentes em situação de mendicância” (op. cit.). Este programa foi transformado no *Criança Fora da Rua, Dentro da Escola* que consiste, essencialmente, em abordar crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal que se encontram nas ruas de Fortaleza e reconduzi-las à família e à escola.

Especificamente, o programa objetiva assegurar a matrícula de crianças e adolescentes na rede oficial de ensino, monitorando a frequência, através de articulação sistemática junto às escolas; estimular a participação das crianças e adolescentes nos diversos programas de retaguardas; desenvolver ações de apoio e orientação à família favorecendo o resgate da auto-estima, convivência familiar e comunitária evitando maus tratos, abusos e violência doméstica; oportunizar a família acesso à serviços, programas e projetos nas áreas de alfabetização, educação profissional, saúde e cidadania; orientar e encaminhar adolescentes a partir dos 14 anos para programas de capacitação e a partir dos 16 anos para intermediação e mão-de-obra; oportunizar a família melhoria de renda através da concessão de uma bolsa cidadã. (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1996 *apud* BARROCAS, 2005, p.80).

Desde sua versão original, acentua a autora, o Programa passou por alterações, cujas justificativas enfocavam sua adequação à dinâmica da realidade para efetiva concretização dos objetivos pretendidos. Mesmo, porém, com as sucessivas mudanças da gestão, o “Fora da Rua”, como é mais comumente chamado, continua sua atuação. Na época presente, é executado pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará (STDS), vinculado administrativamente à Coordenadoria de Assistência Social e Segurança Alimentar, compondo, juntamente com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Sentinela, o Núcleo da Proteção Especial com sede no Núcleo de Enfrentamento a Violência Contra Criança e Adolescente. Veja a figura.

Figura 3: Organograma Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social



Fonte: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará

Em 2008, dispunham de 84 educadores sociais cadastradores nas ruas e em domicílio⁴³. É válido ressaltar a utilização do termo *cadastradores* como definição dos educadores dessa instituição, pois isso poderá ser visto mais à frente no trabalho como um distintivo entre esses educadores e os de outras organizações. Além deles, comporta uma equipe multidisciplinar formada por dois assistentes sociais, dois pedagogos e uma coordenadora. Ademais, seus responsáveis apontam como fontes de financiamento o Governo do Estado do Ceará, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a classe empresarial.

Consoante informações publicadas no *site* do Governo do Estado, os educadores sociais têm a função de contatar as crianças e adolescentes, retirando-os das ruas. Os técnicos da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social são responsáveis pelo contato com as famílias dessas crianças. Além disso, segundo o mesmo *site*, reúnem-se mensalmente para avaliação, reciclagem e estudos sobre sua atuação, definindo o planejamento. A coordenação é responsável pelo treinamento dos educadores sociais⁴⁴.

Os educadores de rua são conhecidos pela denominação de “amarelinhos”, nome conferido pelos adolescentes na rua por conta do uniforme usado por eles. Além das abordagens, o Programa garante às famílias complementação de renda pelo período de até um ano no valor de R\$ 120,00, além de orientação para o trabalho⁴⁵. Na escola, propõe que o público-alvo receba atenção especial para que possa se adaptar à rotina da educação formal. No turno em que estão ausentes dela, a ideia é que participem de atividades esportivas, culturais e de profissionalização.

O Juizado da Infância e da Juventude, a Secretaria do Esporte e Juventude, o Ministério Público, a Secretaria de Turismo, a Ação Voluntária, a Secretaria de Infraestrutura e organizações não governamentais são relacionadas pelo Programa como parceiros potenciais, cuja articulação é acionada para atender demandas eventuais procedentes dos seus beneficiários. Não citam em seus documentos a Equipe Interinstitucional como parceira, apesar de serem.

⁴³Para aprofundar os indicadores de desempenho do Programa Fora da Rua visitar o site: http://www.stds.ce.gov.br/stdsv3/detalheacao.asp?PPJ_ISN=122&LIN_NOM=Proteção%20Social%20Especial&LIN_ISN=2

⁴⁴ Fonte: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2633>. Acesso em 05 mar. 2009

⁴⁵Fonte: www.inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias1997/relatorio%20completo%201997.pdf. Acessado em 30 ago. 2008.

Cena 2

Visualizei da janela do ônibus, em quarteirões distintos, educadores do Fora da Rua nas esquinas na Avenida Abolição e Avenida Beira-Mar. Ao parar, procurei o educador E., com quem tinha combinado passar o dia na rua acompanhando seu trabalho. Como este já sabia um pouco sobre minha pesquisa, lamentou eu ter perdido a ida dos meninos para o Espaço Viva Gente, que acontecera cerca de 20 min atrás. Então saiu do seu ponto e me levou aos pontos de mais dois educadores, G e M. Conversamos um pouco sobre o trabalho deles e os três enfatizaram a dificuldade de não trabalhar em dupla e ter que ficar parado “num ponto, pré-determinado pela coordenação, sem muita possibilidade de deslocamento”. Chegou a hora do almoço. Almocei com M. e aproveitei para me inteirar sobre o trabalho dele, que diz estar há “12 anos no Programa”. Perguntei qual era a orientação dada para se abordar a criança ou a família da criança. Ele disse que não podem “agredir ninguém nem obrigar ninguém a sair da rua”, mas que orientam sobre “os riscos”, que não podem “tomar os instrumentos de trabalho dos meninos” (mas depois um adolescente fala que muitos “amarelinhos” fazem isso). Terminamos de almoçar (uma hora de almoço) e voltamos para o ponto. Não fiquei mais em companhia desse educador, pois preferi acompanhar o E.. Presenciei uma abordagem a uma mãe; esta viu os “amarelinhos” (a mãe foi quem se dirigiu aos educadores), explicou sua situação e perguntou o que poderia ser feito por ela. O educador explicou que iria preencher uma ficha dela e das crianças para ser entregue no Núcleo de Enfrentamento (sede do Programa Fora da Rua) para posteriormente ser feita uma visita pela assistente social. Disse ainda que, dependendo da situação, a família será colocada na fila para receber o benefício do Programa. Depois de preenchidos todos os dados, o educador acompanhou a mãe com as crianças até a parada de ônibus (Notas do Diário de Campo).

Oficialmente, seguindo o que diz o ECA, o “Fora da Rua” propõe-se retirar a criança da rua, procurando “reduzir a prática de infrações e de mendicância, assim como afastar outras crianças de semáforos e praças da cidade” (gestora do programa). Dessa forma, atuam por meio de: abordagens (muitas vezes realizadas desde a solicitação da população) por educadores sociais dispostos em pontos estratégicos da Cidade, visitas domiciliares para o cadastro das famílias, obtenção do compromisso dos pais de que seus filhos frequentarão a escola, encaminhamento de crianças e adolescentes a escolas, creches e programas socioeducativos.

A abordagem e o cadastro de crianças e adolescentes são realizados diariamente pelos educadores sociais (que ficam parados individualmente em cruzamentos, praças, terminais, avenidas etc.) através do preenchimento de ficha

específica⁴⁶, ou termo de entrega. A ficha de abordagem é utilizada quando a criança ou o adolescente é encontrado na rua. O termo de entrega destina-se à criança e ao adolescente, encontrados na rua, encaminhados à família e/ou rede de atendimento de retaguarda. (SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, 2004 *apud* BARROCAS, 2005).

Cena 3

O educador E. aborda um menino que fazia malabarismo no sinal. Este já o conhecia e começa a rir. E. o chama para sentar na praça no intuito de impedir que ele fique no sinal e o alerta, dizendo que ele não pode ficar lá porque os “vizinhos e os lojistas ligam para a Central do Programa, reclamando”. O menino ficou curioso para saber quem dava tanta “conta da vida” dele. Assim, o educador nada diz e paga um lanche para ele (mas depois me diz que “isso não é certo porque acostuma mal”). O menino pega o ônibus para ir para casa (Notas do Diário de Campo).

Diz o diretor do Núcleo de Enfrentamento e do Fora da Rua, em matéria publicada no jornal O POVO⁴⁷, que o processo de retirada das ruas de crianças e adolescentes é realizado obedecendo sete passos, a saber:

- 1 o educador social aborda uma criança ou um adolescente em situação de rua e conversa alguns instantes com ele para tentar descobrir o motivo pelo qual está fora de casa;
- 2 caso o educador perceba que houve algum conflito familiar (situações de violência, tráfico de drogas, ameaça ou negligência), a criança é encaminhada a um albergue ou casa de passagem;
- 3 lá é feito um estudo de caso da criança ou do adolescente em questão;
- 4 se houver necessidade da criança não retornar imediatamente para o lar, ela é encaminhada para uma unidade de abrigo;
- 5 é feito o comunicado ao Juizado da Infância e da Juventude, pois o guardião da criança passa a ser a instituição que oferece o serviço de acolhimento;
- 6 um trabalho de reestabelecimento dos laços familiares é feito pelos profissionais dos abrigos;

⁴⁶ A referida ficha é diferente da ficha que os educadores também preenchem na rua quando da execução da pesquisa apresentada no capítulo anterior. Esta é um documento interno da entidade.

⁴⁷ “Entenda o processo de retirada das ruas”. **Jornal O POVO**, Fortaleza, 29 mar. 2007. Fortaleza. Disponível em <http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/682181.html>. Acesso em: 03 mar. 2009.

7 é solicitado ao Poder Judiciário a informação sobre se a criança deve voltar ou não ao lar. O ideal é que a criança retorne para a família, mas nem sempre isso é possível. Nestes casos, ela fica abrigada até que se complete a maioridade.

Percebe-se na explanação que o investimento maior do programa é no retorno familiar, entretanto a “conversa tida por alguns instantes” não é sinônimo de revelação por parte dos meninos sobre sua real situação ou mesmo acerca dos motivos de sua ida para a rua, pois conforme desvela uma educadora

[...] às vezes os meninos mentem dizendo que não tem casa de jeito nenhum só para ir para o Espaço Viva Gente e isso é complicado porque às vezes a gente leva um menino desse para o Espaço e quando chega lá é identificado no banco de dados a família dele e enquanto isso ele fica convivendo com outros meninos que já têm uma vivência de rua muito forte que acabam influenciando de alguma forma o que complica para se fazer um retorno familiar. Assim como também o oposto pode acontecer, da criança não falar e ser encaminhada de volta para um ambiente de violência e negligência (G., educadora do Programa Fora da Rua).

A tendência do “Fora da Rua” é centrar suas possibilidades de ações para tirar a criança ou o adolescente da rua, pois todo o aparato que ele oferece é fora do ambiente da rua. Isso pode significar, de um lado, a preocupação com a prevenção para preservar os vínculos familiares com quem ainda os têm, para o Estado não precisar criar ou injetar outras políticas a fim de dar conta de um problema que possivelmente se tornará mais complexo. Por outro lado, pode isso se tornar uma ação de higienizar as ruas para os vizinhos, comerciantes e transeuntes não mais reclamarem da presença dessas pessoas e deixarem de “se importar tanto com a vida deles”.

Cena 4

Caminhei pelos pontos dos educadores na companhia de E. e conheci mais duas educadoras P. e R.. Esta última está há apenas um mês no Programa e percebi uma visão salvadora ou assistencialista do trabalho. Percebi que há uma diferença muito acentuada de visão do trabalho e da própria prática entre os novos e antigos educadores. E. assim como o G., ressaltam a “falta de preparo” de alguns educadores para abordar as pessoas e dizem que alguns trabalham no método do “faz-de-conta”. E. disse que quando começou a trabalhar “sequer conhecia o ECA”, e teve que procurar sozinho conhecer mais essa lei, e acrescentou dizendo que isso é “pouco trabalhado” com os educadores. Além disso, E. confirma o que disse um adolescente, que alguns educadores “tomam os instrumentos de malabarismo”, “correm atrás” dos meninos e acrescenta justificando que é por isso que alguns meninos quando estão trabalhando e veem a Kombi do Programa chegando, “saem correndo e até jogam pedra”. Em

contraposição, os educadores do Fora da Rua são bastante esperados pelos meninos moradores de rua para ir para o Espaço Viva Gente, pois aqueles representam sua porta de entrada mais fácil e menos burocrática, já que é um encaminhamento do Governo estadual para um equipamento também de sua pertença (Notas do Diário de Campo).

De acordo com o regulamento do “Fora da Rua”, a fundamentação e a justificativa do trabalho têm como base legal a “obediência” ao ECA. Além disso, alegam que o investimento na formação dos educadores sociais de rua é algo fundamental, sendo portanto, uma ação priorizada.

Cena 5

Caminhando pelo calçadão da Beira-Mar em companhia da educadora X., uma senhora passa e denuncia que tem duas mães com crianças na porta do Banco do Brasil na Avenida Abolição. X. e G. saem à procura de verificar a informação; e eu os acompanho. Quando as mães viram os amarelinhos, saíram correndo e ninguém as viu novamente. Os educadores comentam que isso acontece, sobretudo, quando é “uma família que já recebe o benefício do Programa” (Notas do Diário de Campo).

A família, ao ser beneficiada com a Bolsa Cidadã, concedida pelo Programa, assina um termo de compromisso pactuando junto com a STDS a contrapartida familiar para a garantia dos objetivos do Programa. Segundo Barrocas (2005), a responsabilidade da família consiste em manter todos os filhos em idade escolar regularmente matriculados, com 85% de frequência mensal às aulas. Comprometem-se também a encaminhar os filhos para participarem de programas sociais em turno complementar à ação educativa da escola e ainda a manter crianças menores de cinco anos em creche. Outro acordo firmado entre a família e a instituição refere-se ao compromisso de sua participação com garantia de 90% de frequência às reuniões, oficinas ou atividades outras promovidas pelo programa. Todos esses compromissos convergem para o objetivo maior da instituição, que consiste em assegurar a não permanência de crianças e adolescentes nas ruas. O desligamento da família do Bolsa Cidadão se dá quando do descumprimento das condições estabelecidas no termo de compromisso; em caso de mudança da família para outra cidade e ao fim do prazo de um ano de concessão da bolsa, e/ou após avaliação e parecer técnico favorável ao desligamento do Programa.

Mesmo que a família não receba mais a bolsa, pode continuar frequentando os centros comunitários e as crianças prosseguem frequentando as escolas e os

equipamentos sociais. Os gestores afirmam ainda que as famílias permanecem tendo acesso aos serviços de saúde e, caso precisem de auxílio financeiro para pequenas reformas em suas moradias, dizem que são atendidas.

Cena 6

Um adolescente pergunta ao E.: - “Por que tem um monte de vocês aqui na Beira-Mar? Lá onde eu moro eu nunca vejo, deve ser só porque aqui a gente ganha dinheiro, né?! Vocês deviam tá lá onde não dá dinheiro, aí ninguém ia ter raiva, mas vocês ficam logo aqui que eu já descolei de um gringo uma vez 50 reais. Nã, dá é raiva!” (Notas do Diário de Campo).

Na sua fundação, o trabalho do “Fora da Rua” começou com a localização dos pontos ditos como críticos da Cidade, onde havia maior concentração de meninos e meninas pedindo esmola. Nesses pontos, realizou-se o trabalho experimental junto a 500 crianças, com visitas frequentes às suas famílias, para maior adesão ao Programa. Atualmente, o coordenador- geral do Núcleo de Enfrentamento afirma ser as avenidas Beira-Mar, Abolição, Santos Dumont e Desembargador Moreira, os pontos mais críticos da Capital no que tange à presença de meninos “esmolando”, sendo, portanto, para onde é enviado o maior número de educadores sociais.

Percebe-se que os locais definidos como “críticos” são avenidas que cruzam os bairros mais abastados de Fortaleza, conseqüentemente onde os meninos acreditam ter mais possibilidade de arrecadar dinheiro, o que os frustra quando são impedidos de fazê-lo. Um viés para esse quadro, contudo, pode ser apontado. Conforme discorre Milito e Silva (1995), a rua é obscura para as classes média e alta, destarte, a concentração de meninos às vistas cotidiana e diuturnamente nas ruas, enseja o que os autores chamam de “cultura da evitação” (Op.cit., p.33). Neste sentido, o trabalho do “Fora da Rua” pode ser uma reprodução da produção de disposições e atitudes que desejam o afastamento desses personagens “indesejáveis e perigosos da rua”. (P.38).

Além disso, vale ressaltar que, em virtude de conflitos entre os governos municipal e estadual, no fim da década de 1990, a cidade foi dividida à época de tal forma que, onde uma dessas instituições abordava, a outra não se fazia presente. Atualmente, os embates se mostram menos conflitantes, conforme será apresentado no capítulo 5 deste trabalho, entretanto, a política de rua ainda é executada sob reflexos desse período.

3.3. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO

Cena 1

Em uma reunião na Associação o Pequeno Nazareno, Bernard, o fundador da entidade, reforça sua missão organizacional, dizendo que ‘não adianta tirar a criança da rua, mudando o lugar em que ela vive, sem que mudem seus valores de vida. Por isso, a chegada no Sítio – OPN abre novas possibilidades e perspectivas, tais como a convivência com as outras crianças, a escola, as atividades complementares, de modo que, aos poucos, os meninos vão substituindo o que eles viviam nas ruas’.

A Associação Beneficente O Pequeno Nazareno foi fundada em 1994 por Bernard Josef Rosemeyer, (ex) frei alemão, com a missão de acolher as crianças e adolescentes (meninos 06 a 12 anos) que estejam morando nas ruas e praças de Fortaleza/ CE e Recife/ PE, acrescenta o gestor, “com vínculos familiares rompidos”.

Por intermédio do Conselho Tutelar, encaminham os meninos para os abrigos da entidade, Sítio O Pequeno Nazareno (Maranguape/CE e Itamaracá/PE). Lá eles participam de um programa sócioeducativo que inclui moradia, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, orientação moral, religiosa e reintegração familiar⁴⁸.

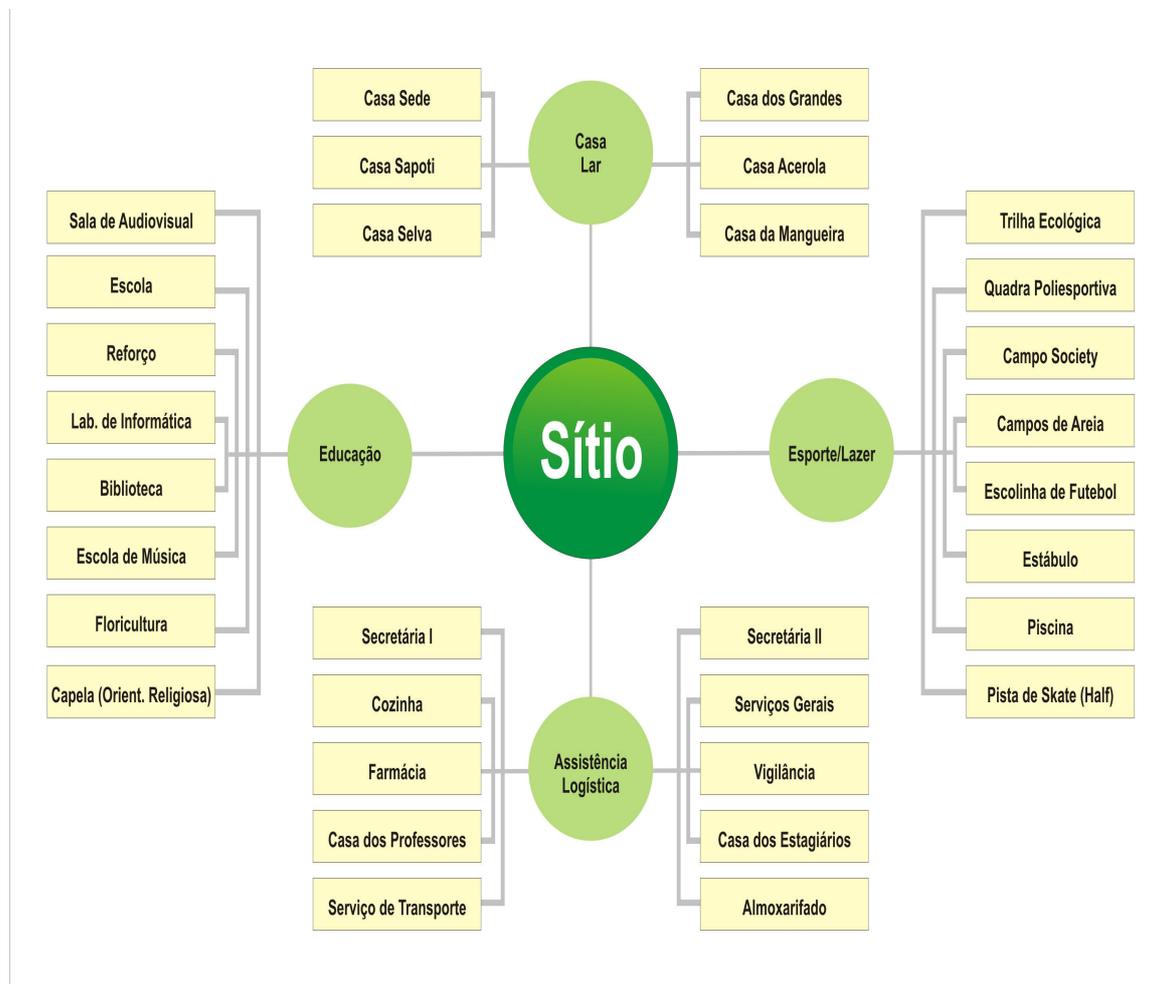
Cena 2

Um dos gestores me convida para o passeio recreativo no sítio, que ocorre todas as quartas-feiras pela manhã. Faz questão de divulgar o trabalho.

Como o que interessa é o trabalho que desenvolvem em Fortaleza, me referirei somente a ele. A organização conta hoje com uma considerável infraestrutura que a diferencia de outras que desenvolvem o mesmo trabalho. Além do Sítio, administram um escritório e um *call center*, ambos no centro da Cidade. A dimensão do abrigo, com vagas disponíveis para oitenta (80) crianças, fica em torno de 57 hectares e impressiona pela beleza e infraestrutura. Conforme organograma abaixo:

⁴⁸ Fonte: www.opequenonazareno.org.br. Acesso 10 agos. 2008.

Figura 4: Organograma do Sítio O Pequeno Nazareno



Fonte: Associação O Pequeno Nazareno

Cena 3

Em 09 de julho de 2008, liguei para o educador do OPN com a intenção de acompanhá-lo em seu dia de trabalho na rua. Este, por sua vez, diz que não irá para a rua, pois é início de férias dos meninos do abrigo e sua atividade será levar as mães dos meninos que estão há pouco tempo na unidade em Maranguape e que não podem sair para passar férias em suas casa. Perguntou se eu queria acompanhá-lo e assim fiz. Fomos então, além de nós dois, três mães e a assistente social. Uma das mães mostrava-se ansiosa para o encontro com o filho e pediu ao educador que a deixasse levar o menino para passar uma semana com ela, 'pois a avó tomaria de conta, ressaltando que na casa desta tudo tem cadeado para que ele não possa sair, caso queira'. O educador disse que 'teria que conversar com a assistente social e com Bernard para fazer tal liberação'. Elas contaram que 'o menino passou muito tempo no terminal, que elas correram muito atrás dele, que não sabiam mais o que fazer, que ele estava magro e envolvido

com “coisas que não prestam”, mas que se sentem felizes por ele ter conseguido ficar no abrigo que, segundo elas, nem sabiam que existia’.

Metodologicamente afirmam trabalhar orientados pela “VALORIZAÇÃO DO SER: a criança é sujeito de direitos!” (PROSPOTA PEDAGÓGICA, s/d, p.1). Fundamentados nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, preconizam ser dever do poder público, da família e da sociedade civil garantir as condições para o desenvolvimento saudável da criança.

Nessa perspectiva, a pedagogia de rua do OPN obedece os seguinte pressupostos metodológicos, conforme descrito em sua proposta pedagógica:

- 1 Abordagem socioeducativa – primeiros socorros e construção do relacionamento fundado no CUIDADO e no DIÁLOGO: visa a prestar os primeiros socorros à criança, sondar sua real situação e os motivos pelos quais se encontra nas ruas, com orientação em uma base de confiança constituída por meio de jogos educativos, diálogo e convite para que a criança saia das ruas e opte por uma vida melhor.
- 2 Localização da Família e/ou Encaminhamento ao Abrigo – redirecionando o caminho da vida e quebrando a “cultura da rua”: seu objetivo inicial é devolvê-la à família. Caso isso não seja possível, o Conselho Tutelar é acionado para ratificar o desejo da criança de sair das ruas e ser encaminhada para o abrigo, no intuito de não deixar que ela continue na rua.
- 3 Atendimento Integral – respeito ao Ser e oportunidade concreta de vida nova. Se a opção da criança é sair da rua, procuram inseri-la no programa socioeducativo que visa a oferecer todas as condições para seu desenvolvimento saudável. Todas estas ações objetivam proporcionar, efetivamente, às crianças: reintegração familiar, inclusão social e preparação para o mundo do trabalho (após os 14 anos) na condição de aprendiz.
- 4 Acompanhamento Familiar – reatar vínculos afetivos e crescer em comunidade. Localizada a referência familiar da criança, são providenciados encontros semanais até que haja o retorno para a casa. Quando isso acontece, é preciso acompanhar por mais um ano sua vida em família, na escola e na comunidade, para que não haja risco de a criança voltar a viver nas ruas.

Os princípios metodológicos que norteiam o projeto desenvolvido e as atividades realizadas estão fundados em três eixos procedimentais. No que tocante ao marco legal, tomam como base a Declaração dos Direitos da Criança, a Constituição Federativa de 1988 e, sobretudo, no Estatuto da Criança e do Adolescente, atendendo ao pressuposto do Art.º4, da prioridade absoluta, especialmente, quando se trata de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. Ademais, afirmam atender seu público-alvo com base na Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS/1993.

Apoiam-se como referencial na história da educação de rua que é marcada pela luta dos movimentos sociais, sobretudo, da Pastoral do Menor e do Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua, no contexto de transição da ditadura militar.

No que tange ao marco metodológico, discorrem aplicar os conceitos vinculados à pedagogia da autonomia de Paulo Freire para a aprendizagem, “na educação formal e não-formal, agindo a partir da transversalidade e interdisciplinaridade” (PROPOSTA PEDAGÓGICA,...,P. 6) do cotidiano das crianças nas atividades escolares, lúdicas, esportivas, artístico-culturais e ético-religiosas.

Cena 4

Fui ao terminal da Lagoa encontrar o educador do OPN. Combinamos às 18h na entrada do terminal. Na hora marcada, este chega de ônibus e propõe ‘irmos procurar os meninos’. Assim procedemos. Os meninos não estavam no lugar de costume. Então nos dirigimos à praça do Mesão do Povo, próximo ao terminal da Parangaba.

A Instituição mantém apenas um educador na rua, que se desloca de ônibus para os locais de abordagem. Em virtude de terem somente um profissional na rua, privilegiam como pontos de intervenção os terminais de ônibus e a av. Beira-Mar. Ressaltam, entretanto, que as abordagens são mais ou menos intensificadas de acordo com o número de vagas disponíveis no abrigo. Conforme diz um de seus gestores: “agora somente a av. Beira-Mar tem sido privilegiada para o educador cumprir o papel de identificação do perfil porque nesse momento nós não nos disponibilizamos de vagas para o abrigamento”. Essa informação é interessante porque remete à discussão sobre o lugar da crianças que será travada posteriormente.

Cena 5

Em julho de 2008, participei do lançamento da Campanha Nacional Criança Não é de Rua em Fortaleza. Estavam presentes os “prefeituráveis” que concorriam a eleição para a Prefeitura

da Capital cearense, bem como representantes das instituições vinculadas ao atendimento a criança e ao adolescente em situação de moradia nas ruas, além de estudantes, conselheiros tutelares e professores universitários.

A preocupação com a vida de meninos morando nas ruas conduziu a entidade a lançar em âmbito nacional a Campanha Nacional Criança Não é de Rua, com o intuito de sensibilizar e discutir com os demais segmentos sociais a problemática em foco e, principalmente, fazer com que essa temática esteja presente nas pautas das agendas públicas. Essa iniciativa mobilizou entidades governamentais e não governamentais nas capitais e faz a entidade ser conhecida nacionalmente.

Um exemplo de atividade dessa campanha e de mobilização é um ato que estão preparando para acontecer na Semana Santa de 2009, em que no mesmo dia e na mesma hora, em dez cidades brasileiras centenas de crianças serão simbolicamente crucificadas, conforme ilustra o convite a seguir:

Figura 5: Convite para participação de ação promovida pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua

AÇÃO NACIONAL 08 DE ABRIL

A Campanha Nacional Criança Não É de Rua e a ONG O Pequeno Nazareno convidam as Redes e Organizações que defendem os direitos das crianças e dos adolescente moradores nas ruas, a participarem da ação de sensibilização da sociedade e do poder público no dia 08 de abril de 2009, nas capitais brasileiras.

Lamentamos que o país nem sequer diagnosticou qualitativa e quantitativamente as crianças e adolescentes nesta situação e que muitos municípios preferem negar sua existência.

Defendemos em regime de urgência a criação de uma política nacional para inclusão social das crianças e dos adolescentes em situação de moradia nas ruas, que assegure os direitos humanos fundamentais destes e de suas famílias.

A ação consiste na encenação de uma Via Sacra, protagonizada por crianças e adolescentes. Cada pequeno ator conduzirá uma cruz simbolizando o sofrimento cotidiano daqueles que moram nas ruas. Tirata-se de um ato concreto de solidariedade.

www.criancanaoederua.org.br

Data: 08 de Abril, Quarta - feira, 16h
Saída: Beira Mar, 3666 (Anfiteatro) Sentido Aterro.
Crucificação: Aterro da Praia de Iracema
Mais Informações: (85) 3212.9477 ou 8829.1122 - Adriano Ribeiro / 8749.1391 - Iara

Cena 6

Diz um de seus gestores quando interrogado sobre a participação do OPN na Equipe Interinstitucional: “o Pequeno Nazareno tem um orgulho muito forte de ter participado do início desse processo...é com afeto e sentindo-nos parte que nós entendemos a E.I.”.

A ONG valoriza a participação no fórum da Equipe Interinstitucional e situa essa atividade no âmbito de missão da instituição. Nos anos de 2007 e 2008, foi membro da coordenação do Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua. Assinalam ainda, que estão tentando, com essa participação, efetivar uma política nacional de trabalho em rede e expandir o que é a Equipe aqui para uma experiência que possa ser vivenciada nacionalmente.

No que diz respeito à fonte de financiamento, declara um de seus gestores:

São 3 fontes de financiamento. 1. Um próprio, a gente tem aqui um polo de desenvolvimento institucional em dois campos, um internacional e outro aqui dentro de Fortaleza, em Fortaleza essa equipe trabalha com telemarketing, são 25 operadores, são escolhidos números aleatoriamente, as pessoas vão atendendo e eles vão explicando o trabalho; a outra equipe que trabalha internacionalmente, a gente tem uns escritórios de captação de recursos e de apadrinhamento na Europa (Áustria, Suíça e Alemanha) então, as pessoas lá trabalham tentando fazer contato com as empresas, famílias para apadrinhar crianças aqui no Brasil. 2. A outra fonte é através de convênios com o município, com o estado e com o governo federal, atualmente temos convênio com essas 3 instâncias. 3. E outra fonte de recurso são projetos financiados por financiadores internacionais que já trabalham com isso, como é o caso da Comunidade Européia que financiou um projeto para a Equipe. (GESTOR DO O PEQUENO NAZARENO).

Observa-se que o apelo aos estrangeiros é uma fonte lucrativa de investimento, pois, seja pelo financiamento a uma entidade, ou a uma rede, eles têm ajudado a sustentar as bases do atendimento às crianças e adolescentes em questão. No caso retrocitado, a Comunidade Europeia, custeou por seis meses, dentre outras despesas, o pagamento de seis educadores de rua de seis entidades diferentes, membros da Equipe. A presença de um estrangeiro na coordenação dessa instância, assim como na Barraca da Amizade, sem dúvida, facilita o diálogo internacional, as negociações, bem como a elaboração dos projetos para concorrer ao provimento das despesas necessárias e desejadas.

Em decorrência de tais financiamento, O Pequeno Nazareno, todos os anos confecciona calendários com fotos dos meninos que estão no sítio (abrigo), apresentando-os com aspectos de meninos saudáveis, bem diferentes do modo como são encontrados na rua, e enviam para os financiadores e apoiadores da Instituição, como prestação de contas do benefício recebido.

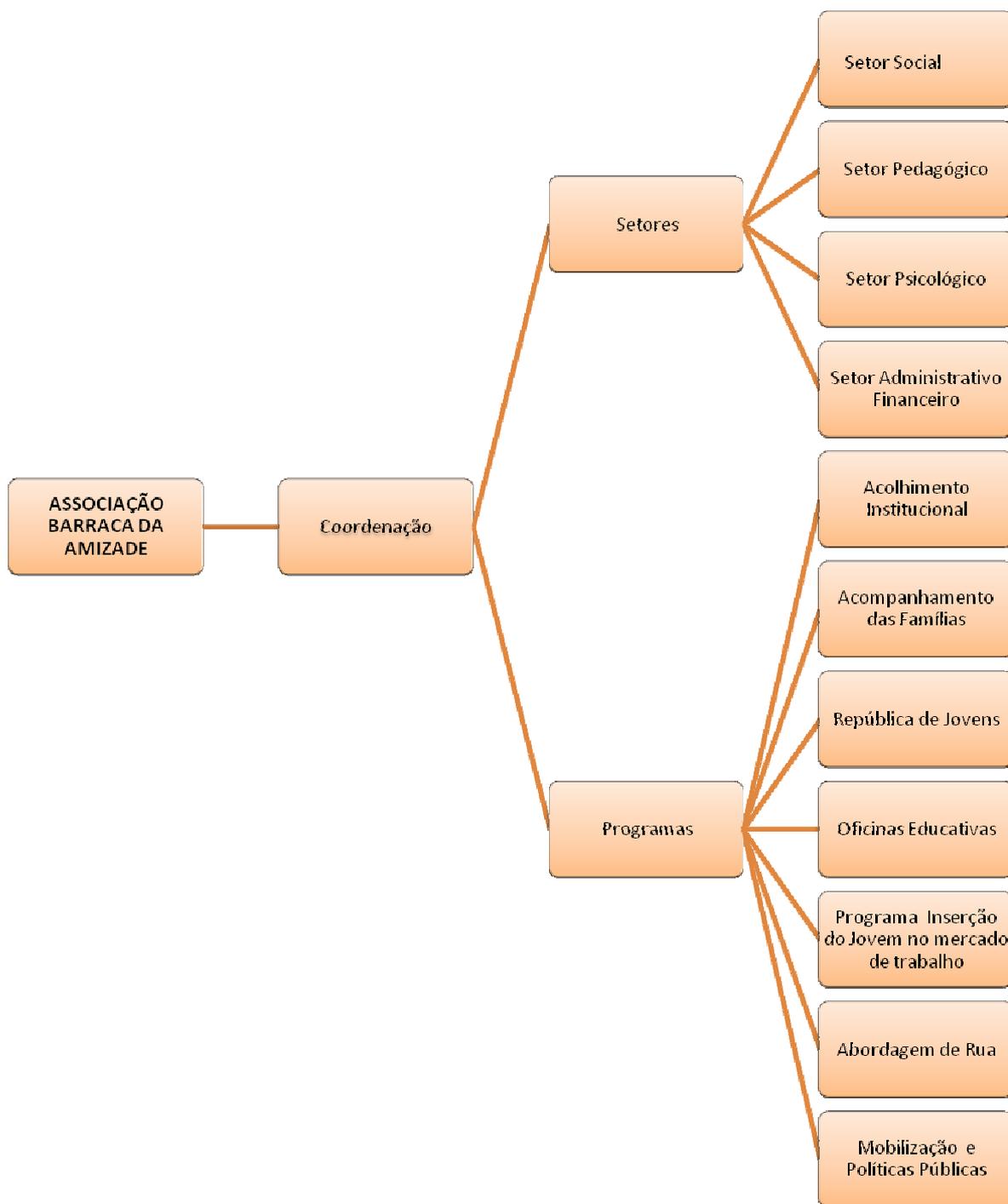
3.4. ASSOCIAÇÃO BARRACA DA AMIZADE

A Associação Barraca da Amizade foi criada em 1987. Nasceu de um movimento popular que, por meio do circo, conseguiu juntar um grupo de meninos “ditos” de rua, propondo-lhes opções de futuro por intermédio da arte. Em 1999, a entidade estendeu suas atividades aos adolescentes da comunidade onde se insere, numa preocupação de prevenção⁴⁹.

Em relação ao quadro funcional, a entidade tem em sua direção uma francesa, além de um gerente administrativo, assistente social, psicólogo e educadores sociais do abrigo e da rua. Segue abaixo um panorama dos programas e atividades da entidade:

⁴⁹Fonte: http://www.barracadaamizade.com/frame_quem.htm. Acessado em 05 de setembro de 2008 e Proposta-político pedagógica (documento interno) da entidade.

Figura 6: Organograma da Barraca da Amizade



Fonte: Barraca da Amizade

Quadro 4: Resumo dos programas e atividades da Barraca da Amizade

PROGRAMAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS PELA BARRACA	
1	Abordagem de rua
2	Abrigo para adolescentes de 12 a 18 anos, do sexo masculino
3	Programa sociopedagógico de ressocialização e arte-educação, com ênfase nas atividades circenses para os adolescentes em acolhimento institucional e das comunidades vizinhas à Entidade
4	Programa de sensibilização e responsabilidade social
5	Programa de profissionalização em serigrafia
6	Acompanhamento com as famílias dos atendidos, com o intuito de fomentar o retorno ao convívio familiar
7	República para jovens de 18 a 22 anos, sem possibilidade de retorno familiar, mas que já passam um processo de autonomia.

Fonte: Barraca da Amizade

Dentre esses, para tessitura deste trabalho, farei destaque, sobretudo, da abordagem de rua realizada em parceria com outros projetos e programas. Conforme sua proposta pedagógica, a organização investe nessa prática, pois acredita ser uma forma concreta de estar próxima aos meninos na rua para lhes oferecer opções fora dela. Como coadjuvantes nessa pesquisa, porém como alicerces da estrutura da associação, a arte-educação e o abrigo serão continuamente lembrados e referenciados como forma de proporcionar um entendimento maior do como a Barraca se apresenta.

Com foco no fortalecimento da autonomia do adolescente e com vistas à elaboração de seu projeto de vida, assere haver tomado, como base legal para estruturação de sua metodologia de atendimento, as diretrizes do ECA e do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que preconizam a importância do atendimento personalizado e o acolhimento em abrigo, respeitando a individualidade.

Cena 1

Fui para a Beira-Mar encontrar-me a educadora de rua da Barraca da Amizade, às 9 horas, conforme marcado anteriormente...Quando a educadora chegou foi logo cumprimentando os meninos que encontrava. Tão logo ela parou na esquina, apareceram cerca de quinze meninos e uma menina. Uns vinham molhados porque estavam tomando banho de mar, de roupa e tudo. Sentamos na calçada junto com eles e um deles perguntou: - 'tia, vai sentar no chão?' Ela disse: '- Sou educadora de rua, não posso ter frescura não'... os meninos pediram 'canetinha e papel pra desenhar e escrever'.

No que tange à referência metodológica, desenvolvem suas atividades tendo como base as teorias de Paulo Freire – incorporando seu conceito de educação popular – da Pedagogia do Desejo, além da Abordagem Sistêmica, que fora desenvolvida pela “Associação Terre des Hommes”⁵⁰. O pensamento sistêmico⁵¹ propõe uma mudança de paradigma na forma como o educador percebe o mundo, requerendo uma expansão em suas percepções e valores para trabalhar com o posicionamento da pessoa – no caso, a criança e o adolescente – sobre a visão que tem do seu mundo, de si e de sua situação.

Neste sentido, procuram criar mecanismos de forma integrada e participativa, de reintegração à família e à comunidade dos adolescentes moradores de rua com o vínculo familiar fragilizado ou rompido, oferecendo-lhes possibilidade de escolarização (a entidade mantém parceria com duas escolas locais), de apoio sociopsico-pedagógico e de fortalecimento do processo de profissionalização.

Cena 2

Assim que chegamos à Beira-Mar, a educadora da Barraca e eu, alguns jovens, maiores de idade, comunicam à educadora que os meninos foram para Associação Curumins. Esta, então, sugere que nos encaminhemos para lá, pois a sede dessa Entidade fica no Mucuripe. E assim fizemos. Ao chegarmos lá, o educador estava acompanhando quatro meninos que brincavam de 'skate' na quadra. . Chegamos quase na hora dos meninos retornarem pra rua, pois já haviam lanchado e eram quase 11h. Às 11h15min, o carro da Curumins chegou para pegar os meninos e deixá-los na Beira-Mar. O educador pede à educadora da Barraca para acompanhá-los afim de ele não precisar ir e voltar. Assim foi feito. Deixamos os meninos!

⁵⁰ “Terre des Hommes” é uma organização sem fins lucrativos que trabalha em benefício de crianças e adolescentes em países em desenvolvimento. Foi fundada em 1965, em Haia. Durante os últimos quarenta anos, cresceu, abrangendo vários países na Ásia, África e América do Sul. Cf. <http://www.tdh-holanda.org/2infoinst5.php>. Acesso em 26 de fevereiro de 2009.

⁵¹ Disponível em: <http://www.curumins.org.br/proposta.asp>. Acesso em 26 de fevereiro de 2009.

No que diz respeito à abordagem de rua, sua realização é feita, de segunda a sexta, por uma dupla de educadores que vão às ruas desenvolver, juntamente com as demais instituições que compõem a Equipe Interinstitucional e o Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua, atividades pedagógicas prioritariamente com adolescentes em “situação de drogadição, pequenos furtos e exploração sexual”. (PROPOSTA PEDAGÓGICA, 2008, p.2). Além disso, articulam e preparam, fora da rua, encaminhamentos a serem recebidos pelos meninos, caso queiram e solicitem.

Cena 3

Diz um adolescente que está na rua para a educadora: - ‘ei tia, ajeita lá na Barraca pra eu voltar pra lá, vá lá. Eu prometo que eu não desisto mais do atendimento. Eu não queria ir pra outro abrigo não, ó! Eu queria era volta pro circo! Diz isso pra I. , assistente socia’l.

Quando os meninos são encaminhados para o abrigo da Barraca, que pode congrega até 30 adolescentes, têm a possibilidade de vivenciar uma experiência em um regime de moradia que se constitui em “um ambiente familiar e comunitário”. (PROPOSTA PEDAGÓGICA , op.cit.). O trabalho educativo é continuado quando estes são inseridos, por exemplo, na oficina de circo, que, com periodicidade de funcionamento de segunda a sexta, acontece nas dependências da sede da Instituição, e atende também os adolescentes da comunidade. Segundo relatos, a arte-educação significa o instrumento capaz de incentivar a expressão e reaver a autoestima, com o escopo de superação dos traumas.

Cena 4

Em julho de 2007, A Barraca da Amizade é matéria no programa Fantástico, da Rede Globo, como instituição financiada pela Campanha Criança Esperança. O vídeo-reportagem contou a história da entidade, com depoimento dos adolescentes envolvidos na escola de circo.

No tocante às consecuições de financiamento, a Direção se posiciona declarando preferir captar recursos de ordem nacional por acreditar que o Brasil é quem tem que “reparar” seus danos, porém não deixa de requerer aos estrangeiros. Além disso, recebem estagiários de outros países, que passam uma temporada atuando no abrigo e nas abordagens de rua juntamente, com os outros funcionários⁵².

⁵² São jovens que, ao completarem 18 anos, têm de cumprir o serviço obrigatório, que pode ser militar ou comunitário, em seus países de origem ou não. A Barraca sempre recebe esse tipo de jovem que é mantido pelos pais ou pelos Governos de seus países.

Por fim, sintetizam sua política, discorrendo que o princípio estruturador de sua proposta é “o grande respeito à subjetividade dos adolescentes e educadores, e a busca de uma convivência organizada em princípio de democracia, onde ambos têm voto, voz e responsabilidade”. (PROPOSTA PEDAGÓGICA , op.cit., p.3).

4. ACERCA DE VERDADES NÃO DISCUTIDAS: OS FIOS INVISÍVEIS QUE COSEM A UNIÃO DAS ENTIDADES.

[...] de modo geral, as entidades que trabalham na área da criança e do adolescente têm o Estatuto como o grande livro, como a Bíblia, o Alcorão, o Evangelho, né?! (GESTORA MUNICIPAL).

Assim como a Bíblia, o Estatuto da Criança e do Adolescente orienta ações e formas de comportamentos válidos para os que nele acreditam. Na Bíblia, Deus dita algumas normas naquilo que chama de os Dez Mandamentos; o ECA, igualmente, expressa regras para aqueles que o seguem. A crença comum nesse conjunto de códigos (ECA) serve como instrumento de concordância “entre as inteligências” (BOURDIEU, 1989, p. 9) que constituem o espaço social da Equipe Interinstitucional.

Nesse sentido, neste capítulo, serão analisados e dispostos os “fios invisíveis” que contribuem para a coesão do espaço em questão. Os “fios invisíveis”, para Bourdieu (2008), são o que interliga interesses e posições relativas em cada espaço de práticas sociais. Tais fios fortalecem afinidades e simpatias, que compõem as redes de solidariedade, assim como são capazes de forjar as antipatias.

O ECA demonstrada representar o símbolo, por excelência, da integração dos espaços de atendimento à criança e ao adolescente em situação de moradia na rua, pois ele “torna possível o consenso acerca do sentido do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.10), bem como contribui para a estabelecer e manter um sistema que estrutura as relações em jogo.

As relações estabelecidas entre as diferentes instituições, por conseguinte, tornam-se relações de aliados. No atual momento histórico de política articulada, em se tratando de instituições diferentes com estruturas diversas, é possível perceber tomadas de posições que indicam disposições “objetivamente orquestradas” (BOURDIEU, 2008, P.164), que remetem a uma matriz comum: “tudo que fazemos é baseado no ECA”(GESTORA ESTADUAL).

Por outro lado, a falta de convicção relativa a esse conjunto de regras, bem como o descumprimento dele, desperta nos agentes que constituem a E.I. ações de repúdio e críticas abertas aos possíveis descrentes e inadimplentes: “será que aqui todo mundo tá agindo como manda o ECA? A leitura equivocada do Estatuto pode

revitimizar as crianças e os adolescentes” (CONSELHEIRA TUTELAR), o que, por sua vez, tende a fortalecer a coesão do grupo.

Não bater. Não abandonar. Não discriminar. Não explorar. Não se omitir quando da violação dos direitos da criança e do adolescente. Promover a convivência familiar e comunitária. Garantir acesso aos direitos fundamentais (saúde, moradia, educação, dignidade, respeito e liberdade). Não deixar de reconhecê-los como prioridade absoluta. Essas são algumas das orientações que recheiam as páginas do ECA e também representam alguns imperativos intrínsecos aos discursos dos agentes que exercem atividades trabalhistas lutando pelos direitos das crianças e adolescentes. Assim sendo, pode observar que os diferentes espaços sociais de atendimento aos meninos e meninas moradores em situação de moradia na rua, igualmente, fazem uso desse mesmo conteúdo em seus discursos, assim como procuram aplicá-los em suas ações práticas, pois, para esse grupo de profissionais, o sucesso de seu trabalho está, muitas vezes, intimamente relacionado à aplicação do ECA.

Ademais, o histórico do atendimento a crianças e adolescentes mostra em cada época uma tendência a crer em determinado tipo de intervenção como forma inovadora e potencializadora dos serviços prestados. Segundo Gregori e Cátia (2000), a FEBEM em outros tempos também foi uma tentativa inovadora. Hoje, acredita-se que o trabalho em rede otimiza e aperfeiçoa o atendimento, pois estende a possibilidade de desfragmentar as ações, como também proporciona o aprimoramento da linguagem comum, o que permite a comunicação entre os distintos campos sociais.

Vale ressaltar que a Equipe Interinstitucional, o espaço da integração, a rede, concedem lugar para o diálogo entre as entidades que já internalizaram alguns preceitos do ECA e alguns componentes da Política Nacional da Assistência Social (PNAS). A formação da rede é prevista na Política Nacional e no Estatuto e visa a evitar a “lógica ineficaz e irracional da fragmentação e o isolamento de ações” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL *apud* RIZZINI, 2006, p.114). A Equipe, no entanto, não se articula com essa estrutura e espaço do diálogo com outros setores da política social, tais como educação e saúde.

Rizzini (2006) assevera, ainda, que a constituição de uma rede implica as entidades envolvidas, a constituição de outro organismo que em algum momento pode ser percebido como “em competição por algum representante”. (Op.cit., p. 122). Não deixa de ser um local, contudo, de parceria que ajuda o grupo a não perder seus

objetivos, sendo, portanto, um espaço de integração, complementariedade e interdependência.

É verdade que, quando se trata de relações sociais, as possibilidades de ações são múltiplas, todavia é certa a existência de um sistema de interpretação que orienta a nossa relação com os outros e organiza nossos pensamentos e comportamentos (JODELET, 1991), ou seja, é a crença em algo que se torna um valor para um número determinado de pessoas e que estrutura suas práticas.

[...]Você deve saber que a gente trabalha de acordo com o ECA, né?!’ Fala enquanto tira o estatuto do bolso. A educadora acrescenta: ‘nele tá dito que a criança e o adolescente têm o direito de ir e vir, por isso ninguém pode tirar da rua à força’ e diz também: ‘ todo mundo já sabe que a gente não pode bater, né?! [...] (TRECHO DO DIÁRIO DE CAMPO EM 06 DE JULHO DE 2008).

Essas definições compartilhadas pelos que acreditam no ECA, que, por sua vez, constituem uma forma de conhecimento partilhado que concorre para o fazer de uma história comum a um conjunto social, estabelecem uma “visão consensual” (JODELET, 1991) da realidade para esse grupo. Como ensina Durkheim (1989), as representações coletivas podem fazer de um objeto vulgar, um ser sagrado e forte.

Destarte, será trabalhado neste capítulo o espaço da Equipe Interinstitucional, considerando o Estatuto como a linha que costura as relações nessa instância que, como diz Rizzini (2006) é outra organização diferente das entidades quando vista isoladamente. Nesta, impera a ideia da igualdade social, “não na ideia abstrata de que ‘ somos todos iguais perante a lei’, mas no jeito de falar [...]” (ZALUAR, 2000, p. 124). Sendo assim, a rede produz representações que lhe são absolutamente necessárias e constitutivas de sua estrutura. Exercita-se, então, um diálogo e frequentemente se remete a estrutura (ECA) que fundamenta e legitima a participação de todos na rede.

4.1. EM DEFESA DE UM PROJETO COMUM: A CONSTITUIÇÃO DA REDE E O ESTREITAMENTO DOS LAÇOS

[...] quando alguma entidade não está se comprometendo com aquilo ao qual se propõe, quando o educador não está cumprindo o seu papel, faz uma abordagem inadequada, aí a Equipe vai ser esse referencial de controle (GESTOR DE ONG).

A experiência da Equipe Interinstitucional segue orientação da Política de Atendimento, art. 86 do ECA. Em virtude de ser uma prática acreditada pelos que dela

participam, destaco sua importância no cenário das políticas de atendimento. Conforme relata uma de minhas interlocutoras,

a Equipe Interinstitucional tem como integrante, dentre outros, a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo Estado e a Funci da Prefeitura. Enquanto a gente luta como Equipe para rebater contra o Estado e contra o Município e para cobrar deles políticas públicas, a gente tem os dois dentro da Equipe, então a gente tem aqui uma questão bem interessante. (GESTORA DE ONG)

A E.I é capaz de agrupar os sentimentos e os exercícios comuns, sem anular as diferenças. Sua estrutura tende a horizontalização, mas “não exclui as relações de poder nas associações internas e externas à rede”. (RIZZINI, 2006, p. 116). Nesse sentido, o primeiro ponto de análise para o qual chamo a atenção na configuração desse espaço social é para sua forma, que, acredito, está imbricada na participação daquilo que classifico como “personagens-ponte” (op.cit, p.117). Estes são indivíduos/entidades que assumem para si o esforço de dar continuidade ao processo. Além desse mister, são responsáveis por disseminar a significância do trabalho articulado.

Pude observar que, para os membros da Equipe, os agentes sociais mais antigos são percebidos como portadores do “senso histórico” do grupo, pois, como explica Bourdieu (1996), o tempo é um recurso distintivo forte. Os membros do grupo na luta há mais tempo “se beneficiam” de uma história incorporada frequentemente vivida em estado prático. Eles são testemunhas da luta em defesa da criança e do adolescente e, em virtude disso, se tornam facilitadores e multiplicadores de experiências. As “personagens-ponte”, no caso da Equipe, contribuem para que ela tenha significância positiva para todos, bem como para que todos possam internalizar um conjunto de práticas orientado por ela, facilitadas e dirigidas pelos mais antigos.

Aos mais antigos, que se mostram ser os mais engajados na luta pela manutenção e fortalecimento da rede, restam, por vezes, a preferência ou a indicação a assumir os cargos de coordenação, pois, conforme destaca Bourdieu (1983, p.155), “os antigos possuem estratégias de conservação que têm por objetivo obter lucro do capital acumulado”. Entretanto, em alguns momentos, esse capital é rejeitado e gera conflitos por trazer junto com ele a “sobrecarga de serviços”. Reclama um membro antigo que ocupa o cargo de coordenadora:

Eu não aguento mais ter que levar isso nas costas. Ou as pessoas mais novas assumem ou eu não vou mais assumir nada. O povo se escora muito e só quer que a gente trabalhe. Eu também tenho muitas outras coisas a fazer e já faz tempo que venho trabalhando o fortalecimento dessa rede, para sempre acontecer das mesmas pessoas assumirem as coisas. (GESTORA DE ONG).

Nessa perspectiva, os conflitos não conduzem a anulação do trabalho em rede. Eles antes são vistos como parte das relações que se costuram no cotidiano, possibilitando uma maneira de ver o mundo social “sob a ótica das tensões e das diferenças e não somente na perspectiva do consenso e da harmonia absoluta”. (SIMMEL, 1983, p.122). Aludindo a esta afirmação, discorre um de meus interlocutores, “eu acho o conflito natural e até benéfico, porque é o diferente. Cada instituição da Equipe tem um pensamento, uma linha de orientação própria, as vezes próximas, as vezes bem díspares, mas isso só beneficia o diálogo”. Nesse sentido, tanto o consenso como os conflitos são apontados como necessários para alcançar a coesão social.

Ademais, conforme exposto anteriormente, a Equipe surgiu como estratégia para mobilizar as organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à criança e ao adolescente em situação de moradia nas ruas, com o intuito de promover uma ambiência para que os membros se comunicassem. Ao longo dos anos, visto que a formação dessa rede teve início em 1995, a experiência foi se consolidando e projetos comuns foram planejados e executados.

Um exemplo desta ação articulada é a pesquisa anual sobre o perfil das crianças e adolescentes, realizada pela Equipe e pelo Núcleo de Articulação, revelada no capítulo segundo. Todo o processo desde enxergar a importância de conhecer o público atendido, passando pela formulação conjunta de um conceito do que é ser criança e adolescente em situação de moradia nas ruas, utilizado por todos na execução da coleta de dados, até a exposição dos resultados em seminário anual, denota uma tendência à constituição de um diálogo comum, com o chamado para participação de todos os que compõem o grupo.

Outro ponto que contribuiu para aproximação das entidades foram as aprovações de dois projetos⁵³, capitaneados pela Equipe, e não por uma ou por outra entidade em isolado, para o financiamento de cursos profissionalizantes, pagamento de educadores sociais de rua, criação de uma república para jovens maiores de 18 anos e o financiamento do projeto “Famílias Acolhedoras”, além da contratação de duas assistentes sociais para a rede.

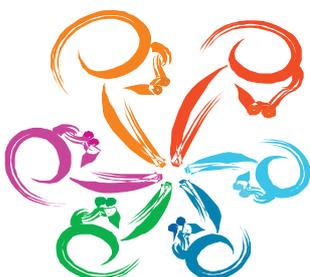
⁵³ Projetos financiados pela Comunidade Europeia e UNICEF.

Os cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de marcenaria, com duração de um ano, foram respectivamente executados pelo abrigo ACAMP e Barraca da Amizade. As entidades beneficiadas com o pagamento dos educadores sociais de rua foram: Casa do Menor, O Pequeno Nazareno, Curumins, Barraca da Amizade, ACAMP e Pastoral do Menor. A instalação e execução da república ficaram sob responsabilidade da Barraca e o projeto das “Famílias Acolhedoras”, sob os auspícios da Curumins.

Essas conexões que exigem prestações de contas conjuntas, desenvolvimento do trabalho com a ciência de que a ação de uma entidade está estreitamente ligada à ação da outra, e que, quando da avaliação e monitoramento das atividades, todos estarão envolvidos, favorecem ainda mais a aproximação entre as entidades, sobretudo entre os gestores. Por outro lado, a rede pode ser comprometida desde o momento em que um dos componentes não honrar as determinações e responsabilidades que implicam o trabalho coletivo. Este ponto foi abordado em uma reunião da Equipe, pois uma das entidades beneficiadas não prestou contas no prazo sugerido e impediu o repasse de umas das parcelas do projeto, ao que uma gestora de uma ONG ressaltou: “vocês têm que prestar atenção que não estão sozinhos, que um grupo todo tá sendo beneficiado e que a falta de um será a falta de todos, o prejuízo de um será de todos”.

Mesmo diante dos possíveis riscos, entretanto, tais como o retrocitado, a Equipe parece querer continuar investindo nesse tipo de experiência conjunta. Observei nos discursos, quando tratavam da avaliação de ambos os projetos, a valoração dada a essa iniciativa, pois para eles parece ser a legitimação do funcionamento da rede e a concretização da crença no atendimento articulado.

Outro ponto que merece ser realçado é o fato de essa instância possuir um regimento que não deixa de ser um símbolo que materializa, legaliza e personaliza a estrutura, assim como a criação de uma logomarca, conforme figura a seguir. O desenho colorido representa a união dos diferentes espaços sociais. Nesse sentido, os dois instrumentos de identidade material e visual são parte das estratégias de consolidação desse grupo.



EQUIPE
INTERINSTITUCIONAL
DE ABORDAGEM DE RUA

Figura 8 Logomarca Equipe Interinstitucional

A utilização de vários dispositivos que visam à uniformização das práticas a respeito das relações entre as entidades governamentais e não governamentais e os meninos em situação de moradia nas ruas situam a Equipe como representante de um “espaço cênico” escolhido preferencialmente para estabelecer o consenso no que tange às relações de poder e à estetização destas, subordinando o dissenso à necessidade pública do consenso.

Desse modo, percebe-se que há uma tentativa de constituir uma objetividade sobre o entendimento do trabalho que desenvolvem, bem como das crianças e dos adolescentes, referendado no ECA. Desde o momento em que isso vai sendo acordado e consolidado nas práticas cotidianas dessa instância, tal entendimento se torna mais objetivo ainda. Observando isso, dei-me conta de que a integração das instituições na Equipe é, além de lógica – pois todas atuam em Fortaleza com o mesmo público – também moral.

4.2. A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DE RUA

Graças ao trabalho articulado eu não preciso ser super-herói e resolver tudo sozinho porque só eu faço abordagem na minha entidade. (EDUCADOR DE ONG).

O Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua é uma instância-membro da Equipe Interinstitucional, formado exclusivamente pelos educadores sociais de rua: “a gente costuma dizer que o núcleo de educadores é um braço da Equipe Interinstitucional”. (GESTORA MUNICIPAL). Assim como a Equipe, o Núcleo foi criado como mais uma estratégia de afinação do trabalho de rua e articulação dos educadores das organizações que exercem esse tipo de atividade, conforme demonstra a reprodução da fala de um dos meus interlocutores:

Quando o núcleo foi criado praticamente houve um rompimento da educação social totalmente paralela aqui em Fortaleza, porque aí se começou a trabalhar articulado. Para você ter uma idéia, até uns três anos atrás os educadores de diversas entidades se reuniam para fazer estudo de caso, a partir daí elencávamos alguns casos mais complicados e os educadores do Núcleo iam fazer um estudo em torno daquele caso pra saber qual a melhor forma de encaminhar. Então, isso nasceu com a experiência de articulação do

núcleo de 1994 pra cá e foi um ganho muito grande pra Fortaleza. (EDUCADOR DE ONG).

A Equipe propõe a articulação das gestões e o Núcleo dos profissionais que estão na ponta da execução da política pública. Ambas as experiências proporcionam uma aproximação entre esses profissionais, mesmo que não atinjam o grau esperado de união, pois como diz uma educadora: “ainda acontecem ações paralelas”.

Em uma de minhas idas ao campo, combinei com antecedência com o educador da Associação Curumins um acompanhamento à abordagem de rua realizada no período noturno na Beira-Mar. Chegando ao local acertado, fiquei surpresa com a presença de mais um educador, sendo este da ACAMP. Ambos haviam combinado realizar uma abordagem conjunta. Desta feita, seguimos os três para o local onde muitos meninos e meninas se aglomeram, em frente à lanchonete Mc'Donalds. Segundo as estatísticas apresentadas em capítulo imediatamente anterior, 8,3% das 411 crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas utilizam essa localidade como área de permanência.

Ao chegar, encontramos outro educador na área, representante da ONG O Pequeno Nazareno. Assim sendo, ficamos os quatro conversando com cerca de dez meninos. Apesar da fluência da conversa, os educadores sentiram que não era um momento propício para realização de qualquer tipo de atividade porque, segundo eles, a concentração dos meninos seria mínima. Com essa observação conversada entre os três educadores, pensaram em organizar uma atividade fora do espaço da rua e, desde esse dia, as três entidades passaram a realizar de quinze em quinze dias atividades na Associação Curumins com os meninos e meninas. Em horário combinado, o carro passava na praia e levava os meninos e meninas que quisessem ir para a entidade e depois os conduziam de volta para a rua.

Essa abordagem foi emblemática, haja vista que houve interação concreta dos educadores, bem como o desenvolvimento de uma ação inster institucional pensada e desenvolvida por eles. A atitude desses profissionais realizada de maneira ágil foi capaz de responder à necessidade manifesta implicitamente no dia-a-dia do segmento com o qual trabalham. Assim sendo, no âmbito na discussão, cumpre salientar que o cotidiano é um grande revelador das possibilidades de intervenção. Poder contar com o apoio de um grupo para o desenvolvimento de uma tática fortifica as relações e as práticas

pretendidas para contribuir no melhoramento da vida das crianças e adolescentes que fazem da rua seu habitat.

Neste sentido, a sujeição do agente social (educador, gestor etc.) a determinada estrutura particular (Estado, Prefeitura, Ong laica e religiosa) não é motivo atualmente para que a confiança em valores comuns da Equipe Interinstitucional e do Núcleo de Articulação seja posta na berlinda. Um bom exemplo disso é a crença de que estão agindo em prol dos direitos da criança e do adolescente. Assim, muitos acreditam estar a cumprir sua função da melhor maneira, independentemente da pertença a esta ou àquela entidade. Em reunião na Equipe, uma educadora se pronuncia:

Ninguém tá aqui pra brincar não, todos nós estamos tentando acertar, às vezes pode não dar certo, mas quando a gente consegue que um menino que nunca participa de nada nos acompanhe numa atividade, isso já é muito porque nesse instante temos a oportunidade de conhecer mais sobre sua vida para agirmos tendo mais conhecimento. Então, assim, eu acho que todo nós estamos aqui, independente de qualquer coisa, tentando fazer o melhor para esses meninos. (EDUCADORA DE ONG).

Nessa dinâmica, uns creem que os outros estão também tentando acertar. Mesmo que as formas de atuação sejam diferentes e que haja discordâncias quanto ao modo de atuar de cada entidade, o exemplo citado revela uma socialização que tende a incorporação de um *habitus* coletivo, que pode ou não se distinguir do *habitus* produzido em cada uma das entidades, *de per se*. O *habitus* coletivo parece não ser tão consolidado quanto o outro, mas está em fase de constituição.

Na Equipe, que tem como um de seus membros o Núcleo de Articulação, sendo um espaço de jogo onde as relações objetivas entre as organizações governamentais e não governamentais “competem por um mesmo objeto” (BOURDIEU, 1983, p.155), a disputa interna entre elas não é com o intuito de excluir uma ou outra do jogo. As oposições servem como sincronizadoras do campo de atendimento e das medidas de proteção em que está inserido o espaço da articulação, por isso, a educadora ressalta: “estamos todos querendo acertar”. Esta percepção contribui para coser o trabalho da rede.

4.3. CRIANÇA E ADOLESCENTE: PRIORIDADE ABSOLUTA

No decorrer desta pesquisa, busquei prestar atenção nos detalhes das falas e das escritas a que tive acesso. Neste íterim, observei alguns vocábulos e frases constantemente repetidos pelos agentes que compõem as entidades. Estas, por sua vez,

não estavam dissociadas da prática dos sujeitos que falavam, rementendo-as a valorações e imperativos. Dentre muitas das expressões ouvidas e lidas, procurei me deter no que representava a dicção “Criança e Adolescente: prioridade absoluta”, escrito em todos os *emails* enviados pela Equipe, em seus documentos e, ainda, contínuo nos discursos.

Com esta investigação, imaginei o atendimento como um teatro com várias possibilidades de encenação, mas com apenas uma moral da história: tentar garantir os direitos dos meninos e meninas em situação de moradia nas ruas.

O início (um atendimento)

Maio de 2008. Terminal da Lagoa. Fui para o terminal da Lagoa às 18h, na companhia do educador de uma Ong que iria para mais uma abordagem, mais um dia de trabalho. Quando chegamos, não percebemos a presença de meninos no terminal, local onde costumam estar. Então, nos dirigimos à praça que fica em frente, onde os meninos também se fixam.⁵⁴ Na praça, contei cerca de oito meninos e uma menina⁵⁵. Além desses, outros compõem esse grupo⁵⁶, mas tinham ido fazer uma atividade com os educadores da FUNCI referente ao Orçamento Participativo⁵⁷. Assim que nos viram, a menina (13 anos) veio se queixar dizendo que estava doente e que precisava ir ao médico.

Cena 1

O educador pergunta: - o que você está sentindo?

A: - tô com dor e acho que tô com febre.

E: - vou ver o que posso fazer porque eu não tenho transporte pra te levar para o hospital.

O educador, então, liga para o Espaço Viva Gente, equipamento do Governo do Estado, solicitando um carro. Em paralelo, explicou-me que esse não era o público atendido pela ONG em que trabalha (lá o atendimento é feito a meninos de até 12 anos),

⁵⁴ Essa praça é conhecida como a praça da feira da Parangaba, que acontece todos os domingos e onde são vendidos desde materias eletrônicos a carros. Popularmente, diz-se que é o lugar da venda de materias roubados durante a semana na Cidade, bem como de produtos pirateados.

⁵⁵ O sexo feminino é menos presente a esse tipo de situação, os dados de 2007 apontam dos 411, 67,2% meninos e 32,8% meninas.

⁵⁶ De acordo com pessoas que trabalham no terminal, em horários de maior movimento, chega a cerca de 50 o número de meninos e meninas. Fonte: Jornal O POVO. Caderno Especial para O POVO. 20/12/2006. Escrito por Augusto do Nascimento.

⁵⁷ O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo que possibilita à população participar da decisão sobre como e onde serão gastos os recursos públicos municipais. No OP, a população decide as principais obras e serviços a serem executados pela Prefeitura.

mas que ele se sente na responsabilidade de tentar algum encaminhamento para a menina. No Espaço Viva Gente, perguntaram o nome completo da adolescente e disseram que iriam ver o que se poderia fazer. Comunicaram ainda que, em seguida, retornariam a ligação.

Cena 2

Passaram cerca de vinte minutos e nenhum retorno foi dado. A menina tornava a queixar-se. O educador volta a ligar para o Espaço e é informado de que este não disponibilizará o carro porque, segundo registro no banco de dados da Instituição, a menina tem mãe, a visita à casa dela já tinha sido feita e eles recomendam que esse seja o encaminhamento feito para que a própria mãe possa tomar as providências em relação à saúde da filha.

Cena 3

E: - o pessoal do Espaço recomendou que você fosse pra casa.

A: - (com raiva) pra lá não volto de jeito nenhum, e se você não quiser me ajudar, pode ir embora que eu fico por aqui mesmo.

E: - não precisa ficar assim, nós vamos resolver. Qual sua sugestão, então?

A: - por que o senhor não liga pra FUNCÍ?

O educador assim fez e conseguiu que um carro viesse pegá-la quando fosse deixar os meninos que estavam na atividade do Orçamento Participativo. Fomos embora e a menina ficou esperando o transporte no terminal.

Cena 4

Os demais adolescentes questionaram a presença do educador (têm a imagem de que os educadores estão lá para tirá-los da rua- foi o que eu percebi) e um disse: “ -Tá fazendo o que aqui? Ninguém quer sair daqui mesmo!(Risos)” O educador ri e me diz: “- Tá vendo como é, né?! Mas mesmo diante dessas colocações a gente não pode parar o trabalho. Eles são sempre nossa prioridade e de todos que trabalham na Equipe.”

Esse conjunto de cenas é emblemático porque desvela o que é corriqueiro nas práticas dos educadores e na vida das crianças e adolescentes que moram nas ruas. O início da intervenção indica que o educador conhece a área de abordagem, sabe onde encontrar os meninos e que outras instituições se fazem presentes. Além disso, vale salientar o reconhecimento, por parte dos adolescentes, do papel de que são encobertos

os educadores: são os cuidadores de referência. Para os meninos e meninas, não fazem muito sentido as divisões dos perfis que as instituições fazem do atendimento. Para eles o educador está lá para “cuidar” de todos eles.

A cena seguinte mostra a fragilidade da ONG de não ter um carro para atender a demanda da adolescente, contudo, ao mesmo tempo, demonstra a proximidade com a OG estadual e uma tentativa de trabalho articulado. O ato 2 aponta uma possibilidade de encaminhamento dado pela OG, que possivelmente não era exequível naquele momento, pois o educador não dispunha de meios para sua realização, haja vista que, se tivesse como levar a menina para casa, também teria como conduzi-la ao hospital. Na cena seguinte, a adolescente recusa a sugestão dada pelo Espaço.

As duas últimas cenas, indubitavelmente, se refletem nos dados estatísticos, quando estes apontam a família como destaque para onde menos se encaminham as crianças e os adolescentes em situação de moradia nas ruas. Apenas 1,0% dos entrevistados fazem menção a essa prática. Unem-se, no caso referido, dois impedimentos: a falta de condições de o educador efetuar o encaminhamento proposto e o demandado (pela menina) e a não-aceitação da proposta pela adolescente.

O fato de a adolescente conhecer outras instituições e do educador também poder transitar por elas (o que seria mais difícil se não fossem entidades parceiras, algo que se construiu com implementação da E.I. e do Núcleo), o faz se predispor a buscar outra solução e, então, acata a sugestão da adolescente que indica a FUNCI como possibilidade. A articulação é feita e o encaminhamento é providenciado.

A última cena revela os paradoxos relativos à representação que os adolescentes têm dos educadores. Se por um lado, quando aqueles precisam, acreditam ser importante a presença deste, pois, no universo impessoal da rua, são seus cuidadores; quando não precisam ou não estão “a fim de conversa”, ironizam seu trabalho. O que quero destacar, todavia, é a atitude de resignação do educador, justificada pela convicção de que independentemente do que digam ou façam os meninos e meninas, estes serão *prioridade absoluta*.

Com base no que foi descrito e em outros acontecimentos, percebi que a crença na máxima da *prioridade absoluta* é comum, a despeito do lado do qual se está falando – OG ou ONG – mesmo, que a internalização desse valor não tenha se dado da mesma forma e que as práticas, por vezes, não convirjam para a efetivação dessa crença de

forma idêntica. As OGS, por serem uma resposta pública à lei, precisaram adaptar-se às novas diretrizes dispostas no ECA e, em virtude disso, aos poucos foram incorporando valores como este. Os movimentos católicos e populares que entraram no jogo, na tentativa de amenizar a situação vigente, já tinham isso como valor, no entanto, hoje, independentemente das vinculações, isso parece ser algo disseminado e indiscutível entre os que atuam no espaço da E.I.

4.4. EDUCAÇÃO DE RUA

Se existe algo que não se discute na Equipe ou no Núcleo é a importância do educador de rua porque todos precisam do olhar de quem vê o menino na rua. (EDUCADOR DE ONG).

Está consignado no ECA: “toda criança tem direito à educação”. Em se tratando de crianças que fazem de praças e ruas seus locais de moradia, que dispõem de baixo nível de escolaridade e cuja frequência escolar inexistente, como também vivem a ausência dos pais, haja vista que 58,3% de meninos e meninas que moram nas ruas afirmam ter como referência de parceria os amigos, a educação de rua aporta como alternativa a essa situação de negligência e ausência.

Diferente da educação formal ensinada nas escolas e da educação primeira ministrada no seio familiar, a rua demanda outro tipo de educação. Neste sentido, é que surgem os educadores sociais de rua como um tipo social, que, por um lado, servem como suportes e cuidadores das crianças e adolescentes que estão morando nas ruas, e de outra parte, podem servir como “agenciadores”, quando vão para a rua conquistar os meninos com o intuito de levá-los para o acolhimento na instituição em que trabalham, e também podem servir de vitrine para propagação de determinado programa, como é o caso, por exemplo, dos que se apresentam fardados.

Em consonância com esse variado retrato de papéis sociais a eles destinados, são pessoas imbuídas de um espírito corporativo. Os educadores sociais de rua expressam uma necessidade de afirmar uma profissão, pois se postam nas adjacências de várias outras instituições simbolicamente como mais importantes, como Serviço Social, Psicologia e Pedagogia. Desse modo, pelo fato de eles trabalharem nas fronteiras destas profissões, existe a necessidade de reforçar o lugar deste profissional para não serem vistos como “os professores de mirins” (EDUCADOR DE ONG). Acrescenta o educador, fazendo um discurso de reivindicação:

[...] não há grande valorização da profissão, o fato é que na CLT não consta nem como profissão e aí algumas entidades quando assinam a carteira, assinam como oficineiro, pai social, mãe social; já aconteceu caso do profissional ser homem e a carteira ser assinada como mãe social.

Apesar dos problemas que envolvem a profissão, entretanto, os educadores se envaidecem quando as entidades são unânimes em admitir que eles são profissionais de primeira necessidade, acentuando sua significância na execução da política pública de atendimento a crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. De acordo com Gregori (2000, p.27), “os educadores são investidos de um papel que é afetivo e tutelar, aproximando-os de um certo ideal de cuidado familiar”, ou seja, aproximando o mundo da impessoalidade e o mundo da intimidade, assumindo, assim, eventualmente, os papéis de pai e mãe.

O exercício articulado dessa categoria de profissionais sociais possibilita atualmente que a rua possa ser um espaço de ação social e educativa, numa tentativa de atender os meninos e meninas de forma integral, unificando esforços governamentais e ações da sociedade civil.

A título de exemplo,

Em acompanhamento à abordagem de uma dupla de educadores de OG, um destes me contou que no dia anterior acontecera um conflito entre os meninos do terminal da Lagoa e policiais militares do programa Ronda do Quarteirão⁵⁸, decorrente de uma agressão dos meninos que atingiu o policial com uma pedra. Este, por sua vez, juntamente com seus companheiros de trabalho, correu “atrás” dos meninos, de modo que conseguiram pegar dois deles e “surraram e bateram e tal forma que um dos meninos teve o braço quebrado e o outro até então estava desaparecido”, diz o educador. Os meninos tentaram fazer a denúncia na delegacia, mas foram avisados de que não poderiam porque estavam sem documentação. Quando chegamos ao terminal, não encontramos nenhum deles. Fomos, então, à pracinha da Parangaba, onde um rapaz que trabalha no local, assim que viu os educadores, perguntou ‘se eles estavam procurando “os mirim”’. O educador, sem criar atritos por conta da denominação pejorativa, disse que ‘sim’ e se aproximou desse rapaz para pedir mais informações. Este disse que ‘não tinha visto nenhum deles por lá, mas reclamou, afirmando estar chateado com a situação daqueles meninos morando naquele local, tendo este sido ameaçado de morte por um deles’.

⁵⁸Ronda do Quarteirão é um programa de segurança pública implementado no Estado do Ceará em novembro de 2007, na gestão do Governador Cid Gomes. A proposta é disponibilizar um novo tipo de serviço policial mais próximo da população, com investimento na chamada polícia comunitária. Para isso, investiu em viaturas equipadas com telefones celulares e GPS, com limites de deslocamento entre 1,5 e 3km².

Com pouco tempo, o rapaz vê um dos meninos e diz: - ‘Olha aí, já começaram a aparecer’. O educador aproxima-se do menino que não lhe dá atenção, mas “dá o toque” que os outros estão na praça próxima ao Ginásio Poliesportivo. Assim sendo, fomos caminhando os três até lá. Durante o percurso, os educadores relataram casos de revolta da população em relação ao trabalho deles, que, ao mesmo tempo em que cobram presença 24 horas, dizem que querem que eles andem também à procura dos adolescentes. Encontramos, enfim, os meninos, primeiro dois deles (maiores de idade), um com o braço engessado da confusão com o Ronda. O educador levava o remédio para ele, pois foi quem o acompanhou ao hospital no dia da briga. Em seguida, nos encontramos com uns dez ou 12 adolescentes, todos vieram ao encontro dos educadores que ressaltaram a importância deles serem testemunhas no ocorrido com a polícia. Todos cheiravam muita cola. Os meninos reivindicam ir para o Espaço Viva Gente. O educador então liga para outro educador da Instituição, que ele sabe estar em companhia do conselheiro tutelar para fazer o encaminhamento. Assim foi procedido. Os educadores ressaltam que só irá para o Espaço quem deixar a cola. Um dos meninos derrama seu vidro de solvente e outro se revolta porque, em vez de derramar, ele não distribuiu entre os que vão ficar; quase acontece uma briga.

Esta situação denota, no primeiro momento, que os educadores são hoje os primeiros agentes institucionais a estimular os meninos de rua a seguirem determinadas regras, passando estes a ser objeto de um cuidado mais sistemático. Exemplo disso é quando eles pedem que o menino deixe a cola para ir para o albergue.

Por outro lado, o fato de esses jovens viverem a ambiguidade dos comportamentos que se balizam entre serem vítimas e algozes praticantes de atos violentos⁵⁹, sobressaltam os educadores na hora da intervenção. Um deles exprime: “às vezes nós ficamos confusos com tantas informações e situações. Como tratar? Como responsabilizar? Como lidar com a representação oscilante que carrega essa profissão?” Entre tantas oscilações, a tendência é renunciar na prática à visão que se tem do adolescente como algoz e de responsabilizá-lo por atitudes violentas e investir na sua proteção. No caso ora referido, o educador investe na tentativa de denunciar os policiais, mas em nenhum momento inculpa o adolescente por ter também agredido o policial, mostrando-se tolerante com esta atitude.

Por conseguinte, pode-se garantir que as imprecisões que circundam os educadores, são as mesmas que estão inextricáveis ao seu objeto de intervenção. Esses

⁵⁹ Conforme dados apresentados no segundo capítulo, 13,4% dos meninos entrevistados verbalizam estar em situação de conflito com a lei, furtando, roubando e envolvidos com o tráfico de drogas.

agentes institucionais, entretanto, legitimam a atual política de intervenção, na medida em que são personagens que criam nova relação com os meninos com base na amizade, diferindo-se da figura que tutela.

5. SE ESSA RUA FOSSE MINHA⁶⁰, EU...OS LIMITES DA PARCERIA

No geral, as instituições apresentam muitas semelhanças na declaração, como visto no capítulo imediatamente anterior, quanto à finalidade fundamental do atendimento, que pode resumidamente ser “prestar assistência às crianças e aos adolescentes em situação de moradia nas ruas”. É com origem nesse fim comum e geral, no entanto, que surgem as especificidades de atendimento características dos diversos tipos de instituições.

Neste sentido, na medida em que fui me aproximando mais dos meus interlocutores, me deparei com falas na informalidade que me fizeram despertar a atenção para as nuances das diferenças entre as entidades. Como estratégia para adentrar as especificidades que demarcam tais divergências, a Equipe Interinstitucional, instância os que congrega, me serviu como porta de entrada para o contato com as instituições fora desse subcampo coletivo. Assim, acompanhei o que é próprio de cada organização.

Além disso, pude perceber que, quanto mais se incorpora a ideia de trabalho articulado e unificado como a possibilidade de trabalho mais eficiente, mais difícil fica identificar os conflitos, ou seja, mais os conflitos são velados, sobretudo no subcampo da Equipe em que as exposições são mais formais. Por conta disso, a informalidade nas conversas na rua com os educadores, bem como com alguns gestores em outros espaços, foi o que mais me avizinhou das particularidades.

Por conseguinte, o relato de como é a relação entre as instituições em estudo torna-se iminente. De início, não é imprudente afirmar que a relação entre os quatro espaços sociais em estudo (Ponte de Encontro, Programa Fora da Rua, O Pequeno Nazareno e a Barraca da Amizade) nem sempre foi (é) totalmente harmoniosa.

Quando comecei a participar das reuniões da Equipe, queria me inteirar sobre esse tipo de vinculação. Perguntava, então, sempre em conversas informais e nas entrevistas, como era a relação entre esses agentes. Recorrentemente, me diziam: “agora tá bem melhor”. Quis, conseqüentemente, me inteirar sobre o que essa frase refletia.

⁶⁰ Remissão à letra/música “Se essa rua fosse minha”, de autoria ignorada.

5.1. “AGORA TÁ BEM MELHOR”, MAS... OS RUMORES ENTRE AS ENTIDADES

Aos poucos fui percebendo que o “agora- está- bem- melhor” era uma referência feita, sobretudo, à relação que as instituições estabeleciam, em especial, com o Programa Fora da Rua Dentro da Escola. Este parece ser o programa mais à “margem” da ideologia da Equipe Interinstitucional. Talvez por isso cause desavenças e discordâncias quanto ao seu modo de atuar. Vejamos o que diz um educador de ONG sobre esse assunto:

A gente batia muito na metodologia do programa Fora da Rua, porque até essa época, anos 2000, 2003, o programa trabalhava com a retirada do menino da rua, nem que fosse a força. Tinha a história do Educador Padrão que era o que corria atrás dos meninos, pegava a força. Tinha muito problema por isso, então a gente brigou muito com esse Programa por conta da metodologia de abordagem... Nos encontros a gente sempre falava que o Fora da Rua precisava ter uma metodologia diferente, uma abordagem mais pedagógica. Sem contar que eles sempre foram os mais distantes.

Esse fato concorre para a observação de que a Equipe congrega sentidos diferenciados no que concerne ao que considera como “verdade”. Sua orientação parece ter um peso ideológico intensivo para algumas instituições, mas não para outras, como é o caso do Governo do Estado, que, sendo o órgão mais forte em termos financeiros, é o que se mostra menos presente. Talvez isso suceda porque é a entidade que menos necessita dos outros para funcionar.

No que tange ao relacionamento entre os programas governamentais municipal e estadual, verifica-se um período em que se vive uma trégua nas disputas ideológicas e partidárias, comum em administrações assumidas por grupos políticos adversários. Isso foi possível porque, no período desta pesquisa, os governos municipal e estadual estavam “jogando no mesmo lado” da política-partidária⁶¹. Logo, essa união repercutiu nas instâncias menores e proporcionou um convívio menos conflituoso, como bem exprime um gestor da Prefeitura: “Até 2006 nós não tínhamos uma relação saudável com o Governo do Estado”. Outra gestora de ONG completa, referendando com lembranças de como isso era vivido em anos anteriores:

Ainda nos anos 90 a relação entre município e estado era tão ruim que teve um ano que a Funci pediu pra sair da Equipe por conta das confusões e até

⁶¹ Em 2006, nas eleições disputadas para eleger o governador do Estado, o candidato Cid Gomes do PSB teve apoio da então Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, do PT. Este foi eleito e desde então algumas alianças se mantiveram, inclusive na eleição municipal de 2008, em que esta foi reeleita e contou com o apoio explícito do atual Governador.

hoje a gente tem resquícios dessas desavenças. Pode prestar atenção, em alguns lugares onde tem um educador da Prefeitura, geralmente, não se encontrará um do Estado, a cidade teve que ser repartida entre eles. Então, em comparação com antes tá bem melhor, né?! Pelo menos hoje em dia a gente consegue ter diálogo com o Fora da Rua, coisa que antes era super complicado.

Apesar dessa “trégua” ser verificada em alguns momentos e em algumas posições, no entanto, notei que ela demora mais a chegar “à rua”. Isso remete a pelo menos dois tipos de análise. Por um lado, isso pode ser fruto das distinções entre o sistema e o mundo vivido. De outra maneira, é factível ser consequência das disposições adquiridas, leia-se, *habitus*, que influenciam nas práticas e por meio dos quais é possível verificar um número considerável de signos distintivos entre esses dois polos em questão.

Por conseguinte, não raro ouvi rumores sobre a (des)qualificação do trabalho de um em cima do trabalho do outro, conforme ilustram as falas a seguir:

Um dia desses nós fomos fazer uma abordagem conjunta com o pessoal da Funci e eles disseram que a gente atrapalha mais que ajuda, eu me senti muito com isso, acho que eles são muito teóricos, depois disso num quis mais nem conversa com eles, também quase não os vejo na rua, você já viu algum deles por aqui?! (EDUCADOR SOCIAL DE OG ESTADUAL).

Você quer entrevistar um educador do Programa Fora da Rua? Nem sei te indicar porque eles são tão assim! O povo conta que na época que teve uma conferência do BID aqui eles deram um sossega leão nos meninos para poder tirar “tudim” da rua, e tem quem diga também que eles correm atrás dos meninos para tirá-los da rua, já pensou?! (EDUCADOR SOCIAL DE OG MUNICIPAL).

A observação feita pelo educador, por exemplo, do Estado de não ver os educadores da FUNCİ (Ponte de Encontro) na rua, acredito ser uma fala de reivindicação e afirmação do papel que assumem, já que estão parados em pontos estratégicos da Cidade, fardados e aos olhos de quem passa, e a FUNCİ não. Dizendo de outra forma, ambas as falas são discursos de defesa do tipo de trabalho a que estão vinculados, mesmo que, porventura, os interlocutores discordem da metodologia que desenvolvem. Nesse caso, o primeiro interlocutor indiretamente diz que o certo é permanecer lá na rua todo dia como ele, ou seja, é um reflexo de um conjunto de normas e valores incorporados quando da introdução da óptica do programa do Governo do Estado.

Ademais, o segundo educador já tem na fala incorporada a desqualificação do trabalho do outro pelo que lhe disseram. Pelo que ele “ouviu falar”, os outros educadores “correm atrás dos meninos e pegam a força”. Isso é uma narrativa de

descaso relativamente ao tipo de atuação que se diferencia do tipo de quem narra o fato, e, mesmo que isso não seja verídico, rumores correm nesse sentido e podem causar verdadeiros reboliços nas atitudes dos ouvintes desse fato, criando sentimentos negativos sobre seus possíveis praticantes, haja vista que o uso da força nos diferentes espaços sociais é uma atitude desqualificada.

Assim sendo, como Trajano (2001), chamo de rumor esse tipo de narrativa circulante no interior de um grupo, inculcando nas pessoas envolvidas em sua transmissão os valores e as representações fundamentais que criam uma unidade de identificação. Por trás desses discursos, verifica-se a preferência dos narradores pelo tipo de atendimento feito pela instituição a que pertencem.

Isso pode ser comprovado com a informação adquirida em um grupo focal de que participei com os educadores sociais de rua, de todas as instituições que congregam a Equipe Interinstitucional, sobre o desenvolvimento de seus trabalhos. Quando perguntados em que instituição gostariam de trabalhar, caso pudessem escolher, a maioria verbalizou o desejo de continuar naquela em que se encontram.

Além disso, observei que existe certo desconhecimento do trabalho um do outro. O conhecimento mais detalhado das entidades me deu aparatos para enxergar que, no geral, se sabe o que se vê e o que se comenta. Apesar de ambos serem parte da Equipe, que é um veículo propício para esse tipo de comunicação, o conhecimento do trabalho um do outro ainda não é pleno. Percebi foi que na fala existe essa vontade, mas a prática ainda está longe de ser consolidada. O saber sobre os serviços prestados muitas vezes se restringe ao fato de o educador haver trabalhado em outra instituição e, por isso, conhecer mais os procedimentos da outra e/ ou ter alguma amizade que facilite as informações.

A verificação de que a Equipe ainda não foi capaz de exercer tudo o que idealiza em termos de unificação e articulação pode remeter ao primeiro ponto de análise, cuja defesa é de que, no mundo vivido, os pormenores é que constituem as relações e não as ideias gerais que circulam nas instituições, nesse caso, no espaço da E.I.

Retornando ao ponto anterior, ressalto que não é a falta de conhecimento mais aprofundado das instituições entre si que suscita rumores e sim, fundamentalmente, a crença em um determinado tipo de atendimento, atrelado a um conjunto de normas e

valores que se diferencia entre elas. Essa crença em determinadas normas e valores é que o vai ditar as ações que cada espaço social propõe como atendimento. Isto porque, como acentua Bourdieu,

Compreender a origem social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado ato dos produtores e as obras por eles produzidas. (1989, P.69).

Destarte, foram os rumores, os burburinhos nos bastidores da trama, que me conduziram a um olhar mais ativo em direção às distinções; àquilo que apesar do ECA e da participação na Equipe, é a estratégia discursiva utilizada pelos variados agentes como trunfos que a pertença a cada entidade confere aos diferentes participantes. Como consequência, apreendi como a matriz influencia no tipo de atendimento ofertado e como isso é refletido dentro das máximas orientadoras dos diferentes espaços sociais.

Outra questão que me fez refletir sobre as não-uniformidades foi o tema do seminário realizado em maio de 2008 pela Equipe Interinstitucional – “Convivência familiar e comunitária: direito ou obrigação?” Este título revela um pouco da inquietude das entidades em relação às interpretações que são feitas da lei (ECA). Esse foi mais um elemento instigador que me remeteu a pensar como cada espaço social trabalha a idéia do lugar da criança e do adolescente.

5.2. LUGAR DE CRIANÇA É OU NÃO É NA RUA? TRÊS FORMAS DE LER O ARTIGO 101

Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, Art.101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98⁶², a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I- Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II- Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III- Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

⁶² Ver nota de rodapé 20.

IV- Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V- Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar e ambulatorial;

VI- Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII- Abrigo em entidade;

VIII- Colocação em família substituta.

Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição, não implicando privação de liberdade.

A disposição do art. 101 serve de suporte para o desenho de como cada instituição se apropria de um ou de mais de um dos incisos previstos. Conforme o artigo, o lugar da criança é em casa, no abrigo ou em família substituta, com a ressalva do caráter provisório do segundo, contudo a oferta do atendimento em Fortaleza para as crianças e adolescentes que estão na rua, nem sempre, se configura nestes moldes. Não quero dizer com isso que as instituições agem contra a lei, pelo contrário, quero chamar atenção como cada organização lê e responde ao art.101, bem como para o lugar que cada uma reserva para os atendidos.

No ECA está dito que criança não pode ficar em situação de vulnerabilidade social e a lei da assistência social especifica que viver na rua é considerado um caso de vulnerabilidade de alta complexidade. Nos discursos dos agentes institucionais que compõem as entidades em questão, pode ser observada a concordância no que tange a essa afirmação, conforme relatado no capítulo imediatamente anterior, todavia há algumas peculiaridades nas práticas que ultrapassam os discursos e ordenam o lugar da criança: rua, casa ou abrigo.

No segundo capítulo, dispus sobre o perfil do atendido. Agora trarei de volta alguns dados para auxiliar na compreensão das dinâmicas institucionais que irei relatar. Vejamos: em um total de 411 crianças e adolescentes cadastradas, 235 responderam a questão sobre o tempo de permanência na rua e, destes, 58, 73% (138) disseram estar há mais de um ano nesse tipo de vivência.

Eles estão conscientes desses dados, pois o levantamento deles fora feito pelos educadores das instituições que compõem a Equipe. Neste sentido, observei o que cada instituição faz com tais dados e quais estratégias elaboram para “dar conta do problema”.

5.2.1. A Redução de danos

O Ponte de Encontro, mantenedor de uma casa de passagem e executor de abordagem de rua, conforme visto, foi criado em função de uma lacuna que existia no atendimento público municipal em relação ao espaço de acolhimento e espera dos encaminhamentos concedidos na rua, bem como em virtude da necessidade do aumento do número de educadores sociais de rua. Neste sentido, os objetivos do Ponte são, dentre outros, garantir um espaço de espera, com o provimento das necessidades básicas de alimentação, banho e descanso. Concomitantemente, funciona abordando crianças e adolescentes em situação de moradia de rua.

Como estratégia para amenizar a situação vivida pelos sujeitos que abordam, investe na arte- educação e verbaliza ser esse seu grande diferencial. Expõe um de seus gestores: “O grande carro-chefe do trabalho na rua da Funci é a arte. A arte foi o grande lance da coisa, ela serviu pra despertar e tal [...]”. Trabalham essa ideia em várias frentes, desde a realização de oficinas na sede do Programa e a criação de grupos de dança, banda de lata nas comunidades, até o trabalho desenvolvido nos pontos mais comuns que os meninos habitam (praças, praias e terminais de ônibus). A ideia é trabalhar com o menino na própria rua, pois é este seu espaço de vivência. Uma das gestoras da Fundação explica:

Não é um trabalho que deve ser compreendido de maneira imediata, mesmo os educadores sociais têm que ter o entendimento que eles vão virar para o menino e depois de algum tempo de conversa e de trabalho vai falar tchau e deixar o menino na rua e voltar pra sua casa, pra sua instituição, né?! Sabendo que o menino ficou na rua, mas como esse menino ficou na rua, verdade? O educador junto com esses meninos vai tentar ressignificar o espaço da rua de modo que sua presença faça diferença na vida dessas crianças e adolescentes.

Então, onde será mesmo o lugar da criança ditado pelo programa municipal? Sua estratégia é que a arte possibilite e facilite a criação de vínculos entre os educadores e os meninos e meninas, para que o despertar para a feitura de um projeto de vida possa ser trabalhado. Trabalhando e orientando os educadores nessa perspectiva de ressignificar o espaço da rua, o Ponte de Encontro vai buscar reduzir os danos dessas

crianças e adolescentes, sem, contudo, em sua maioria, os induzí-los ao abrigo ou ao retorno familiar.

Os retornos familiares, segundo as estatísticas, são os encaminhamentos menos realizados, pois apenas 2,2% fazem menção a essa prática. Além disso, constatei, conforme descrito no capítulo 3, que nos abrigos geridos e mantidos pela FUNCI (Casa dos Meninos e Casa das Meninas)⁶³ o número de adolescentes com histórico de vivência de rua é insignificante⁶⁴. Essas informações embasam a colocação de que, na Prefeitura, mesmo com a infraestrutura para servir como suporte alternativo de vida na rua, que são os abrigos, o programa de atenção ao estado de moradia de rua para crianças e adolescentes não prioriza esse tipo de encaminhamento.

Assim, parecem acreditar que é na própria rua, no espaço de vivência e com o investimento no que eles chamam de redução de danos, que aos poucos a situação vai sendo sanada, mesmo que no ano seguinte corra-se o risco de o número de crianças e adolescentes que estão na rua se elevar.

5.2.2. Prevenir e fiscalizar

No Programa Fora da Rua, há uma particularidade no foco de suas ações que o diferencia prontamente. Neste os educadores atuam na rua com todo tipo de situação de risco, e não apenas com os moradores, ou seja, o foco é mais ampliado. Neste sentido, o tipo de abordagem se diferencia de acordo com a situação vivenciada. Para os que estão nos sinais pedindo, trabalhando ou fazendo malabarismo, bem como para os que estão acompanhados de suas mães, também como pedintes, mas que retornam para suas casas no final do dia, caso ainda não tenham sido cadastrados pelo Programa e nunca tenham recebido nem estejam recebendo o benefício que ele fornece, os educadores preenchem uma ficha cadastral para que uma visita posterior possa ser realizada na família do menino ou da menina. Caso este ou esta já seja beneficiário(a), são encaminhados para retornar para suas casas e é feita advertência com risco de perder a bolsa. “Temos que fazer de tudo pra tirar esse menino da rua”, diz um educador.

⁶³ Equipamentos pertencentes à gerência da Proteção Social Especial da Fundação da Criança e da Família Cidadã.

⁶⁴ A maioria dos adolescentes em situação de acolhimento institucional na Casa dos Meninos e das Meninas está vivenciando esse tipo de experiência por motivos de conflitos comunitários, negligência e violência doméstica e por precária situação financeira.

Assim sendo, com esse tipo de situação, a orientação dada aos educadores parece ser: PREVINA, para que essa criança ou adolescente em situação de rua não se torne um morador de rua; logo, o encaminhe de volta pra casa; e FISCALIZE, para que quem recebe dinheiro do Estado não retorne à situação para qual ele está recebendo apoio financeiro para sair.

No caso dos que já estão morando nas ruas, a orientação é levá-los para o Albergue Espaço Viva Gente, caso solicitem⁶⁵. Quando não, os educadores permanecem em seus pontos, sem muita interação com esses meninos.

Acompanhando o trabalho dos “amarelinhos”, percebi a abordagem direcionada, sobretudo aos pedintes e trabalhadores nos sinais. Isso me intrigou de tal forma que recorrentemente perguntava aos educadores: - “e com os moradores de rua, como é feita a abordagem?” E um deles me disse: - “esses meninos são os que dão mais trabalho e não tem mais como enviar para a família, então a gente só leva para o Espaço quando eles pedem e nada mais, nós não fazemos atividades, nem levamos pra brincar, nada”.

Nesse contexto, parece que o tipo de situação vivenciada é o que define o lugar da criança e do adolescente. Caso ele ainda tenha vínculo diário com a família, investe-se para que esse seja seu lugar, assim como a permanência na escola. Conseqüentemente, o retorno para casa e para a escola é incentivado e são os encaminhamentos realizados. No caso dos que já perderam esse vínculo, o lugar é a rua mesmo; quando não, é oferecido atendimento no Albergue, pois, de acordo com um educador, “arrumar um abrigo⁶⁶ para esses meninos é um problema, porque muitas vezes a gente mobiliza muita de gente para fazer um encaminhamento desses, que é um trabalho que não nos compete, e o menino no outro dia quer ir embora”.

Percebe-se que, na primeira situação em que ainda há crença na melhoria de vida desses meninos, acredita-se na investidura nas instituições tradicionais (família e

⁶⁵ São definidos horários nos três turnos (manhã, tarde e noite) em que o carro, solicitado pelos educadores, passa nos pontos onde estão as crianças e os adolescentes esperando para ir para o Albergue (levam no mínimo três por vez). Lá eles se banham e se alimentam.

⁶⁶ O Governo do Estado do Ceará dispõe de três abrigos públicos e tem convênio com outros sete, adotando o regime de coeducação com organizações não governamentais. O atendimento dessas instituições destina-se a portadores de deficiência mental, situação de abandono, vítimas de violências e/ou maus-tratos, perdidos, situação de risco pessoal e social, direitos ameaçados, orfãos, falta de moradia e vínculos familiares fragilizados, egressos de medidas socioeducativas (SILVA, 2007). Como se pode observar, nenhum abrigo mantido pelo Governo do Estado faz referência explícita de atendimento ao perfil de meninos e meninas moradores de rua.

escola). Na segunda situação, esse tipo de crença parece sair de cena e não se investe mais nisso.

5.3.3. Abrigo é sempre melhor que rua

No que concerne às atividades do O Pequeno Nazareno, o lema é: “você não deixaria seu filho morar nas ruas, nós também não. Chega de crianças nas ruas!” Cabe lembrar que a ênfase dada especialmente à infância ocorre em virtude de ser a faixa etária (de seis a 12 anos, do sexo masculino) por eles atendida. Esta instituição é enfática sobre qual não deve ser o lugar da criança, pois trabalham na perspectiva de que somente fora da rua é que se pode oferecer aparato para transformar a vida desses meninos, como ressalta um gestor: “eles têm que estar inseridos em um meio de vida socialmente agradável e possível dentro do campo do direito, e esse lugar definitivamente não é a rua”. Esse discurso é semelhante à análise da autora Diocleide Ferreira (2000), ao estudar a realidade do albergue espaço Viva Gente onde afirma que as instituições de atendimento aos moradores de rua “dividem” o ‘mundo da rua’ e o ‘mundo da instituição’, sendo resguardado ao primeiro o lugar da perversão, da maldição e da violência e, ao segundo, o lugar da reintegração, da limpeza e da ‘purificação’.

A garantia desse lugar socialmente agradável tanto pode ser na família como no acolhimento institucional. Não se pode esquecer, todavia, de que as crianças a quem atendem são moradores de rua, portanto em sua maioria, com vínculos familiares débeis. De acordo com dados mostrados no capítulo 2, dos 411 entrevistados, 44, 3% estão de um a cinco anos na rua e 33, 8% destes alegam ser a família a maior contribuinte para a ida deles para esse tipo de vivência. Ademais, a ONG conta com a estrutura de um abrigo, que, aliado à condição de vida dessas crianças e da visão do lugar delas, contribui para o investimento primeiro no campo do abrigamento como medida de prevenção, e não o retorno familiar ou o trabalho de redução de risco nas ruas.

Neste sentido, a abordagem de rua realizada pelo educador tem como objetivo prioritário a busca pela conquista da criança para que nela seja desperta a vontade de sair da rua e, assim, serem encaminhados para o sítio (abrigo). Este constitui o primeiro passo para o atendimento integral proposto pelo O Pequeno Nazareno.

Com a oferta de escola dentro do espaço do abrigo até o 5º ano, alguns centros de treinamento para profissionalização (informática, biblioteca, confecção de bolas de futebol), além de quadra coberta, campo de futebol, piscina, lago e equitação, o investimento é feito para que as crianças usufruam desse espaço e desses equipamentos como instrumentos auxiliares para suas “conversões”, diz o fundador. Por conseguinte, acreditam que a passagem pelo abrigo de meninos com esse tipo de vivência é fundamental para seu processo de transformação de vida.

Nessa mesma linha de crença no acolhimento institucional como ponte fundamental entre a saída da rua e o retorno familiar, está o trabalho que desenvolve a Barraca da Amizade, no atendimento a adolescentes moradores de rua do sexo masculino.

Nessa instituição, assim como na FUNCI, acreditam que o despertar para uma mudança de vida é possível por meio da arte, no entanto, diferem no tocante ao lugar onde a atividade é realizada. Mesmo que nas abordagens os educadores se utilizem de materiais pedagógicos ligados à arte como forma de aproximação e manutenção dos vínculos, o investimento majoritário da Barraca em relação a esse tipo de educação é feito no interior do abrigo, sendo a arte circense sua especialidade.

Embora não tenham uma política impositiva e acreditem “que os adolescente são autônomos para fazerem suas próprias escolhas” (GESTORA), a proposição de uma moradia alternativa para os adolescentes moradores de rua leva a crer que essa entidade desacredita da rua como lugar bom para se viver e possível de permitir algum trabalho consequente com os meninos.

O retrato descrito da trama institucional investigada conduz-me a apontar que as instituições governamentais que têm maior dever para com a garantia dos direitos da criança e do adolescente oferecem um atendimento na rua. Em contrapartida, as organizações não governamentais têm abraçado a ideia de que a rua não é local para se viver e, por isso, oferecem alternativa continuada. Esses “confrontos” cotidianos mostram que existe um misto de conflitos ideológicos e institucionais, indicados pelo atendimento e cotidiano das organizações (GREGORI; SILVA, 2000), ou ainda, como assinala Bourdieu, “cada condição é definida, inseparavelmente, por duas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema das diferenças”. (2008, p.164).

Para tanto, o que tenciono trazer à tona com essa discussão não é, definitivamente, um julgamento de valor para dizer quem está certo ou errado, e sim “apanhar o invariante (estrutura), na variante observada” (BOURDIEU, 1996, p.15), dizendo de outro modo, mostrar as divergências quanto à execução das diretrizes apontadas no ECA e o modo como as políticas públicas constituem as formas de socialização dessas crianças e adolescentes.

5.3. GERENCIAMENTO DE IMPERATIVOS MAIORES

O primeiro aspecto a ser analisado refere-se às demandas iniciais que objetivaram a criação de determinado programa e seu andamento, como forma de compreender o papel social que cada instituição desempenha.

5.3.1. A urgência da assistência social: os casos do Ponte de Encontro e do Programa Fora da Rua, Dentro da Escola

Adentrando esse espaço da política municipal, percebi discrepâncias significativas no que diz respeito aos objetivos postulados e à prática institucional. Em visita de campo ao Ponte em 2008, alguns profissionais enfatizaram as transformações pelas quais o Programa tem passado, sobretudo em virtude de um novo projeto: a implementação do Disque- Denúncia Criança e Adolescente⁶⁷, efetivado em maio de 2008.

A dificuldade apontada em virtude dessa nova proposta dá-se por conta do aumento considerável na demanda a ser atendida. Na sua fundação, tinha-se claro que o público a ser trabalhado era o que estava em situação de moradia de rua, e todos os esforços foram conduzidos nesse sentido. Com o Disque, entretanto, a procura pelo atendimento ampliou e o foco foi alargado, de maneira que atendem hoje todas as denúncias relativas à situação de risco e vulnerabilidade social que envolve crianças e adolescentes⁶⁸.

⁶⁷ Central de atendimento telefônico que recebe denúncia de todos os tipos de maus-tratos referentes à criança e ao adolescente.

⁶⁸ Por conta disso, sempre que eu citar o trabalho do educador, discorro sobre o educador de rua que atende a menino morador de rua, e não esse que atende a outras demandas.

Um ponto que merece ser ressaltado diz respeito à mudança na dinâmica do atendimento inicial pretendido. Arelada a isso, alguns educadores salientam a falta de estrutura do Programa, que fora pensado para dar atenção a uma demanda específica e de inopino se viu obrigado a estender as possibilidades de atendimento.

Essa mudança de foco, segundo os educadores, prejudica o trabalho que estavam inicialmente fazendo, pois o olhar é desviado e desconcentra esforços na intervenção de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, razão inicial da existência do projeto.

A experiência da extensão do atendimento pode indicar que o número de meninos e meninas atendidos em situação de moradia de rua parece ser bem inferior ao quantitativo dos que vivenciam outras situações de vulnerabilidade social. Nos dois casos, o público atendido é formado, principalmente, por adolescentes pobres, que se encontram em situação de risco, seja pela fragilidade dos vínculos familiares ou por situações de violência doméstica, abandono, negligência, uso de drogas ou experiência de vida nas ruas (vendas nos semáforos, mendicância etc.)

Constatar essa situação, longe de ser fato irrelevante, merece algumas considerações. Por que caracterizar um programa como sendo orientado para crianças e adolescentes moradores de rua, se eles constituem a menor parcela do público efetivamente atendido? Algumas respostas plausíveis podem ser sugeridas: é possível que o problema da moradia de rua em relação a esses agentes tenha sido, inicialmente, superdimensionado e que, por uma falha no diagnóstico, a demanda não corresponda à oferta de atendimento. Se se partir da hipótese de um diagnóstico correto, cabe indagar: por que o desenho do Programa e suas atividades não foram capazes de manter, preferencialmente, os meninos de rua?

Talvez porque esse tipo de mudança seja recorrente nas organizações governamentais que, de um lado, não podem deixar de atender a certo tipo de demanda e ser negligente com outros agentes porque é responsabilidade delas promover as políticas públicas. De outro lado, ela “precisa” dar uma resposta à sociedade nem que seja por meio de números sobre o trabalho que realizam, mesmo que isso não seja sinônimo de qualidade ou não mantenha os planos feitos *a priori*.

Seguindo a linha dos obstáculos e emergência nas OGs, O Programa Fora da Rua Dentro da Escola, como a organização que mais se distancia em termos

metodológicos das demais que integram a Equipe, acredito que o conflituoso é o próprio desempenho da atividade de educação de rua; ou seja, os embates entre o que se acredita e se teoriza como sendo educação e o que é praticado.

Uma educadora fala que “o papel do educador se restringe ao cadastramento”. Ela diz isso fazendo referência aos meninos em situação de rua (trabalhores e pedintes nos sinais). Quanto aos que moram, sequer são mencionadas as abordagens. Isso revela, de um lado, a internalização da dinâmica da proposta pela Entidade, pois o investimento maior dela é na situação de rua. Por outro lado, denota a falta de interação com os moradores, bem como os limites da educação que é ofertada. Aqui se estabelece o que Gregori (2000) chama de “situação artificial de contato”. (P.206).

5.3.2. Quando o dinheiro é curto: o caso da Barraca

No que tange à emergência do trabalho desenvolvido na Barraca da Amizade, instituição de acolhimento não governamental, creio que a dificuldade financeira para manutenção da infraestrutura, bem como dos recursos humanos, atinja, em determinado ponto, a proposta da Entidade.

A exemplo disso, cito o caso dos educadores de rua que acumulam duas funções – trabalham na rua e como educador de abrigo. Apesar de alegarem ser uma escolha voluntária e de receberem salários pelos dois tipos de trabalho, por vezes a atividade na rua, segundo eles, “fica comprometida”. No ano de 2008, um dos dois educadores de rua da Instituição passou cerca de seis meses sem ir às ruas porque trabalhou integralmente no abrigo “cobrindo férias” de outros educadores. Tal remanejamento deu-se por questões de cunho econômico, visto que a Barraca não teve condições financeiras para contratar outro profissional para desempenhar esse papel.

Concomitante a esse fato, defesas por parte da gestão foram feitas no sentido de que apenas um educador na rua não é interessante, pois compromete a qualidade do trabalho, hajam vistas as diversas situações de resolução difícil com as quais pode se deparar nas abordagens. Diante disso, percebem-se mudanças emergenciais para que o atendimento possa ter continuidade (a rua e o abrigo), nem que para isso as estratégias tenham que mudar de foco, como neste caso.

5.3.3. Acolhimento integral: o caso do O Pequeno Nazareno

O quarto aspecto que merece destaque nesse item diz respeito à “endogeneização”⁶⁹ das atividades desenvolvidas pelo O Pequeno Nazareno. Estes, por descreditarem na eficiência e na proposição de projetos e programas das instituições governamentais estadual e municipal, que por lei têm obrigação de garantir aos meninos e meninas moradores de rua o aparato necessário para a superação da condição em que vivem, investem numa proposta integral de atendimento. Por sua vez, tendem a se fechar e “impedir” o desenvolvimento da criança fora dos padrões ou dos serviços prestados por essa Instituição.

OPN, por ser uma ONG, resguarda o direito de escolher o sujeito a ser atendido, bem como de fazer seu planejamento sem ter que se preocupar com a opinião pública, ou melhor, sem ter que “dar tanta satisfação”, como acontece com as OGs. Essa particularidade lhes garante a possibilidade da recusa do atendimento, caso a criança ou adolescente não esteja dentro do perfil da Entidade. Em adição, podem (ou tem podido) sem danos, durante os meses de férias, não aceitar o recebimento de mais meninos no abrigo, bem como de tirar o educador da rua para resolução de problemas internos referente às férias dos meninos e encaminhamentos para as famílias. Bem assim, podem alegar falta de vagas. Isso não quer dizer que as OGs não possam mexer nos seus quadros de atividades e de profissionais; quer dizer que as ONGs são bem mais flexíveis para isso.

Ademais, oferecem uma infraestrutura que, se comparada às outras ONGs integrantes da Equipe Interinstitucional, com exceção da Casa do Menor, nenhuma outra alcança seu padrão. Vale lembrar que acreditam ser uma infraestrutura agradável, um forte atrativo quando da apresentação da entidade às crianças.

Quando conheci o sítio em Maranguape, confesso que a estrutura e a paisagem chamaram minha atenção e fiquei positivamente impressionada com o que vi; um lugar bastante arborizado, aos pés da serra, com um lago na entrada em que os meninos tomam banho e se divertem durante as tardes; no sítio, há outro lago e uma capela localizada a sua frente com uma vista “de encher os olhos”; sem contar com as escolas, sala de informática, quadra coberta, campo de futebol de grama e de areia, um refeitório

⁶⁹ “Endogeneização” aqui no sentido de que o atendimento integral é preferencialmente realizado no interior da instituição.

em construção, cavalos, cozinha central e piscina. Tudo isso é cercado por uma imensa área verde.

Conforme retrocitado, contudo, nessa organização, que atualmente abriga 80 meninos, percebe-se claramente uma tendência a “endogeneizar” (COSTA; CARNEIRO; FARIA, 1999) atividades, serviços e recursos, de forma que só tende a aumentar e a tornar complexo o trabalho da unidade. Essa forma de trabalhar, oferecendo atendimento integral, surge da descrença da execução dessa tarefa pelo Poder Público; assim, preferem interiorizar-se a correr o risco da falta de assistência.

Além disso, assim como a Barraca, onde o educador de rua foi temporariamente remanejado de sua função, no O Pequeno Nazareno também ocorreu esse fato. No início do ano de 2009, em reunião com o Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua, o educador do OPN comunicou que, por decisão interna, ele será afastado da rua por seis meses para acompanhar um projeto que a ONG desenvolve com as famílias dos abrigados, bem como partilhou que durante esse mesmo período a entidade não receberá nenhum encaminhamento para acolhimento no abrigo⁷⁰.

Para tanto, as situações ilustradas denunciam ou anunciam a tendência que as instituições incorrem no atendimento, sejam as que se gerem, sejam as que são geridas pelo governo. Primeiramente, pode-se dizer que o tipo de organização (OG ou ONG) influencia nos tipos de obstáculos vivenciados. No caso de ser uma OG, por exemplo, ela não pode se abster do atendimento, que, em tendo que acontecer, parecem ser os números, sejam de profissionais atuantes, sejam de atendimentos, o que mais importa, independentemente da qualidade do serviço prestado⁷¹. Em seguida, outro ponto diz respeito à dificuldade financeira que também influencia na direção do atendimento; sem imputar algumas particularidades que convergem para outros impedimentos, tais como a inclinação para interiorização das atividades em detrimento de uma convivência comunitária e da utilização das redes de serviço público (vivências com quais os abrigados se depararão quando saírem da instituição), a “negação” da moradia de rua

⁷⁰ Essas realidades mostram impedimento que se tem em Fortaleza, talvez no Brasil, de consolidar padrões mais permanentes e seguros de atendimento na política para a infância e a adolescência que vivem nas ruas (GREGORI; CÁTIA, 2000).

⁷¹ Não penso serem eventuais os dados, revelados no capítulo 2, referentes ao número de educadores de cada instituição que faz abordagem de rua. As duas OGs em questão somavam um quantitativo em 2007 de 160 educadores, dos 169. O que quero trazer para a discussão com isso é que os empecilhos e problemas relatados podem demonstrar que o quantitativo oferecido de trabalhadores na rua não é sinônimo de redução do número de meninos e meninas nas ruas, mesmo estas sendo em número de 411, cerca de duas crianças e adolescentes para cada educador(a).

como problema de possível solução e o não-concebimento da abordagem de rua como processo educativo.

Assim, sabendo que o jogo é estrategicamente disputado pelo *circuito institucional* (GREGORI; CÁTIA, 2000, p. 131) com várias linguagens e abordagens distintas, e alimentado pela existência de um sujeito de direitos, os caminhos que cada peça percorre denotam as descontinuidades nos trabalhos das entidades.

5.4. OS PROFISSIONAIS DA RUA: TRABALHO E MILITÂNCIA

Os educadores sociais de rua surgiram como profissionais nos anos de 1970, pressionados pelo problema social das crianças nas ruas. Para colocação da proposta de atuar, junto a esse segmento, de maneira diferente das formas então regidas pelo Código de Menores, esses profissionais contaram com o apoio da Igreja Católica e foram influenciados pelas ideias das pedagogias libertárias. Alguns jovens, sob os olhares da Pastoral do Menor, começaram a trabalhar, organizadamente, no centro de São Paulo, sobretudo na praça da Sé. Esse grupo foi o primeiro a se denominar educadores sociais de rua ou, simplesmente, educadores de rua e eram também autodidatas – não havia treinamento específico nem supervisão (OLIVEIRA 2007). Neste sentido, os primeiros educadores de rua eram ligados, de alguma forma, à ideologia cristã.

As bases da constituição desses profissionais os perseguem até os dias atuais e a luta pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, embora tenha dado passos bastante significantivos com o advento do ECA, é ainda hoje a bandeira de luta deles. Pensando o caso de Fortaleza, em especial a experiência da E.I., é de fácil apreensão a influência que até hoje a igreja tem sobre esse tipo de trabalho. Na Equipe, são pelo menos cinco ONGs católicas, dentro das nove que compõem essa instância. Nos discursos dos entrevistados, sobressaiu-se uma vertente motivacional para o exercício de sua atividade:

Meu despertar para esse trabalho veio depois que participei de uma organização religiosa e posteriormente com os movimentos sociais. (EDUCADOR DA CASA DO MENOR)

Fui catequista. (EDUCADORA DA PASTORAL DO MENOR).

Comecei com essa relação eclesial. (EDUCADORA DA PASTORAL DO MENOR).

Eu também comecei na igreja e depois fui voluntária no Movimento. (EDUCADORA DO MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL DO BOM JARDIM).

Fui facilitador de grupo de jovens na igreja e quando cheguei em Fortaleza fui voluntário na Pastoral do Menor. (EDUCADOR DA CURUMINS).

Observa-se nas falas que é a igreja o forte alicerce de estruturação desses profissionais. Contexto semelhante pode ser observado em Goiânia. Câmara et. al (2001), ao pesquisarem o universo das instituições de atenção a criança e adolescentes em situação de rua na Capital goiana, afirmam que nos discursos dos coordenadores das entidades, dois pilares sustentam os aspectos motivacionais na execução do trabalho – uma ligada à identificação com as crianças, com o trabalho e com a causa social que representam, e outra vinculada às questões missionárias, ficando, nas falas dos entrevistados deste pilar, marcada a presença de causas religiosas para o trabalho.

O conhecimento dessa base é indispensável para o entendimento do trabalho de parte dos profissionais que estão hoje atuando na rua com as crianças e os adolescentes. Neste sentido, por serem os educadores os agentes que estão no exercício do trabalho desenvolvendo o atendimento direto com meninos na rua, torna-se imprescindível a explanação dos tipos de profissionais que estão incorporando as entidades.

Por meio da realização de três grupos focais com os educadores sociais de rua, notei pelo menos três tipos de agentes institucionais: os que trabalham nas ONGs têm um caráter mais militante; os que prestam serviço para a Prefeitura estão em cima da linha entre a militância e a vivência profissional (aqui se destaca a presença de muitos educadores universitários); e os que estão no Governo do Estado são os que encaram a atividade apenas como trabalho⁷².

Quero enfatizar com essa divisão é, sobretudo, a maneira como os educadores se defrontam com seu trabalho. Das entidades pesquisadas atualmente, todos eles são profissionais, nenhum exerce o voluntariado, mas a pertença a determinada matriz de percepção os faz enxergar e viver o labor de modo diferenciado.

As organizações não governamentais, por exemplo, têm nas bases de suas estruturas a particularidade das motivações que induziram suas criações decorrentes da vontade de um indivíduo ou grupo em amenizar o problema social em questão. Essas preocupações de cunho pessoal e/ou ideológico são os alicerces dessas composições.

⁷² Estou chamando de militantes os educadores que têm recorrentemente o discurso da ideia de transformação da sociedade, que um outro mundo é possível e que cada um pode fazer sua parte. No tocante aos trabalhadores, são profissionais na condição de educador, mas que poderiam exercer qualquer outro tipo de atividade remunerada.

Ademais, foi perguntado aos educadores, no grupo focal retrocitado, o que eles acreditavam ser mais danoso no trabalho que desenvolvem, ou seja, quais eram suas maiores reivindicações para melhorar a qualidade do serviço que prestam. Confesso que me impressionou o conjunto de respostas dadas, pois os descontentamentos apontados pelo grupo das ONGs foram, em sua maioria, de cunho estrutural. Reinvidicaram retaguarda, carros, parcerias, mas não expuseram cansaço físico, não falaram de carga horária trabalhada, tampouco dos baixos salários. Sequer uma educadora que afirma receber R\$ 250,00 reais por mês expôs isso como empecilho. É o oposto das reivindicações dos educadores das organizações governamentais.

A ideia que circula entre eles (ONGs) é a de que, com essa experiência, estão realizando uma missão de vida. Corroborando essa afirmação, diz uma educadora: “descobri minha verdadeira vocação, pois quem é educador é por amor, por vocação”. Esse pensamento militante, indubitavelmente, tem influência da base em que foi constituído: a igreja. Os educadores desse tipo de instituição parecem não se enxergar como profissionais que exercitam um trabalho como qualquer outro, e sim como uma missão que lhes foi confiada. Talvez por isso é que, ao reivindicarem melhorias para o desenvolvimento dessa atividade, se excluíram desse processo, como se o que importasse fossem somente as boas condições estruturais para o desenvolvimento da missão que lhes foi atribuída.

Em relação especificamente as duas entidades em estudo, Barraca e OPN, são educadores que vão para a rua de ônibus e, caso necessitem de algum carro para atender a uma demanda na rua, têm que se articular, quando possível. Cabe enfatizar, contudo, que essa articulação é improvisada e depende muito mais de uma iniciativa do educador do que de uma determinação dos gestores que se encontram na Equipe Interinstitucional.

A rua pra mim é fascinante, cada dia é uma coisa diferente, mas a coisa que mais me angustia no meu trabalho é não poder contar com algumas coisas que são primárias, tipo um carro. E eu sempre levo bronca do pessoal do Estado porque pego carona com eles, uso o carro deles, pra fazer meus encaminhamentos, mas eu nem ligo pra isso, contanto que faça o encaminhamento, tudo se ajeita depois. Mas confesso que isso dificulta o trabalho e é o que me frustra. (EDUCADORA DE ONG).

Isso não quer dizer absolutamente que os educadores estão muito satisfeitos com seus salários, com a carga horária trabalhada, tampouco com a segurança que lhes é oferecida para atuarem. Chamo atenção é para o fato de que, apesar desses problemas que afetam pessoalmente cada educador, os que são de ONGs não expressam esses

problemas pessoais de cunho trabalhista em primeiro lugar. Para a educadora, por exemplo, o que a frustra no trabalho é a falta de aparato.

Outro ponto de análise que a fala e as observações remetem é ao fato de que por serem as ONGs mais carentes financeiramente de suportes para o desenvolvimento do trabalho, bem como por haver um número pequeno de educadores de rua, necessitam mais de articulação do que as OGs, pois somente assim conseguem efetivar os encaminhamentos que realizam.

O nosso trabalho é mais ágil dessa maneira, a gente tem a retaguarda, tem o carro, tem quem vá, sempre tivemos uma equipe de educadores bem grande, então a gente já tem aparato suficiente pra tirar o menino da rua (GESTORA DO ESTADO).

Enfatiza a gestora, desdenhando das ONGs, a possibilidade que o Estado tem de apressar o trabalho de encaminhamento, pois conta com uma rede de serviços e de profissionais que favorecem no desempenho de suas atividades.

Apesar disso, comprovei nas falas que a ideia disseminada de que os trabalhos nas entidades privadas são mais flexíveis e menos hierarquizados, com a participação efetiva dos educadores no planejamento, faz com que a imagem que eles próprios têm da Entidade seja de um lugar bom para se trabalhar. De tal maneira, quando perguntado se algum deles trocaria seu lugar de atuação para ir para uma OG, nenhum deles se dispôs a tal.

Pelo olhar atento as minúcias que desenham as relações intra e interinstitucionais e nas suas fontes de percepções, registro o fato de que, assim como os educadores das ONGs que ainda carregam fortemente a experiência de atuação e os discursos vinculados à participação na igreja e no tipo de entidade em que estão inseridos, o mesmo acontece com os educadores de OGs.

No caso dos educadores do Ponte de Encontro da Prefeitura, percebe-se, como já mencionado, um trânsito entre a militância e a profissionalização. A militância, acredito, decorre da crença nas ideias de um grupo político específico. A atual Administração municipal de Fortaleza tem raízes na militância do PT, partido que está a sua frente. Tradicionalmente, o PT foi uma agremiação em que houve muita participação popular, que congregou uma gama de militantes significativa, que atuou nas campanhas eleitorais com veemência. Depois de vencidas as eleições, um dos trabalhos é pensar no corpo de profissionais que irão planejar e executar as políticas municipais. É válido lembrar que mudar a gestão de partido é mudar as ideias e os rumos dessa política, bem

como a gestação de nova maneira de pensá-la. Criam-se outras práticas fomentadas por novas ideias que fermentam a gestão municipal.

Assim sendo, a composição dos programas foi sendo feita pelos que acreditaram nessas novas formas de pensar a Cidade, logo, dentre outros, pelos militantes que por elas trabalharam. No caso dos educadores sociais, a militância que os levou a serem incorporados pela Prefeitura oscila entre a missão e o trabalho. Na OG municipal, a atividade exercida, apesar de ser encarada como possibilidade de mudar a realidade pela “crença de que outro mundo é possível”, as questões trabalhistas são mais racionalizadas do que nas ONGs.

Os educadores do Ponte reclamam em primeiro lugar do cansaço físico, da carga horária, dos baixos salários. Depois é que vêm o cansaço moral, a sensação de ineficiência do trabalho, da falta de continuidade etc. A ordem das prioridades pode ter sido assim apresentada pelo fato de as OGs disporem de uma infraestrutura maior, pois elas têm carro, maior número de educadores etc., o que não acontece com as ONGs. Creio, no entanto, que, mesmo diante dessa realidade, existe uma crença, por exemplo, na missão, que as faz diferentes e com que a disposição das reivindicações seja diversa.

No caso do Programa Fora da Rua, do Governo do Estado, a falta de retaguarda parece não ser problema para os educadores. Talvez isso aconteça porque eles só fazem encaminhamentos dos meninos moradores de rua para o Espaço Viva Gente e, como lá também é um órgão estadual, têm disponibilidade de receber os meninos sem que antes seja preciso passar pelo Conselho Tutelar, como acontece com as outras entidades. A pertença a essa estrutura difunde um tipo de comportamento do educador na rua que difere bastante dos outros das ONGs e da Prefeitura.

Isso é refletido nas ações cotidianas. A possibilidade de acesso a uma rede de serviços mais sólida, a mesma que dá suporte às ONGs, pois o Programa é parte dessa rede de que dispõe o Governo do Estado, é que os faz precisar menos do trabalho articulado. Nesse sentido, pensar e executar articuladamente a política pública não reúne tanto valor à política estadual, pois ela parece não necessitar fazer parcerias, tanto quanto as outras instituições.

Além disso, e contrários as possibilidades de facilitações no trabalho, os educadores do Fora da Rua são os que mais reclamam da atividade que desenvolvem. Apesar de não “ter esse trabalho de rua de ficar com os meninos, de brincar com eles, de

fazer atividade na rua”, conforme diz a gestora, o discurso sobre o desgaste físico é recorrente nas interlocuções.

Nessa Entidade, não há o espírito de missão e de militância que preenche os educadores das demais instituições. Talvez isso faça com que o trabalho exercitado por esses educadores seja visto apenas como um trabalho, sem projeções. Não arbitrariamente, as reclamações de caráter moral não circundam muito as falas, e sim as reivindicações trabalhistas.

Esses diversos modos de atuação e autorrepresentação da profissão do educador social de rua, atrelado cada um deles ao tipo de instituição a que pertencem, quando postos em relação, manifestam-se dispendo os lugares que cada um ocupa ou pode ocupar na prosposta de atendimento que executa. Ser educador de determinada entidade demarca uma forma de atuar e de ver o modo de atuação. Isto revela que, apesar dos consensos apontados no capítulo imediatamente anterior, as divergências ainda estão presentes.

5.5. OS “TIOS” E OS “AMARELINHOS”

Os primórdios da educação de rua, que se deve à Pastoral do Menor de São Paulo, tinham por marco de atuação concebido uma “aproximação gradual, mediante atividades lúdicas e contato afetivo do educador com os meninos”. (GREGORI E CÁTIA, 2000, p.120). A educação de rua foi legitimada e conduziu a Pastoral a tomar a frente em articulações em prol dos direitos da criança e do adolescente, destacando-se na elaboração do ECA.

Esse processo histórico é relevante porque conduz ao conhecimento das raízes da educação de rua pensada e vivenciada na Capital cearense. Isso revela que a crença em determinada forma de agir não advém do acaso, pois, até os dias atuais, sobretudo nas ONGs e na Prefeitura, ainda se verifica uma crença na concepção primeira de como ser um educador de rua.

Possivelmente o fato de a Pastoral do Menor ter sido reconhecida pelo trabalho com os meninos da Sé e isso ter sido um dos pilares de sua participação na constituição no ECA, que, por sua vez, representa a cristalização da luta dos que defendiam os

direitos dos sujeitos em questão, tenha contribuído sobremaneira para difusão desse modelo.

Para tanto, o acompanhamento das abordagens me proporcionou uma visão mais detalhada das relações estabelecidas entre os atendidos e os educadores. Desta feita, comecei a perceber tratamentos diferenciados dos meninos para com os educadores. Em virtude desse fato, dei-me conta de que o modelo de educação de rua, apesar da origem comum, se diversifica. Assim sendo, cabe destacar quais as formas de se educar que cada entidade dita e como isso está disposto nas representações que as crianças e os adolescentes têm dos educadores.

A aproximação com os meninos e meninas de rua por meio do tratamento afetivo por parte dos educadores rende a estes o tratamento de “tio”. Isso, constatei nas relações, sobretudo, entre as crianças e os adolescentes e os educadores da FUNCI (Ponte de Encontro) e das ONGs (Barraca e o OPN). No que concerne aos educadores do Fora da Rua, o trato é outro – são chamados de “amarelinhos”.

Ser tratado como *tio* e ou como *amarelinho* mostra uma representação que os adolescentes têm não do profissional que está rua, mas sim da metodologia de atendimento que ele representa. Um educador do Fora da Rua diz sobre a criação de vínculos:

A gente tenta se aproximar, mas têm que manter o lado profissional porque senão os meninos perdem o respeito. Essa história de trabalhar o resgate da arte na rua, não é coisa nossa, é da FUNCI, mas nosso trabalho é também educativo e não repressivo.

Isso não quer dizer que os outros não trabalhem com profissionalismo nem que estes sejam desafetuosos, e sim que são maneiras diferentes de pensar e atuar no mesmo problema. Além do mais, a ressalva da não-repressão é simbolicamente interessante, pois reproduz o discurso que está no ECA e é legitimado por todos: “com criança e adolescente todo e qualquer trabalho deve ter um cunho educativo”. Outro ponto interessante na fala é a ideia de respeito que parece ser mais reivindicada por esses educadores do que pelos outros.

Um adolescente diz sobre o trabalho do Fora da Rua: “eles são só nosso táxi que leva a gente para o nosso hotel (risos)”. Diz isso fazendo referência aos encaminhamentos para o Espaço Viva Gente. Isso é fruto do tipo de abordagem e educação que o Programa exercita. Os meninos estão na rua e, quando querem ir para o Espaço, solicitam a ida a um educador que também está na rua e este requer um

transporte à Central de Atendimento. Na hora marcada (existem os horários pré-determinados em que os carros passam levando os meninos), os solicitantes são levados e, caso queiram ir para o albergue apenas tomar banho e comer para em seguida voltar para a rua, se não estiverem com a entrada restrita, o pedido é acatado. Neste sentido, fala um educador sobre a abordagem que realizam : “eles (os meninos) procuram muito mais do que a gente aborda”.

A falta de contato mais afetivo, bem como a natureza dos encaminhamentos dados por esses educadores, influenciam nas relações que são travadas entres estes e os meninos. Neste sentido, o tratamento entre eles ocorre com menor intimidade. O contrário, acontece com os educadores das ONGs e da Prefeitura, em que laços de afetividade são cultivados como parte do processo de atendimento.

Disso deriva a divergência no modo de tratar um e outro educador. Os últimos ficam com a alcunha carinhosa de *tio*, como demonstração da proximidade cultivada, em detrimento dos *amarelinhos* que marcam a impessoalidade das relações.

São tipos similares ao que Roberto DaMatta (1997) categoriza como a “casa” e a “rua”:

Estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados, por causa disso, capazes de despertar emoção, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (p. 15).

Assim sendo, a “casa” define um espaço íntimo e privativo, enquanto a “rua” exprime o campo da impessoalidade, “da letra dura da lei, da emoção disciplinada”. (Op.cit: 19). Neste sentido, verifica-se que no estabelecimento da relação entre meninos e educadores, que se quer educativa, se tem, portanto, pelo menos dois tipos de profissionais, como mencionado.

Os *tios* podem ser vistos pelo ângulo da “casa”, pois são mais camaradas, se envolvem emocionalmente e buscam não criar atritos com as crianças e os adolescentes; nem que esses atritos sejam necessários para imposição de limites a esses sujeitos, pois, conforme as estatísticas, 67,11% se disseram usuários de drogas e muitos vivenciam todos os tipos de situações na rua (perambula, pede, rouba/ furta, trafica, se envolvem com a exploração sexual etc.).

Em uma de minhas idas à rua em conversa com um educador *tio*, este me contou que certa vez um adolescente chegou pra ele e mostrou uma faca. O educador, então, disse para o menino jogar a faca ou pôr fim a ela, pois “se a polícia o visse com a arma ele poderia se complicar e ser encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente”. E foi o que de fato ocorreu. O educador conclui a história dizendo: - “eu bem que te avisei, você poderia ter evitado esse conflito!”. O que me chamou atenção na história não foi o fato de o educador não ter, por exemplo, pedido a arma ou tê-la tomado, até porque ele não tem uma retaguarda que favoreça esse tipo de atitude, mas sim a naturalização do fato de um adolescente andar armado e o argumento usado para ele se desarmar ser a probabilidade de ser pego pela polícia, e não o argumento da cidadania.

Observei, então, por meio dos relatos, como esse e dos demais acompanhamentos das abordagens, que, quanto maior o vínculo criado entre esses dois sujeitos, parece ser maior a dificuldade do educador se impor e de mostrar certas regras. É como se a familiaridade adquirida, a sensação de estar tratando com alguém de “casa”, impedisse o educador de agir, impondo limites e ordem, ou seja, de ser mais firme.

Ademais, por vezes, a criação do vínculo favorece um conhecimento mais profundo da vida do menino atendido, que em sua maioria tem histórico de abusos e violências sofridas além de situações econômicas miseráveis. Adentrar essas histórias de sofrimento é poder, até certo ponto, entender as atitudes e vida que essas crianças e adolescentes têm e levam. Esse fato pode induzir a um processo de atuação que tende a amenizar o que eles já passaram, acreditando que, sendo mais prudentes e menos impositores, poderão de alguma forma agir positivamente na história desses meninos e meninas.

Por outro lado, estão os *amarelinhos*, que intervêm com maior firmeza, talvez porque precisem mostrar para a sociedade que sua profissão tem uma função significativa e que o Governo do Estado está atento ao problema dos meninos de rua, pois, como diz DaMatta (1997), na rua a vergonha da desordem é do Estado, por isso há que ser rígido para bani-la.

Comparando os dois tipos de educação: enquanto uma educadora *tia* da Funci espera o menino fazer malabarismo no sinal para intervir junto a ele e perguntar como ele está, o *amarelinho* o proíbe de ficar naquela situação, com a ressalva de lhe tomar o

instrumento de trabalho. O modo de educar menos maleável faz com que o Estado invista na colocação de *amarelinhos* em cruzamentos de vias, como forma de prevenção, onde sequer se vê uma criança ou um adolescente. Já que não existe muito diálogo entre os educadores e os meninos, estes parecem não arriscar o jogo da conquista nem enfrentá-los nos semáforos da Cidade. Para tanto, o papel de fiscal e de educador distante rende a esses profissionais, não raro, agressões físicas, mais do que aos outros. Essa estratégia de educação pode servir para inibir a presença dos meninos nos sinais de trânsito, mas não os conduzem a uma “relação de construção de conhecimento, de re-elaboração dos saberes individuais e coletivos” (PAICA, 2002, p.22).

Nestes dois tipos – os *tios* e os *amarelinhos* – existem características que ajudam a situar melhor o conhecimento do atendimento às crianças e adolescentes moradores de rua. É prudente, todavia, ressaltar que as divergências não são sinônimas de oposição absoluta entre eles. Antes, fazem parte de um jogo de múltiplas combinações, sendo a individualidade de cada insituição e a coletividade da Equipe Interinstitucional as chaves para a execução deste estudo.

Essas observações são mais um elemento que demonstra aspectos do cotidiano vivido pelos agentes envolvidos na trama do atendimento aos meninos em situação de moradia nas ruas e que servem para descobrir, por meio dos detalhes, como a forma de tratar, o que é endógeno e específico nas entidades que fazem a política de rua em Fortaleza.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise ora apresentada indica a inegável proposição e difusão do conjunto de políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas na Cidade de Fortaleza que, ganhou uma série de ajustes e redefinições institucionais depois de sancionado o ECA. No âmbito das variadas propostas de intervenção, destaco a valorização reservada à educação de rua, bem como a criação, manutenção e organização do espaço de diálogo representado pela Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua.

A despeito dos avanços e conquistas alcançadas, sobretudo, no exercício do diálogo entre as organizações públicas e privadas, todavia, pude observar variados campos que se entrelaçam e se fragmentam, constituindo, por vezes, arenas de embates e ausência de ações coordenadas. Sobressai-se dessa configuração, portanto, os dissensos entre os diferentes agentes institucionais acerca da interpretação e aplicação dos princípios e direitos previstos no Estatuto.

Na tessitura do atendimento, as práticas de intervenção procuram compreender o fenômeno e a dinâmica que os meninos e meninas desenvolvem para viverem nas ruas. Neste movimento, descobri, por exemplo, as distinções e especificidades que existem na expressão genérica “meninos de rua”, que abrange desde os que têm uma permanência fluida aos que romperam os laços familiares. Esse reconhecimento é derivado de uma observação, por vezes, restrita às relações com as quais os agentes institucionais travam nas ruas com as crianças e adolescentes por eles atendidos.

Em meio às descobertas, percebi que as instituições formam “verdadeiras tramas” (GREGORI, 2000, p. 220), essenciais para a compreensão de como o fenômeno ocorre na Capital cearense. Diante das mudanças de curso que as políticas sofrem é perceptível como isso influencia seja na permanência dos meninos nas ruas, seja na circulação entre casa-rua-abrigo. Neste sentido, não há um modelo “seguro a respeito de si” (Op.cit.), e sim indicações oscilantes e até antagônicas – criança é ou não é de rua?

Para tanto, esta pesquisa procurou, a partir da análise de quatro programas/projetos e do espaço social da E.I., discutir alguns elementos indispensáveis para a concepção, implementação e gestão de programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação

de (moradia na) rua. O desenvolver da investigação concedeu espaço para o debate de aspectos diversos. Em primeiro lugar, conforme anteriormente mencionado, evidenciou-se a heterogeneidade das condições de vida de crianças e adolescentes – programas que, à primeira vista, se ocupam do mesmo público, apresentam-se na verdade, com realidades e agentes bastante distintos. Foram também ressaltados os obstáculos impostos por diversos fatores, quando da escolha de estratégias de intervenção: as características do público, as condições de implantação dos programas (o perfil das entidades governamentais e não governamentais, bem como a dimensão institucional de cada uma delas).

Ao longo deste ensaio, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, aponte elementos que possibilitam ao leitor a compreensão do atendimento em questão, destacando relevantes características dos espaços sociais em estudo. Destas, priorizei destacar como os *habitus* constituídos, dentre outros, por vinculação a determinado tipo de entidade e de apropriação de determinada metodologia, influencia na visão e intervenção dos gestores e educadores em relação ao seu público-sujeito.

Cabe salientar, que as informações dispostas sobre os programas e projetos são referentes, sobretudo, aos anos de 2007 e 2008, de acordo com descrição feita no capítulo introdutório. Discorro sobre isso porque, tenho ciência de modificações realizadas, por exemplo, no Ponte de Encontro da FUNCI em março de 2009. Desta feita, o programa de denúncias DDCA, foco de conflitos intrainstitucional e de discordâncias explícitas na equipe, não mais integra o programa municipal ora em estudo. Tais mudanças, contudo, é um dado ilustrativo que revela as mobilidades dos programas e falta de medidas mais claras, o que por sua vez, afeta, de um lado, ações continuadas, pois, neste caso, é possível perceber mudanças estruturais com intervalo de tempo pequeno. Por outro lado, mostra a preocupação dos profissionais do Ponte em melhorar a qualidade do atendimento e priorizar o foco do programa que são as crianças e adolescente em situação de moradia nas ruas.

Outro dado interessante que surge, depois que me ausentei mais continuamente do campo, é uma resposta do Governo do Estado para o problema das crianças moradoras de rua que ficam, por vezes, à margem do atendimento do Criança Fora da Rua, Dentro da Escola. Foi criado em outubro de 2008 o projeto piloto “De Volta pra Casa”, ainda em fase de experimentação, por isso, executado apenas na Av. Beira-Mar. De acordo com a equipe técnica deste, “o De Volta pra Casa vem justamente trabalhar

com o contingente que não é atendido pelo Fora da Rua, os meninos moradores de rua, cuja situação constitui ainda desafio para as políticas sociais”.

Apesar dos particularismos intrínsecos às entidades e à E.I., a aventura e ausência de uma tutela sistemática por parte das crianças e adolescentes que fazem da rua seu lugar de moradia, não faz com que atualmente as organizações invistam na filantropia pura e simples, não sendo esta, bandeira principal de nenhum dos programas. Nem mesmo do Fora da Rua que conta com a concessão do recurso da “bolsa aprendizagem”. Isso reflete uma tendência percebida nas instituições sobre a clareza das causas que motivam os meninos saírem de casa, sem vincular de maneira determinista tal ação às questões macroestruturais de cunho estritamente econômico. O desvio dessa visão unilateral é fruto do conhecimento prático dos agentes institucionais, mas também do investimento que as instituições em isolado e a Equipe têm feito no financiamento de pesquisas com o propósito de adquirirem conhecimento mais aprofundado sobre as áreas e os sujeitos com quem atuam.

Ademais, ante ao empenho das instituições em promover cursos, encontros, reuniões e de propor projetos visando atender ao “menino de rua”, não se pode inferir com isso, que a permanência na rua por esse segmento será desestabilizada. Dizendo de outra forma, o fato das entidades se empenharem na solução do problema não significa necessariamente a conquista desse desafio, pois conforme menciona um adolescente, “a rua deixa a gente aviciado”.

Discurso como esse demonstra que a rua proporciona desenvolvimento de sentimentos em relação a ela que dificulta o controle das entidades em relação aos meninos e meninas. Para tanto, os descompassos, muitas vezes ocorridos, entre as expectativas dos meninos e as das entidades, bem como a dificuldade de “tirar a rua da criança”, não pode correr o risco de ser justificada com a fala da defesa do direito que as crianças e os adolescentes têm de ir e vir e de ficar onde quiser. Alba Zaluar expressa bem essa preocupação:

A idéia de defender o *direito* dessas pessoas ficarem na rua, expondo-se à violência física e simbólica de todos, inclusive dos próprios companheiros, ou de considerar essa situação como chaga da sociedade que precisa continuar a ser vista cotidianamente, deve ser repensada. (ZALUAR, 1995, p.57 *apud* MENDES, 2007, p. 114).

Ademais, o ECA parece expressar esse limite, ao positivar muitos direitos, sem se haver preocupado em normatizar as condições de fato para sua garantia. Assim, o

estatuto, se limita a afirmar direitos enfatizando a criança como prioridade absoluta, sem, contudo, entrar na lógica do possível.

Outro desafio que desponta como preocupação nas narrativas de meus interlocutores, é o diálogo com as famílias. O desenvolvimento de uma metodologia e apropriação de uma linguagem adequada para transformar as famílias em parceiros potenciais na luta pela melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, têm-se constituído em pauta presente nas agendas institucionais.

Por fim, ressalto, aludindo às falas de gestores e educadores que, o processo de elaboração e execução dos programas em parceria pode proporcionar o confronto de ideias e busca conjunta de soluções, viabilizando melhorias no exercício de suas funções e conseqüentemente nas vidas dos meninos e meninas. Entretanto, o caminho para que tais desejos sejam efetivados, não será trilhado sem que os limites da colaboração venham à tona. Com devida ressalva, de que os limites e os confrontos não implicam exclusão de um ou outro do jogo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Domingos Sávio. **No bico da Cegonha:** histórias de adoção e de adoção internacional no Brasil. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002.

ASSOCIAÇÃO BARRACA DA AMIZADE. **Proposta pedagógica, 2008.**

ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO. **Proposta pedagógica, (s/d).**

BARROCAS, Rute Queiroz. **Marca de Fogo:** assistência social e família no Contexto do Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola. Dissertação. 120f. Universidade Estadual do Ceará. Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, 2005

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro. Editora Bertrad Brasil S.ª 1989

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Tradução Daniela Kern; Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008, p. 162-212.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983, p.89-95; 154-160

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo. Papyrus, 1996, p.13-33; 137-197

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. Lopes. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

BUTLER, Mandel Udi; RIZZINI, Irene. **Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas:** revisitando a literatura. In: RIZINNI, Irene (coord). *Vidas nas ruas:* Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? São Paulo: Loyola, 2003, p. 17-44.

CÂMARA, M. F. B.; MORAES, M. M.; MEDEIROS, M.; FERRIANI, M. G. C. - **Aspectos da assistência prestada a crianças e adolescentes em situação de rua no município de Goiânia.** Revista Eletrônica de Enfermagem (online), Goiânia, v.3, n.1, jul-dez. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen>.

CASTRO, L. R. **A Aventura urbana:** crianças e jovens no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras / Faperj. 2004.

Censo da exclusão ou falta de inclusão nos censos: A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras. CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA, 2009.

Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo. Relatório de Pesquisa. Fipe/SMADS, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira e FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Programas para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco:** a complexidade do objeto e a dimensão institucional. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania. Volume 13. Julho de 1999. Tânia Ferreira (2001),

Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de João Pessoa. UFPB/ Secretaria do Desenvolvimento Social de João Pessoa, 2008.

CRISTO, Keley Kristiane Vago e RANGEL, Patrícia Calmon. **Os direitos da Criança e do Adolescente, a lei de aprendizagem e o terceiro setor_in:** Terceiro Setor: fundações e entidades de interesse social_Vitória: CEAF 2004. Coleção do Direito ao Avesso, V.4. Disponível em: [http:// www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html](http://www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html). Acessado em 30 de agosto de 2008.

CRUZ, L., HILLESHEIM, B. & GUARESCHI, N. **Infância e Políticas Públicas:** um olhar sobre as práticas psi (2005). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2009.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente/** Cury, Garrido e Marçura. 3ªEd. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Diagnóstico Sócio-econômico de Crianças, Adolescentes e Adultos Moradores de Rua na Cidade de Fortaleza. Relatório Final. Governo do Estado do Ceará/ Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social/ Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU/UECE), 2008.

DIOGENES, Glória. **Itinerário de corpos juvenis:** o baile, o jogo e o tatame. Annablume São Paulo, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália; (tradução Joaquim Pereira Neto). São Paulo. Ed. Paulinas, 1989.

EQUIPE INTERINSTITUCIONAL DE ABORDAGEM DE RUA. **Proposta pedagógica,** 2008.

EQUIPE INTERINSTITUCIONAL DE ABORDAGEM DE RUA. **Regimento Interno,** 2008.

FERREIRA, Diocleide Lima. **O dia é da rua, a noite é o albergue:** condições e contradições de um abrigo de regime aberto para adolescentes em situação de rua na cidade de Fortaleza. 122f. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2000.

FERREIRA, Tânia. **Os Meninos e a Rua:** uma interpelação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Histórias de Vida de Meninos e Meninas de Rua de Fortaleza.** Ceará, 1994.

GREGORI, Maria Filomena e SILVA, Cátia Ainda Pereira da. **Meninos de Rua e instituições:** tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração:** experiência de meninos nas ruas. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

JODELET, Denise. **Les représentations sociales.** Paris, PUF. 1991, p. 31-61. Tradução: Prof. Ismael Pordeus Jr, circulação interna.

LEV/EI. **Pesquisa Anual sobre a Vivência de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas de Fortaleza. Relatório Final.** UFC/ Laboratório de Estudos da Violência (LEV)/ Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua. Fortaleza, Unicef, 2007.

LUCHINNI, Riccardo. **A criança em situação de rua:** uma situação complexa. In: RIZINNI, Irene (coord). *Vidas nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* São Paulo: Loyola, 2003, p.45-84.

MATOS, Kelma. **Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola.** In: 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. FUJIWARA, Luis Mario e ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel (orgs.), 1998.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua.** 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

MILITO, C e SILVA, H. **Vozes do Meio Fio.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo.** 2ª Ed, Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação Social de Rua:** bases histórias políticas e pedagógicas, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n1/07.pdf>. Acesso em: 30 de Mar. 2009.

PAICA-RUA. **Meninos e meninas em situação de rua:** políticas integradas para a garantia de direitos. São Paulo. Cortez; Brasília - Df: Unicef, 2002.

Perfis e Mundo das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua Grande Porto Alegre. Relatório de Pesquisa. UFRS/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Laboratório de Observação Social, 2004.

PONTE DE ENCONTRO. Fundação da Criança e da Família Cidadã/ FUNCÍ. **Proposta pedagógica,** (s/d).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de N. **O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas:** algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da S.G (org). Reflexões sobre a vida sociológica, São Paulo: CERU,1992

RIZZINI, Irene et. al. **Acolhendo Crianças e Adolescentes**: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006, p. 111- 126.

SAETA, Beatriz Regina Pereira. **História da Criança e do Adolescente no Brasil**. In: Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais-A Questão Social no Novo Milênio, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel23/beatrizSaeta.pdf>. Acesso em: 02 de Fev. de 2009.

SILVA, Roberto dos Santos. **Abrigos Juvenis**: proteção e controle social em situação de risco. 133f. Monografia. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, 2007.

SILVA, Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva de estudos culturais. RJ, Vozes. 2000.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**. In: FILHO, Evaristo de Moraes. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática. São Paulo, 1983.

TRAJANO, Wilson Filho. **A nação na web**: rumores de identidade na Guiné- Bissau. In: PEIRANO, Mariza (org). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2001

XAVIER, Natália Pinheiro. **Olhares sobre a juventude**: práticas e percepções. 80f. Monografia. Universidade Estadual do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, 2006.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. -2 ed-. São Paulo, Brasiliense, 2000.